



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Psicologia

Flavia Teixeira

**Especificidades na psicanálise on-line com crianças: antes, durante e depois
da pandemia de covid-19**

Rio de Janeiro

2024

Flavia Teixeira

Especificidades na psicanálise on-line com crianças: antes, durante e depois da pandemia de covid-19

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Pesquisa e Clínica Psicanalítica.

Orientadora: Prof.^a Dra. Sonia Alberti

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

T266	Teixeira, Flavia Especificidades na psicanálise on-line com crianças: antes, durante e depois da pandemia de covid-19/ Flavia Teixeira. – 2024. 151 f. Orientadora: Sonia Alberti. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. 1. Psicanálise – Teses. 2. Transferência (Psicologia) – Teses. 3. COVID-19 – Teses. 4. Crianças – Teses I. Alberti, Sonia II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título. br CDU 159.964.2
------	--

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Flavia Teixeira

Especificidades na psicanálise on-line com crianças: antes, durante e depois da pandemia de covid-19

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Pesquisa e Clínica Psicanalítica.

Aprovada em 27 de março de 2024.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Sonia Alberti (Orientadora)

Instituto de Psicologia - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Luciana Marques

Instituto de Psicologia - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Rosane Braga de Melo

Afiliação conforme modelo acima

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

Aos analisantes, que foram a pedra angular desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Sonia Alberti, cujo legado de transmissão da psicanálise contribuiu para a formação de diversos psicanalistas e a minha, por acreditar nessa pesquisa e por tecer com rigor e generosidade contribuições fundamentais para este trabalho.

Às professoras Rosane Melo e Luciana Marques, por aceitarem o convite para banca de qualificação desta dissertação. Naquela ocasião, suas contribuições e provocações foram fundamentais na construção desta pesquisa. Agradeço também por estarem novamente comigo, compondo a banca de defesa, no momento de conclusão, ainda que parcial, dessa jornada.

Às amigas Andressa, Leiliane, Thayane, Aline e Gabriela, que foram fundamentais para a escrita desse trabalho, cada uma, à sua maneira, me ajudou a seguir nos momentos mais difíceis.

À Meilene, pelo amor e incentivo na jornada acadêmica, mas, sobretudo, na vida; sua companhia torna qualquer percurso mais agradável – sua presença é essencial.

Às amigas Mariana e Suelen, pelo amor e incentivo nos momentos mais difíceis dessa jornada.

À Vanessa, pela amizade e incentivo desde sempre e especialmente no percurso do mestrado.

À Carol, amiga nesta jornada, pelo incentivo e parceria afetuosa e divertida.

Às amigas Raquel, Ana, Sigrid, Fábria e Fernanda, que me situam em ótima companhia nos estudos da psicanálise, especialmente à Fernanda, pela presença marcante na construção dessa dissertação.

Ao amigo Rafael, que trouxe leveza e alegria para essa jornada acadêmica.

À Julie, pela presença que me ajuda a elaborar o impossível.

Aos colegas que encontrei nesses dois anos e que me proporcionaram ótimas oportunidades de discussão sobre a pesquisa em psicanálise.

Aos amigos e familiares que estiveram presentes nesse período, suportaram as faltas que se impuseram em virtude do tempo dedicado à pesquisa e me ajudaram a suportá-las também.

À CAPES pelo financiamento desta pesquisa.

Quando eu crescer eu vou ficar criança.

Manuel de Barros

RESUMO

TEIXEIRA, Flavia. *Especificidades na psicanálise on-line com crianças: antes, durante e depois da pandemia de covid-19*. 2024. 151 f. Dissertação (Mestrado em Psicanálise) – Programa de Pós-Graduação em Psicanálise, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Esta pesquisa surge da minha experiência enquanto psicanalista na clínica on-line com crianças, no contexto da pandemia de covid-19, no qual o mundo foi assolado por um vírus mortífero e desconhecido. Nesse cenário, países com governos negacionistas, como o Brasil naquele período, não implementaram as estratégias de redução da transmissão viral emitidas pela Organização Mundial da Saúde e registraram um alto número de mortes que poderiam ter sido minimizado caso aderissem aos protocolos indicados. Nesse contexto, a psicanálise on-line, antes praticada em menor escala, ocupou um novo lugar na clínica psicanalítica e se estabeleceu como a principal forma de continuar as análises. Sustentar essa prática foi uma decisão ética do psicanalista que possibilitou a continuidade das análises e também o início de novos tratamentos para analisantes de todas as idades, o que era uma necessidade devido à quantidade de pessoas que sofreram consequências psíquicas em função das experiências que estavam vivendo em decorrência da pandemia. Particularmente na clínica com crianças, o uso do dispositivo on-line acarretou uma série de questões e, nesse sentido, o objetivo da presente pesquisa foi investigar as especificidades na psicanálise on-line com crianças a partir dos casos atendidos nessa modalidade. Lacan (1964/2008), em consonância com Freud, define a psicanálise como uma *práxis*, portanto, seu avanço teórico se dá, sobretudo, a partir dos impasses que a experiência clínica impõe ao psicanalista. Nessa direção, abordamos a psicanálise on-line com crianças a partir de observações clínicas recolhidas das análises de três crianças, articulando-as aos conceitos de transferência e ato analítico, enfatizando a presença do analista, o desejo do analista e o sujeito suposto saber.

Palavras-chave: Psicanálise on-line. Criança. Covid-19. Transferência. Presença do analista.

ABSTRACT

TEIXEIRA, Flavia. *Specificities in online psychoanalysis with children: before, during and after the covid-19 pandemic*. 2024. 151 f. Dissertação (Mestrado em Psicanálise) – Programa de Pós-Graduação em Psicanálise, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This research arises from my experience as a psychoanalyst in online clinical work with children, within the context of the COVID-19 pandemic, during which the world was plagued by a deadly and unknown virus. In this scenario, countries with denialist governments, such as Brazil during that period, did not implement strategies to reduce viral transmission issued by the World Health Organization and recorded a high number of deaths that could have been minimized had they adhered to the recommended protocols. In this context, online psychoanalysis, previously practiced on a smaller scale, took on a new role in psychoanalytic clinics and established itself as the primary way to continue analyses. Sustaining this practice was an ethical decision by the psychoanalyst that enabled the continuity of analyses and also the initiation of new treatments for analysands of all ages, which was a necessity due to the number of people experiencing psychological consequences as a result of their pandemic-related experiences. Particularly in clinical work with children, the use of online device raised a series of questions, and, in this sense, the objective of this research was to investigate the specificities of online psychoanalysis with children based on cases treated in this modality. Lacan (1964/2008), in line with Freud, defines psychoanalysis as a praxis; therefore, its theoretical advancement primarily occurs through the impasses that clinical experience imposes on the psychoanalyst. In this direction, we approach online psychoanalysis with children through clinical observations gathered from the analyses of three children, articulating them with the concepts of transference and the analytic act, emphasizing the presence of the analyst, the analyst's desire, and the subject supposed to know.

Keywords: Online psychoanalysis. Child. COVID-19. Transference. Presence of the analyst.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	PANORAMA HISTÓRICO SOBRE A PSICANÁLISE ON-LINE.....	19
1.2	Caso Maria: uma questão preliminar sobre a (im)possibilidade da psicanálise on-line para esta criança	19
1.3	Psicanálise on-line: uma variante do tratamento padrão?	22
1.4	Psicanálise on-line antes da pandemia de covid-19	27
1.5	Psicanálise on-line durante a pandemia de covid-19.....	33
1.5.1	<u>in absentia e in effigie, transferência e setting analítico.....</u>	43
1.6	Psicanálise on-line com crianças	45
2	ESPECIFICIDADES NA PSICANÁLISE COM CRIANÇAS	60
2.1	Infâncias	60
2.1.1	<u>Jean-Jacques Rousseau: um precursor nos estudos sobre a infância.....</u>	64
2.1.2	<u>Pioneiros nos estudos sobre a infância.....</u>	69
2.1.3	<u>A infância no Brasil.....</u>	74
2.1.4	<u>A infância e a criança na perspectiva psicanalítica</u>	83
2.2	Especificidades na clínica psicanalítica com crianças.....	87
3	PSICANÁLISE ON-LINE COM CRIANÇAS	97
3.1	A presença do analista na análise on-line.....	97
3.1.1	<u>Virtual.....</u>	101
3.1.2	<u>Presença.....</u>	102
3.2	Caso João Lobo: transferência e sujeito suposto saber	108
3.2.1	<u>O setting analítico e a transferência</u>	113
3.2.2	<u>A análise de João Lobo avança.....</u>	114
3.2.3	Um fim de análise on-line	115
3.3	Caso Alice: o efeito de um ato analítico	117
3.3.1	<u>A brincadeira</u>	118
3.3.2	<u>O ato analítico</u>	124
3.4	Um retorno ao caso Maria e a (im)possibilidade da psicanálise on-line para esta criança	125
3.4.1	<u>Manejo das transferências com as famílias</u>	127
3.4.2	<u>O impossível.....</u>	132

3.5	O desejo do analista na psicanálise on-line com crianças	133
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
	REFERÊNCIAS	144

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de mestrado surge da minha experiência enquanto psicanalista conduzindo análises com crianças, por meio de sessões on-line, durante a pandemia de covid-19 e tem por objetivo geral investigar as especificidades na psicanálise on-line com crianças a partir dos casos atendidos nesta modalidade. Por motivos éticos e de sigilo profissional, parte da história clínica dos analisantes será suprimida e alguns aspectos modificados, o que não compromete, contudo, a análise dos casos.

O período de dezembro de 2019 a março de 2020 marca o início de um evento de proporções mundiais: a pandemia de covid-19. Em 8 de dezembro de 2019, as primeiras infecções pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) foram registradas na cidade de Wuhan, na China. Após poucos meses, no dia 11 de março de 2020, Tedros Adhanom, diretor geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), elevou o estado de contaminação pelo novo coronavírus à categoria de pandemia¹. Neste cenário, um vírus mortífero, desconhecido na ocasião de sua eclosão, impactou a vida de milhares de pessoas. A OMS rapidamente estabeleceu orientações de enfrentamento à covid-19 e suas recomendações se atualizavam à medida que as pesquisas científicas progrediam. Por conseguinte, diversos países aderiram aos protocolos indicados pela OMS. Nesse sentido, é importante considerar o contexto, a política, a infraestrutura, o poder econômico e as desigualdades estruturais de cada país que influenciaram de forma significativa nessa adesão.

O cenário mundial era distinto: a China, por exemplo, estabeleceu medidas de *lockdown* a princípio e de distanciamento social em seguida, enquanto a Itália adotou medidas austeras de distanciamento social, mas sem o *lockdown*. Já o Brasil enfrentou dificuldades na implantação das medidas indicadas, pois o governo federal, na época representado pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, em uma política negacionista quanto à gravidade da pandemia e ao conhecimento científico, desconsiderou as recomendações da OMS, o que provocou o registro de um número estarrecedor de pessoas mortas. Estudos estimam que milhares das mortes por covid-19 poderiam ter sido evitadas caso medidas de redução de transmissão viral fossem instituídas².

¹ Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>>. Acesso em: 15 nov. 2022.

² Disponível em: <<https://conexao.ufjf.br/2021/07/quantas-mortes-poderiam-ter-sido-evitadas-durante-a-pandemia>>. Acesso em: 10 fev. 2024.

Em território brasileiro havia conflitos internos: alguns governadores enfrentavam dificuldades para implementar medidas de redução de transmissão viral, pois esta implementação contrariava a postura negacionista do governo federal, que exercia influência sobre a população brasileira. Na equipe governamental também havia sinais de embate, a exemplo da demissão do ex-ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, pois ele indicava, entre outras coisas, a adoção de medidas de distanciamento social para a preservação da vida humana, o que ia de encontro ao discurso presidencial que insistia que o “Brasil não poderia parar”, a fim de conservar a economia do país. Os efeitos nefastos da política do ex-presidente causaram danos tão prejudiciais para os brasileiros que, em 27 de abril de 2021, foi instituída uma comissão parlamentar de inquérito do Senado – conhecida como a CPI da covid-19³ – para apurar as ações e omissões do governo federal na condução das estratégias de saúde pública para o enfrentamento da pandemia.

Lopes et. al (2023) realizam uma análise do relatório final da CPI, sopesando seu conteúdo em 3 eixos principais: o discurso negacionista, as questões relativas às vacinas e a vulnerabilidade de parte da população brasileira. Segundo as autoras, o discurso negacionista do governo federal, protagonizado pelo ex-presidente e difundido pelos seus apoiadores, foi marcado pela difusão da ideia de “imunidade de rebanho”, ou seja, do entendimento de que a imunidade seria, sob o custo de muitas vidas, naturalmente adquirida pela população após o contato com o vírus. Além disso, a posição do governo também se destacou pela oposição às medidas de distanciamento social e pelo incentivo ao falacioso “tratamento precoce”: difundido através do “kit covid”, cujos fármacos principais eram ivermectina, cloroquina, hidroxicloroquina e azitromicina, todos sem nenhuma eficácia comprovada para esse fim.

A CPI da pandemia revelou também a existência de um “gabinete paralelo”, sem relação com o Ministério da Saúde, composto por políticos, médicos e empresários que orientavam o ex-presidente durante a pandemia. A direção indicada pelo grupo era a do tratamento precoce e de boicote à vacinação, justificada pelo argumento da autonomia médica, autonomia do governo federal e autonomia individual de cada cidadão. O discurso da autonomia individual foi muito utilizado pelo ex-presidente para desacreditar a importância da vacinação, divulgando notícias falsas sobre efeitos colaterais da vacina e sugerindo que cada cidadão deveria ponderar se a tomaria ou não. Podemos citar também o ex-ministro da Saúde em exercício na ocasião da CPI, Eduardo Pazuello, cuja fala no depoimento à Comissão evocou a autonomia do governo federal para afirmar que o Brasil não era obrigado a seguir as orientações da OMS. Desse modo,

³ Disponível em: Relatório da CPI da Pandemia - Atividade Legislativa - Senado Federal. Acesso em: 1 ago. 2023.

as ideias de autonomia médica, da federação e individual embasavam o discurso negacionista em detrimento da saúde coletiva (LOPES et al., 2023). De forma simultânea, existia também um movimento de resistência à essa política genocida; havia brasileiros atuantes em diversas esferas sociais que entendiam a gravidade da situação pandêmica e, por esse motivo, fizeram frente à política de extermínio promovida pelo governo. Nesse sentido, a própria CPI pode ser vista como um efeito da luta contra os desmandos do governo federal na ocasião.

Em escala mundial, de modo geral, diversos pesquisadores, brasileiros inclusive, trabalhavam constantemente no estudo sobre o novo coronavírus, bem como nas pesquisas sobre o tratamento eficaz e a criação de vacinas. Foi um período árduo, e mesmo após a invenção da vacina, fundamental para o enfrentamento à covid-19, havia ainda a dificuldade da vacinação em massa da população. Nesse sentido, cada país, de acordo com o seu contexto, viveu essa fase de forma distinta. O cenário pandêmico se modificou lentamente e, após quatro anos do início da pandemia, em 5 de maio de 2023, Tedros Adhanom divulgou o fim da covid-19 como emergência de saúde pública de ordem internacional. Naquela ocasião, ele ressaltou que a notícia deveria ser celebrada, embora ainda demandasse atenção, pois, na semana anterior à decisão da OMS, morria uma pessoa a cada três minutos em decorrência da covid-19⁴. Atualmente, a situação está controlada, mas os efeitos desse evento mundial repercutem até os dias atuais.

Ressaltamos que, a partir do contexto pandêmico, a psicanálise on-line passou a ocupar um novo lugar na clínica psicanalítica. Se antes ela era praticada de maneira eventual por poucos psicanalistas, a partir daquele momento foi estabelecida como a principal, senão a única, forma de continuar as análises. Essa mudança foi fundamental, pois o dispositivo on-line possibilitou que as análises não fossem abruptamente interrompidas e viabilizou o acolhimento de novos analisantes, o que era também uma necessidade, haja vista a quantidade de pessoas que sofreram consequências psíquicas em função das experiências que estavam vivendo em decorrência da pandemia.

A pesquisa bibliográfica nesse campo revelou que, no período pré-pandêmico, a análise on-line era frequentemente criticada, sendo acusada de não ser uma forma autêntica de psicanálise. Conforme os trabalhos de Sharon Zalusky (1998), Sylvia Nobrega (2005) e Bruce Fink (2011) ilustram, naquela época, o espaço para as discussões e pesquisas acerca dessa modalidade de atendimento era desfavorável. Havia uma hostilidade evidente na recusa da maioria dos psicanalistas frente à discussão sobre a psicanálise on-line, por considerá-la uma

⁴ Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/230307-chefe-da-organizacao-mundial-da-saude-declara-o-fim-da-covid-19-como-uma-emergencia-de-saude>>. Acesso em: 5 mar. 2023.

prática ilegítima. Porém, no contexto pandêmico, esse cenário hostil passou por uma mudança radical em decorrência do movimento de adesão maciça dos psicanalistas ao atendimento on-line, o que gerou também um aumento na produção de pesquisas nesse campo.

As sessões on-line também foram fundamentais para que crianças, que foram tão afetadas pela privação do contato social durante a pandemia, pudessem continuar suas análises ou mesmo iniciar o tratamento psicanalítico. Diferente da clínica com adultos, não localizamos nenhuma publicação sobre a prática on-line no tratamento psicanalítico com crianças na revisão bibliográfica. Nesse sentido, o uso do dispositivo on-line nessa clínica era inédito, desafiador e parecia mais difícil, para alguns psicanalistas, em comparação à clínica com adultos. Lia Pitliuk (2022) trabalhava com a clínica on-line antes da eclosão do novo coronavírus e decidiu não atender crianças por meio deste dispositivo, pois não lhe parecia viável. Contudo, o contexto pandêmico impôs aos psicanalistas esse desafio, já que a escolha era o tratamento on-line ou nenhum tratamento. Sonia Alberti e Andressa Diniz (2020) também argumentam que o atendimento on-line com crianças passou a ser uma realidade na pandemia, e, portanto, a discussão sobre seus efeitos é urgente. Tais dados justificam a importância da pesquisa engendrada por meio desta dissertação de mestrado.

Sigmund Freud (1914a/2010), no texto *Lembrar, repetir e elaborar*, recomenda aos praticantes da psicanálise a constante recordação sobre as mudanças que transformaram a técnica psicanalítica desde sua origem. É aceitável depreender desta formulação que a clínica continuará a transformar a técnica enquanto a psicanálise existir. Nessa direção, podemos considerar que migrar das sessões realizadas no consultório para a modalidade on-line aponta para um ajuste relacionado à técnica tal como recomendado por Freud, uma vez que ele sempre esteve atento às questões de seu tempo e nunca estabeleceu uma padronização sobre a técnica psicanalítica, ou seja, ela deve ser revista quando necessário. Na mesma direção, em retomada da teoria freudiana, Jacques Lacan (1964/2008) estabelece que a psicanálise é uma *práxis*, portanto, seu avanço teórico se dá, sobretudo, a partir dos impasses que a experiência clínica impõe ao psicanalista, ou seja, as questões oriundas da clínica psicanalítica estarão também marcadas pelas contingências de sua época, e, nesse sentido, podemos afirmar que a pandemia de covid-19 marcou nossa época afetando a cada sujeito de maneira distinta. Os efeitos da pandemia podem ser percebidos também na psicanálise à medida em que a expansão da clínica on-line pode ser uma resposta a esse evento mundial.

Salientamos que é da clínica on-line com crianças que emerge o conteúdo desta dissertação. Seguindo as recomendações de distanciamento social da OMS e embasada em Freud e Lacan, sustentei, em meu consultório particular, o tratamento de meus analisantes

exclusivamente por meio de sessões on-line. De modo geral, a psicanálise on-line não era inaugural em minha clínica, pois, no período anterior à pandemia, um analisante que iniciara sua análise no consultório, devido a uma mudança de país, passou a realizar sessões on-line a fim de continuar o tratamento. Contudo, até a pandemia, minha experiência clínica era pautada sobretudo nas análises conduzidas em consultório particular na cidade de Petrópolis – RJ. No contexto pandêmico, alguns impasses surgiram na medida em que o tratamento on-line passou a ser realizado com todos os meus analisantes. Nesse sentido, o uso do dispositivo on-line para viabilizar uma análise deixou de ser uma necessidade específica para um analisante e transformou-se na única possibilidade para todos⁵.

Diante desse cenário, o atendimento on-line com crianças era inédito em minha clínica. Antes do contexto pandêmico, sempre optei por encaminhar para outro analista as crianças que apresentavam alguma impossibilidade⁶ de continuar o tratamento no consultório, pois as sessões on-line não me pareciam uma alternativa viável. Destaco também que, até a eclosão pandêmica, não havia recebido nenhuma demanda de análise on-line para uma criança. Todavia, no contexto pandêmico, a análise on-line com crianças se tornou uma realidade e um dos primeiros impasses que encontrei foi sustentar que a análise com uma criança seria possível a partir do encontro entre analista e analisante por meio do dispositivo on-line, o que, pelo menos a princípio, parecia muito distinto do encontro no consultório.

Mesmo advertida de que o que se trata em uma análise é sempre de uma singularidade, a constatação de que algumas crianças não aderiram às sessões on-line causou-me uma inquietação. Em meu consultório particular, cerca de 90% dos adultos aceitaram as sessões on-line, e apenas 60% das crianças aderiram a essa modalidade de atendimento. Tal dado clínico se apresentou como um enigma para mim. Freud (1933/2010) adverte que uma estatística quanto à eficácia do tratamento psicanalítico não é instrutiva, pois, em psicanálise, é indicado indagar as experiências particulares de cada analisante. Seguindo a recomendação freudiana, a presente pesquisa de mestrado se impôs a fim de investigar os impasses que surgiram dos casos atendidos nesta modalidade a partir da singularidade de cada um deles.

Diante desses dados clínicos, perguntamos se o uso do dispositivo on-line acarretaria uma mudança no *setting* analítico e se haveria algo relacionado especificamente ao encontro

⁵ A partir deste contexto, por meio do Fórum do Campo Lacaniano – Região Serrana/RJ, participei da Rede de Pesquisa: Psicanálise on-line, instituída em abril de 2020, e findada em julho de 2023, na qual tive a oportunidade de discutir sobre esse tema com outros colegas psicanalistas que compunham a Rede. Essa experiência foi fundamental em um tempo no qual as discussões sobre análise on-line eram tão escassas.

⁶ A impossibilidade, em todos os casos que atendi, se apresentou em virtude de mudanças de cidade que os analisantes realizaram durante o tratamento.

on-line entre analista e analisante que inviabilizasse a análise com uma criança. Na contramão de tal suposição, levantamos a hipótese de que, por se tratar de um encontro ao vivo, sincrônico entre analista e analisante, no qual ambos estão presentes, a relação transferencial pode se estabelecer e isso já implica a presença do analista, que é intrinsecamente relacionada ao desejo do analista. Para Lacan (1960-1961/2010), o desejo do analista é o de que haja análise. Diana Rabinovich (2000) destaca que Lacan conceitua o desejo do analista articulado à ética que é própria à psicanálise. Nesse sentido, entendemos que sustentar as análises on-line no contexto pandêmico foi uma decisão ética do psicanalista. E, atualmente, trabalhar os seus efeitos segue a mesma direção.

No paradigmático caso da *Análise da fobia de um garoto de 5 anos*, conhecido como o caso do pequeno Hans, publicado por Freud em 1909, encontramos, em um momento inicial de construção da teoria psicanalítica, a possibilidade de variação do *setting* analítico quando necessário. Isso porque Freud encontrou com Hans apenas uma vez, e sua análise foi conduzida pelo pai do menino que era orientado por Freud. Nesse sentido, estabelecemos uma analogia da variação do *setting* analítico nesse caso freudiano e a variação decorrente do uso do dispositivo on-line, ressaltando que o que engendra uma análise não é, de modo algum, o espaço físico no qual analisante e analista se encontram.

Nessa direção, abordaremos a psicanálise on-line com crianças a partir de observações clínicas recolhidas das análises conduzidas nessa modalidade, articulando-as aos conceitos de transferência e ato analítico, enfatizando a presença do analista, o desejo do analista e o sujeito suposto saber. As discussões sobre a transferência na análise on-line serão fundamentadas na máxima freudiana de que não se faz análise *in absentia* ou *in effigie*. Freud (1912b/2017) considera a transferência o motor de uma análise, ou seja, o que engendra o seu funcionamento, ressaltando que o manejo dos fenômenos transferenciais é uma das tarefas mais laboriosas para o analista. Porém, é somente por meio da transferência que a análise avança e as moções inconscientes podem ser trabalhadas. Para ele, tais moções “nos prestam o inestimável serviço de tornar manifestas e atuais as moções amorosas ocultas e esquecidas dos pacientes, pois, afinal, ninguém pode ser abatido *in absentia* ou *in effigie*” (FREUD, 1912b/2017, p. 83).

As expressões de origem latina *in absentia* e *in effigie* podem ser traduzidas como *em ausência* e *em imagem*, respectivamente. Para Freud, uma análise não pode ocorrer a partir dessas duas representações, ou seja, não pode acontecer com o analista ausente, tampouco por meio de uma imagem do analista, pois ele precisa estar presente para um dia ser liquidado no fim de uma análise. Quinet (2009) pontua que Lacan propõe substituir o termo “liquidação” por “resolução”, pois a transferência não se liquida ao final de uma análise, ela se resolve. Liquidá-

la seria liquidar o próprio inconsciente, o que é impossível. Desse modo, ao fim de uma análise, o que se liquida é o sujeito suposto saber que poderá se dissolver após a resolução da transferência.

Quinet (2021, p. 11), ao escrever sobre a psicanálise on-line, formaliza a transferência como “o verdadeiro *setting* analítico”. Tal possibilidade se reafirma quando tomamos por definição que o espaço que se cria com a transferência é o verdadeiro *setting* de uma análise, e que, portanto, desde sempre, o *setting* analítico é virtual no sentido de que não se refere, de forma alguma, ao espaço físico de um consultório, e sim ao modo como se dá a relação analítica. Nesta perspectiva, perguntamo-nos se e em que o caso da análise on-line diverge disso. Levantamos a hipótese de que, por se tratar de um encontro ao vivo, sincrônico entre analista e analisante, no qual ambos estão presentes, a relação transferencial pode se estabelecer e isso já implica a presença do analista.

Para avançarmos na elaboração dessa hipótese, organizamos o texto da dissertação de tal maneira que iniciaremos o primeiro capítulo com observações clínicas provenientes da análise de Maria, uma criança de 5 anos. Tais observações provocaram uma série de questionamentos sobre os efeitos da sessão on-line para este tratamento que não pôde seguir por meio do dispositivo on-line, o que implicou, nesse caso, uma (im)possibilidade. Aventaremos também o lugar ocupado pela psicanálise on-line no período pré e pós pandêmico, abordando as profundas modificações que ocorreram no entendimento acerca da viabilidade desta modalidade de atendimento. Em seguida, será realizada uma revisão bibliográfica das publicações acerca da psicanálise on-line. A princípio, pesquisou-se por trabalhos orientados por Freud e Lacan, mas devido à escassez de material não foi possível realizar esse recorte. Portanto, serão apresentados autores de diferentes esteiras teóricas que convergem para um ponto em comum: não recuaram diante da psicanálise on-line. Se, por um lado, leituras teóricas distintas distanciam a maneira como cada autor teoriza sobre a psicanálise on-line, a abertura para a possibilidade de uma psicanálise além do tradicional consultório físico os aproxima. O principal ponto de articulação durante a exposição desses estudos será destacar de cada trabalho as concepções sobre o atendimento on-line em psicanálise. Serão discutidas como análogas a análise realizada por meio do telefone e a análise realizada pelos atuais aplicativos de comunicação que permitem o uso de áudio e vídeo durante uma sessão, pois, em ambas, há o encontro ao vivo, sincrônico entre analista e analisante. No último item desse capítulo, serão apresentados trabalhos que versam, especificamente, sobre a psicanálise on-line com crianças.

No segundo capítulo, serão trabalhadas as especificidades na psicanálise com crianças, a fim de embasar as discussões sobre as singularidades dessa clínica on-line. Em psicanálise,

se trata do sujeito do inconsciente que é indeterminado, atemporal, sem idade, o que não isenta o psicanalista que se dedica à clínica com crianças de considerar as especificidades que podem advir dessa clínica. Ana Laura Prates Pacheco (2012) eleva a pergunta sobre a especificidade na psicanálise com crianças à categoria de “questão central”, que se impõe ao psicanalista desde os primórdios da psicanálise até os dias atuais. A autora ressalta que a “criança é o efeito de um discurso” e não existe enquanto “objeto natural” (PACHECO, 2012, p. 278), e salienta que a noção contemporânea de criança não é de modo algum universal, pois é fruto de sucessivas modificações sociais, históricas e econômicas. A partir dessa premissa, abordaremos algumas concepções de infância produzidas em diferentes contextos ao longo do tempo, bem como o modo como cada época compreende o que é uma criança. Após essa retomada histórica, apresentaremos a concepção de criança para a psicanálise, bem como a subversão que Freud produziu na noção de infância de sua época, a partir de sua teoria sobre a sexualidade infantil, que contrariou justamente a concepção de infância daquele contexto e continua produzindo efeitos que subvertem o discurso contemporâneo sobre a criança. Por fim, debateremos as especificidades da clínica psicanalítica com crianças na contemporaneidade.

No capítulo 3, aventaremos o campo da psicanálise on-line com crianças mais especificamente. O debate será conduzido por meio da análise de fragmentos de três casos clínicos atendidos nesta modalidade. O caso de Maria, apresentado no primeiro capítulo será retomado para abordar a (im)possibilidade do atendimento on-line para esta criança, que teve sua análise interrompida durante o período de distanciamento social por meio de um posicionamento de seus pais. Este caso será debatido também em relação ao manejo das diversas transferências que a clínica com uma criança pode demandar ao psicanalista. Já com o caso de João Lobo, um analisante de sete anos que iniciou sua análise no consultório, aceitou continuar seu tratamento on-line durante a pandemia e finalizou sua análise neste dispositivo, será explorado o conceito de transferência e a noção de sujeito suposto saber. Por fim, com o caso de Alice, uma analisante de seis anos que iniciou o seu tratamento já no dispositivo on-line, será abordado o efeito da transferência e do ato analítico, bem como o uso do brincar nessa análise. Serão abordadas também as dimensões da presença do analista e do desejo do analista na psicanálise on-line com crianças à luz das observações clínicas destes três casos.

Ao longo desta dissertação, a pergunta de Lacan (1953-1954/2009, p. 19): “O que fazemos quando fazemos análise?”, que aparece nos idos da década de 1950, perpassa todo o ensino lacaniano e permanece atualíssima, será constantemente retomada enquanto buscamos tecer algumas articulações sobre a psicanálise on-line com crianças, a fim de avançar a partir dos impasses que se impuseram a partir da clínica. Conforme mencionamos, a prática on-line

com crianças se apresentou como inédita e, diante desta novidade, à pergunta de Lacan propomos uma pequena variação: O que faz um analista na análise on-line com crianças? Sabemos que respondê-la de modo a esgotá-la é impossível. Nesse sentido, o intento será construir algum saber, sempre marcado pela falta, sobre a psicanálise on-line com crianças.

1 PANORAMA HISTÓRICO SOBRE A PSICANÁLISE ON-LINE

Uma psicanálise, padrão ou não, é o tratamento que se espera de um psicanalista.

Jacques Lacan

Iniciaremos este capítulo com observações clínicas, provenientes da análise com uma criança, que provocaram uma série de questionamentos sobre os efeitos das sessões on-line para a condução deste tratamento no contexto pandêmico. Aventaremos também o lugar ocupado pela psicanálise on-line no período pré e pós pandêmico, abordando as profundas modificações que ocorreram no entendimento acerca da viabilidade desta modalidade de atendimento. Em seguida, faremos uma revisão das publicações acerca da psicanálise on-line. A princípio, pesquisamos trabalhos orientados por Sigmund Freud e Jacques Lacan, mas, devido à escassez de material, não foi possível realizar esse recorte. Portanto, apresentaremos autores de diferentes esteiras teóricas que possuem um ponto em comum: não recuaram diante da psicanálise on-line. Nosso principal ponto de articulação será destacar, em cada texto, as concepções dos autores sobre o tratamento psicanalítico on-line. Conforme mencionado na introdução, discutiremos como análogas a análise realizada por meio do telefone e a análise realizada pelos atuais aplicativos de comunicação que permitem o uso de áudio e vídeo durante uma sessão, pois, em ambas, há o encontro ao vivo, sincrônico entre analista e analisante. Por fim, nos deteremos nos trabalhos que versam, especificamente, sobre a psicanálise on-line com crianças.

1.2 Caso Maria⁷: uma questão preliminar sobre a (im)possibilidade da psicanálise on-line para esta criança

Maria, de cinco anos, estava em análise há algum tempo e, na ocasião da pandemia, teve o tratamento interrompido. Desde as entrevistas preliminares, esse foi um caso de difícil condução. Em vários momentos, a analisante e/ou seus pais indicavam a possibilidade de interromper o tratamento. Contudo, havia uma transferência estabelecida que possibilitava a

⁷ Para preservar o sigilo, parte da história será suprimida e alguns aspectos modificados, sem comprometer, contudo, a análise do caso.

continuidade desta análise. Com a pandemia e a possibilidade da análise on-line, ocorreu uma transformação nesse quadro. O pai de Maria, como porta voz de uma decisão dele, da esposa e da filha, afirmou: “on-line é impossível”. Naquela ocasião, a tentativa de manejo da analista foi fracassada.

Após alguns meses, o pai solicita a retomada do tratamento, atendendo a um pedido de Maria. Ele e a esposa estavam angustiados, pois não sabiam como lidar com o comportamento agitado da menina, que já era “difícil” antes do isolamento social, mas que estava “impossível” a partir do contexto pandêmico. Segundo o pai, como a filha pediu para retornar à análise, eles decidiram experimentar o tratamento on-line, possibilidade apresentada pela analista na ocasião da interrupção abrupta desta análise e que só pôde ser aceita por eles *a posteriori*. Novamente, o “impossível” apareceu na fala dos pais. A aposta analítica foi que o impossível não se referia apenas à modalidade on-line, mas também ao que Maria denunciava e que concernia a algo do “impossível” que tocava a cada um deles. Não é sempre do impossível que se trata em uma psicanálise?

Com esta aposta da analista, o tratamento foi retomado de forma on-line. No decorrer das sessões esporádicas com os pais, ora um deles faltava, ora outro assistia tv ou executava tarefas profissionais. Vale destacar que eles enfrentavam problemas conjugais e cogitaram a separação em vários momentos, mas optaram por “deixar quieto”. No período pré-pandêmico, viviam uma dinâmica na qual pouco se encontravam, pois ambos trabalhavam muito e se revezavam quanto aos cuidados em relação à Maria. Por exemplo, um a levava para a aula de música e o outro para a escola, ou seja, raramente os três ficavam juntos. Porém, o contexto pandêmico alterou radicalmente essa dinâmica, já que conviviam o tempo todo no mesmo espaço físico. Era mais difícil “deixar quieto” com tamanha proximidade no dia a dia?

Nas sessões com Maria, a princípio, o trabalho de análise pôde seguir, pois o lugar privilegiado da fala da analisante e o endereçamento das suas questões à analista estavam preservados. Foi combinado com os pais e com Maria que, para realizar as sessões, ela ficaria em um espaço no qual tivesse privacidade. Entretanto, a analisante percorria os diversos ambientes da casa durante sua sessão, de modo que os pais tinham acesso à parte do que ela dizia, que por sua vez se encarregava de garantir que eles a escutassem. Em dada sessão, por exemplo, ela foi para a varanda da casa, lugar em que podia-se ouvir a voz de sua mãe. Ao ouvi-la, a analisante pergunta à analista: “Você vai me falar a verdade? A minha mãe chorou aquele dia que conversou com você? Eu ouvi, estava no outro quarto, meu pai fechou a porta, mas eu ouvi”.

Em outra sessão, Maria estava brincando com um jogo. Nos momentos em que perdia um dos desafios propostos na partida, saía do quarto e voltava em seguida. A analista questiona o porquê de precisar sair toda vez que perdia. Maria sorri e fala que precisava ir ao banheiro. Com a saída da menina do quarto, foi possível escutar a mãe gritando de outro cômodo da casa: “Não faça isso! Conte para ela o que aconteceu!”. Quando a analisante retornou, disse que estava de castigo por se “comportar mal” e “responder à mãe”. Em associação, disse que “xinga” a mãe e não faz o que ela pede, e que, muitas vezes, só conseguia agir de outro modo quando o pai “brigava”, e que isso a deixava triste. O que Maria respondia à mãe? Quais os efeitos dessa dinâmica do casal para a menina?

Após esta sessão, os pais interrompem a análise novamente. Dessa vez, a mãe em nome do casal, envia uma mensagem dizendo que realizar o tratamento em casa era “impossível”. Para a mãe, Maria não “fazia” a sessão “direito”, ela entendia que o movimento de sair e entrar no quarto durante o atendimento significava que o trabalho não estava funcionando. Mas o que é que não estava funcionando? O “impossível” antes associado ao on-line, em seguida ao comportamento da filha, e naquele momento à casa, não cessava de se manifestar. Mas de qual impossível se trata? Novamente, a tentativa de manejo da analista fracassou.

O impossível, para Lacan, é um dos nomes no Real. “É no plano do impossível, como sabem que defino o que é real” (LACAN, 1969-1970/1992, p. 173). O impossível que aparecia na fala dos pais e também no comportamento da analisante apontava para um furo que lhes concernia. Porém, naquele momento, só pôde ser escutado como o impossível do tratamento on-line. A despeito desta interpretação da analista, o questionamento sobre a necessidade do atendimento fora de casa para a continuidade deste tratamento ainda reverbera, já que até a ocasião da pandemia, apesar das dificuldades, o tratamento seguia. Foi a falta de um espaço separado dos pais, em alguma medida proporcionado pelo consultório da analista, que contribuiu para o fim desta análise? O anteparo oferecido pelo espaço do consultório seria fundamental nesse tratamento? A sessão realizada em casa expôs, de forma selvagem, algo que, naquele momento e daquela forma, era “impossível” para eles suportarem?

O tratamento de Maria por meio das sessões on-line foi “impossível”. Vale lembrar que Freud (1937/2020) situa a psicanálise como um dos três ofícios impossíveis, a saber: psicanalisar, governar e educar. É justamente em torno de um impossível de simbolizar, em torno de um furo, de uma falta, que uma psicanálise pode avançar. Embora o fracasso da análise de Maria não possa ser reduzido ao atendimento on-line, o questionamento sobre seus efeitos pode nos fazer avançar nas discussões sobre o uso deste dispositivo. No capítulo 3, retomaremos estas discussões e apresentaremos também os casos de Alice e de João Lobo para os quais a

sessão on-line não impossibilitou o tratamento. Optamos por apresentar este caso no início desta dissertação pois as dificuldades com o dispositivo on-line, muito mais que as possibilidades, fomentaram a presente pesquisa, que está inserida em um campo de escassas publicações. E também porque a escrita deste trabalho é norteadada pela máxima freudiana de uma psicanálise só pode ser abordada no caso a caso, pois não há generalização possível quando se trata do sujeito do inconsciente. Logo, é deste modo que discutiremos a psicanálise on-line com crianças.

1.3 Psicanálise on-line: uma variante do tratamento padrão?

Antes de mais nada, é necessário ressaltar a escassez de publicações sobre psicanálise on-line no período anterior à pandemia de covid-19. A partir deste contexto, verificamos um movimento de adesão maciça dos psicanalistas ao atendimento on-line, o que gerou intensas discussões, pois tal prática ainda não era recebida por parte da comunidade psicanalítica como legítima. Nesse sentido, Alinne Coppus (2020) desenvolve uma articulação interessante. Para ela, no período pré-pandêmico, havia uma espécie de “cautela/certeza” de muitos psicanalistas em relação à impossibilidade de um tratamento psicanalítico on-line. A autora salienta que tal “cautela/certeza”, muitas vezes, advinha de uma posição teórica sem uma prática clínica.

Em outro viés, verificamos que alguns psicanalistas, a exemplo de Fabio Belo (2021) e Lia Pitliuk (2022) já atendiam de forma on-line. Porém, até a ocasião da pandemia, não haviam publicado sobre as análises que conduziam nessa modalidade, o que parece reforçar o caráter emblemático que perpassa a carência de pesquisas neste campo. A pesquisa aqui engendrada confirmou que, antes do contexto pandêmico, o espaço para as discussões e produções teóricas acerca da psicanálise on-line não era favorável e, inclusive, havia uma hostilidade em relação à prática. Tal cenário pode ser ilustrado pelo trabalho de Sharon Zalusky (1998), que será aqui citada, não por seu posicionamento em relação ao uso do dispositivo on-line, mas por apontar este cenário hostil, uma vez que a autora publicou sobre o atendimento de pacientes por meio do telefone em uma época na qual esse tema raramente era abordado em seminários de psicanálise ou em publicações de casos clínicos. A maioria dos psicanalistas se recusava à discussão por considerá-la ilegítima. De acordo com Zalusky, esse panorama criava a ilusão de uma prática inexistente. Contudo, verificava em sua clínica, e também na de alguns colegas,

exemplos de análise por telefone. Dessa forma, apontou a dissonância que existia em relação ao que a literatura existente sugeria e o que a prática constatava.

Nesse cenário, a autora argumenta que essa prática parecia uma espécie de violação de uma regra psicanalítica, que asseverava que uma análise em tal modalidade era impossível. O trabalho de Zalusky, escrito há mais de duas décadas, apresenta, em alguns aspectos, questões semelhantes às encontradas em publicações contemporâneas. Por exemplo, ressalta que o paciente atendido por telefone tem um encargo adicional em relação ao atendido no consultório, pois fica responsável por criar um espaço propício para que o tratamento aconteça. Nesse sentido, seu argumento converge com o de Pitliuk (2022), que será abordado no item 1.3 deste capítulo. Pitliuk utiliza como critério para avaliar a indicação ou contra-indicação de uma análise on-line a possibilidade do analisante sustentar uma maior parte do “*setting* do que habitualmente lhe caberia” (PITLIUK, 2022, p. 54), uma vez que o habitual é entendido por ela como o atendimento no consultório.

Apesar de perceber bons resultados nas análises por telefone, Zalusky não dispunha de material suficiente para avaliar seus efeitos a longo prazo. Por esse motivo, segundo a autora, essa modalidade seria indicada para tratamentos de curto prazo, no qual o paciente estivesse impossibilitado de ir ao consultório. De acordo com a autora, essas sessões proporcionam um encontro “indireto” entre analista e analisante, pois as falas do analisante e do analista precisam passar pelos cabos telefônicos até chegarem ao destino. Para Zalusky, mesmo quando as câmeras de vídeo estiverem disponíveis para serem utilizadas em uma sessão, o encontro nunca será semelhante ao do consultório.

Para fomentar a discussão, destacamos outros dois autores, cujos trabalhos serão abordados no item 1.2 desta dissertação. A primeira é Sylvia Nóbrega (2005), que cita o estudo de Zalusky (1998) como um dos pioneiros nesse campo. Já no título de seu artigo, *Psicanálise on-line – finalmente saindo do armário?*, Nóbrega apresenta uma questão que pode ser lida como uma espécie de provocação a uma psicanálise ortodoxa que em seu bojo carrega uma série de preconceitos. A expressão *sair do armário* ainda é, infelizmente, frequentemente utilizada em referência às pessoas que assumem publicamente sua orientação sexual para além da heteronormatividade e não se submetem ao discurso que assevera que apenas os relacionamentos heterossexuais são legítimos e aceitos socialmente. A autora questiona se os psicanalistas estariam *saindo do armário*, pois, no momento em que praticavam a psicanálise on-line, não mais se submetiam ao discurso psicanalítico normatizador que preconizava que apenas a psicanálise realizada no consultório seria a legítima.

O segundo autor é Bruce Fink (2011) que, ao publicar o caso de uma paciente atendida via telefone, colocou novamente a questão em discussão, visto que naquela época ainda se temia testemunhar sobre essa prática, já que a ideia de que a “verdadeira psicanálise” seria a realizada no consultório permanecia. Esse pressuposto encarna um ideal que implica a existência de um modelo único de tratamento, um padrão para toda e qualquer psicanálise. Porém, tal posicionamento desconsidera o que Freud (1913/2020) nos ensina com suas recomendações sobre a técnica psicanalítica,

não querendo advogar para elas uma obrigatoriedade absoluta. A diversidade extraordinária das constelações psíquicas em questão, a plasticidade de todos os processos anímicos e a riqueza de fatores determinantes também se opõem a uma mecanização da técnica e permitem que um procedimento usualmente justificado por vezes se torne sem efeito, assim como um procedimento costumeiramente errôneo algumas vezes possa levar ao objetivo esperado (FREUD, 1913/2020, p. 121).

Conforme teorizado por Freud, a psicanálise não comporta uma generalização, pois é uma prática do singular, o que nos permite conceber que a escassez de publicações sobre a clínica on-line pode estar relacionada ao pressuposto sustentado por alguns psicanalistas de que a “verdadeira psicanálise” é a realizada no consultório. Contudo, não podemos embasar tal posicionamento na teoria freudiana. Isso porque, de acordo com a citação acima, uma mecanização da técnica não foi proposta por Freud, pois isso não serviria à escuta da singularidade de um sujeito.

Lacan (1958a/2003), em uma comunicação para um Congresso realizado em Barcelona, discorre sobre a psicanálise falsa e a verdadeira. Para ele, a primeira se afasta do campo que fundamenta a psicanálise. Seu efeito nocivo advém de um esquecimento ou desconhecimento do psicanalista que a exerce em relação a teoria psicanalítica. Por outro lado, a segunda se fundamenta “na relação do homem com a fala” (LACAN, 1958a/2003, p. 173). Os efeitos de uma psicanálise verdadeira são observados na medida em que testemunham a criação de algo novo a partir da fala do analisante. Assim, o lugar privilegiado da fala do analisante é o fundamento que norteia a prática do analista. O ensino de Lacan é subversivo por criticar o discurso psicanalítico de sua época que buscava normatizar a formação de um psicanalista bem como sua prática, ou seja, definir o que é uma psicanálise. Desde o início ele insiste que esta formalização da prática psicanalítica não está presente na obra de Freud, conforme podemos perceber no texto freudiano citado acima. Então, por quais caminhos os psicanalistas pós-freudianos enveredaram para sustentar tal discurso normatizador?

A questão que nomeia este item, a lembrar: Psicanálise on-line: uma variante do tratamento padrão?, pode ser trabalhada também a partir do texto *Variantes do tratamento padrão*, no qual Lacan ([1955]1966/1998) tece uma crítica ao movimento engendrado pelos pós-freudianos de padronização da prática psicanalítica, que ele denomina como “formalismo prático”, que buscava estabelecer uma regra do que poderia ou não ser feito por um psicanalista. Contrapõe ao “formalismo prático” o que conceitua como “formalização teórica”, que engloba um rigor teórico que deve ser embasado na ética da psicanálise, essa, sim, norteadora da prática psicanalítica.

Para Lacan, em meados de 1900, a “formalização teórica” estava longe de ser alcançada, pois era confundida com o “formalismo prático”. As regras que versavam sobre a formação do psicanalista instituíam uma postura rígida e padronizada, que servia como uma espécie de álibi para que o analista se esquivasse de dar notícias de sua prática, bem como de discutir os pressupostos teóricos que a sustentavam. Qualquer movimento de inovação despertava no analista ortodoxo, adepto do “formalismo prático”, uma inquietação que se apresentava supostamente alicerçada em premissas teóricas sob a forma do questionamento: “será que isso ainda é psicanálise?” (LACAN, [1955]1966/1998, p. 327).

Nesse contexto, os psicanalistas permaneciam “no silêncio que é privilégio das verdades indiscutíveis” (LACAN, [1955]1966/1998, p. 327), de tal modo que a prática clínica se fechava na padronização que a determinava, pois qualquer desvio se apresentava como uma psicanálise falsa. Lacan questiona o que é uma psicanálise e, na ocasião, afirma: “uma psicanálise, padrão ou não, é o tratamento que se espera de um psicanalista” (LACAN, [1955]1966/1998, p. 331). Podemos depurar desta frase que sem psicanalista não há psicanálise. No entanto, qual é a psicanálise que forma um analista?

Já no texto *Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956*, Lacan (1956/1998, p. 462) afirma que se foi possível “definir ironicamente a psicanálise como o tratamento que se espera de um psicanalista, é justamente a primeira, no entanto, que define a qualidade do segundo”. Ao fim de uma análise, um analista pode surgir, portanto, que o psicanalista depende da psicanálise na qual ele se forma. Em outras palavras, ele se forma no divã, que certamente não é a mobília, e sim a própria experiência analítica. Freud nos legou o tripé necessário para a formação de um psicanalista: análise pessoal, estudo teórico e supervisão.

A crítica de Lacan às sociedades psicanalíticas de sua época, que distorciam a obra de Freud, o levam a fundar uma nova escola após seu rompimento com a IPA (Associação Psicanalítica Internacional), pois ele questionava o que era por ela instituído, já que, conforme

exposto acima, a forma de interpretação da teoria freudiana fará toda a diferença na formação de um analista. Não há tratamento padrão para o que é da ordem do singular, não há normatização para o que é da ordem do inconsciente. Nessa direção, o rigor teórico é crucial, e deve estar respaldado na ética da psicanálise que norteia a experiência clínica, mas não a engessa em uma padronização. Ética que orienta a escuta da singularidade de cada analisante, a escuta do que lhe é único, logo, não padronizável.

Em relação ao que os psicanalistas, em nome de Freud, institucionalizavam como “verdadeira psicanálise”, percebemos uma crítica contundente de Lacan, por meio da qual ele advertia sobre a urgência na releitura dos conceitos fundamentais da psicanálise, no sentido de a ela retornar, considerando a primazia do inconsciente. Esse movimento culmina na proposta lacaniana de retorno a Freud, e indicava também um novo caminho, que Lacan nomeou como “operação do despertar”, que consistia em retomar as palavras de Freud em uma espécie de ressurreição de sua fala.

Antônio Quinet (1991), ao abordar a novidade da proposta de Lacan, parte da pergunta: o que fundamenta a experiência analítica é o dispositivo técnico inventado por Freud, que estabelece a associação livre como a única regra fundamental? Argumenta que, para as sociedades psicanalistas do tipo ipeísta, a resposta é: ao dispositivo técnico deve-se acrescentar o contrato a ser estabelecido entre analista e analisante que compreende critérios como frequência, valor e duração das sessões para garantir o *setting* analítico adequado. Desse modo, essas sociedades psicanalíticas se afirmam como instâncias capazes de regulamentar e garantir a boa prática de um analista. Porém, o mesmo questionamento pode ser elucidado a partir da subversão proposta por Lacan que, preservando a regra da associação livre, formalizou o conceito de ato analítico no lugar do contrato analítico, situando a psicanálise na esfera ética e não no campo das regras.

É o analista com seu ato que dá existência ao inconsciente, promovendo a psicanálise ao particular de cada caso. Autorizar o início de uma psicanálise é um ato psicanalítico – eis a condição do inconsciente cujo estatuto não é, portanto, ôntico, mas ético, pois depende desse ato do analista. O conceito de ato analítico desvela que o dito ‘contrato’ do início da análise exime o analista da responsabilidade de seu ato – é um contra-ato (QUINET, 1991, p. 8).

Quinet afirma que Freud teve o “ato inaugural” ao inventar a psicanálise, marcando um antes e um depois, que iniciou o caminho para a formalização do inconsciente. De lá para cá, à revelia do estabelecido por Freud, muitos psicanalistas se ocuparam em pensar os preceitos técnicos necessários para a continuidade da psicanálise. A pergunta sobre o que fundamenta a

experiência analítica ainda ecoa e o legado freudiano deixa a cada psicanalista a incumbência de reinventar a psicanálise, pois o “ato fundador” se renova a cada nova psicanálise na medida em que um analista, com um “ato decidido”, se propõe a receber um analisante para tratamento.

Discutiremos o conceito de ato analítico em uma psicanálise on-line no terceiro capítulo com o caso Alice. Nesse momento, limitamo-nos a perguntar: em que os argumentos de Lacan, naquela época, podem fomentar as discussões sobre a psicanálise on-line hoje? Em maio de 2020, no lançamento da revista digital da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano (EPFCL), intitulada: *Pandemundo I*⁸, Colette Soler afirmou que a pandemia de covid-19 despertou os psicanalistas de um sono que se apresentava nos hábitos incorporados por eles em seu ofício. Para ela, tal despertar causou um estupor seguido de um entusiasmo que fomentou a reinvenção da clínica psicanalítica por meio do uso das tecnologias digitais durante os atendimentos.

Podemos questionar se foi uma espécie de “formalismo prático” contemporâneo que contribuiu para que a psicanálise on-line ficasse tanto tempo em uma categoria de psicanálise não verdadeira? Fato é que a clínica convoca o analista à pesquisa e à articulação teórica e, portanto, seguindo a recomendação de Lacan, retornamos à formulação freudiana de que “um dos méritos do trabalho analítico é que nele pesquisa e tratamento coincidem” (FREUD, 1912a/2020, p. 66). E, nesse sentido, entendemos que a pesquisa em relação à psicanálise on-line é urgente, já que é uma realidade na clínica. À vista disso, no próximo item, discutiremos publicações de diferentes perspectivas psicanalíticas, destacando do trabalho de cada autor a concepção sobre a psicanálise on-line.

1.4 Psicanálise on-line antes da pandemia de covid-19

Bruce Fink (2011), psicanalista lacaniano, definiu a análise por telefone como uma modificação da situação analítica tradicional, ou seja, uma variação da análise realizada no consultório. Argumenta que um paciente pode ser acometido por uma contingência como, por exemplo, uma mudança residencial, que o impossibilite continuar sua análise. Nesses casos, um encaminhamento para outro psicanalista pode ser uma solução. Todavia, alguns pacientes não podem ser encaminhados, por motivos diversos, tais como: ausência de outro analista na região

⁸ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HxOAQiRzRLI>>. Acesso em: 15 de jul. de 2020

para a qual o paciente se mudou; barreiras relacionadas ao idioma; desejo do paciente de continuar com o mesmo analista; mudança residencial apenas temporária. Para esses pacientes, é recomendado que o analista busque alternativas para viabilizar a continuidade do tratamento, e as sessões por telefone podem ser uma boa opção.

O autor passou a considerar essa possibilidade de atendimento devido à experiência clínica com uma paciente que, após a interrupção provisória de seu tratamento devido a uma mudança temporária para o exterior, ligava para ele constantemente para lhe falar de suas angústias. Antes da viagem, eles haviam combinado que, na data de retorno da paciente, sua análise seria retomada, porém essa pausa não funcionou para ela:

[...] depois de vários telefonemas desesperados, combinamos agendar um tempo regulamentar para que ela me ligasse [...], e nós trabalhamos por telefone até retornar aos Estados Unidos. Percebi logo que o trabalho com ela por telefone procedeu tão bem quanto se ela estivesse no divã, e quando mais tarde precisei sair da costa oeste para trabalhar em Pittsburg [...], retomamos nossas sessões por telefone (FINK, 2011, p. 319).

O agendamento das ligações telefônicas, uma vez que percebeu que nelas a paciente lhe endereçara conteúdos para trabalho analítico, foi a forma pela qual o autor encontrou uma maneira de continuar esse tratamento. É interessante notar que a princípio, a impossibilidade de ir ao consultório partiu da analisante, mas, em um segundo momento, foi encarnada pelo analista. Nesse caso, as sessões por telefone viabilizaram a análise, apesar das impossibilidades tanto da analisante quanto do analista. A partir desta experiência, Fink passou a sugerir sessões por telefone para outros pacientes em situações semelhantes, pois compreendeu que os métodos utilizados para contornar as impossibilidades determinariam a continuidade ou não de uma análise.

Apesar de perceber o efeito positivo do uso das ligações telefônicas, hesitou, por algum tempo, em aceitar novos pacientes para atendimento exclusivo via telefone, pois compreendia as sessões realizadas desta forma como um complemento em relação às presenciais. Esse entendimento modificou-se com o tempo, pois percebeu que ambas apresentavam um caráter similar e não complementar. Propõe o termo “teleanalisandos” ou “telisandos” (FINK, 2011, p. 320) para designar os pacientes atendidos por telefone, aspecto que vale ser destacado, pois embora assinale a similaridade entre as sessões realizadas no consultório e por telefone, indica uma diferença na maneira de nomear os pacientes.

Fink destaca que o ponto imprescindível para que uma análise por telefone aconteça é que a ligação seja apropriada, sem interferência de outras pessoas e sem ruídos decorrentes de

uma falha técnica, pois a qualidade da ligação é necessária para que o analista possa escutar os lapsos e pausas na fala do paciente e não da chamada telefônica, pois, para ele, o ponto essencial de uma análise é a “escuta: analista e paciente devem ser capazes de ouvir um ao outro. É o que a paciente diz, e como ela diz, que é de grande importância em análise” (FINK, 2011, p. 323). Como uma forma de manejo, Fink explicava aos pacientes sobre as intercorrências possíveis e pedia que retornassem à ligação caso ela falhasse ou caísse. Inclusive, não indicava que a sessão fosse realizada por meio de telefone sem fio ou celular, pois, à época, esses aparelhos tinham uma qualidade inferior ao telefone fixo.

Quanto aos fenômenos transferenciais, inicialmente, Fink surpreendeu-se ao constatar que eles se apresentavam de maneira similar ao que acontecia no consultório, por meio, por exemplo, de expressões de amor que os “teleanalisandos” lhe direcionava durante as sessões por telefone. A diferença se deu pela ausência de indícios transferenciais relacionados aos aspectos físicos do analista, o que pareceu facilitar a livre associação do paciente. A extração da imagem do paciente pode favorecer também a escuta do analista, indicando possíveis benefícios da análise por telefone.

Na mesma lógica, percebeu que as resistências também apareciam de forma similar, mas algumas se associavam à dinâmica específica do contato telefônico. Cita um exemplo em que um “teleanalisando” pode esquecer de postar pelo correio o cheque com o pagamento, ou mesmo enviá-lo sem a assinatura, algo que não aconteceria numa análise no consultório pois o paciente não precisaria postar o cheque no correio. Todavia, indica que independentemente das variações que possam advir, a transferência e a resistência encontrarão um meio para se manifestar, e, nesse sentido, o manejo do analista permanecerá invariável na análise por telefone.

Cita a seguinte vinheta clínica: certa vez uma paciente lhe falou que ele parecia cansado, mesmo sem vê-lo. Ele respondeu à paciente com uma pergunta: “Cansado?”. Então, após um tempo de silêncio, ela pôde prosseguir: “Talvez eu sempre ache que as pessoas estão cansadas de me ouvir” (FINK, 2011, p. 332). Deste modo, Fink salienta que a presença do analista é dissociada de sua presença física, pois uma análise, mesmo no consultório, funciona sem contato físico entre analisante e analista, logo, a presença do analista não é uma referência à presença encarnada pelo seu corpo em sua dimensão biológica, mas do seu corpo como receptáculo das questões do analisante.

O autor não desenvolve discussões sobre as concepções de corpo para a psicanálise e sobre o conceito de presença do analista. Contudo, é possível recolher de seu texto – por meio de fragmentos clínicos, como o de um paciente que se sente mais próximo do analista devido à

sensação de intimidade que a ligação telefônica lhe provoca por escutar a voz tão próxima ao ouvido – que Fink concebe que, na análise por telefone, o analista está presente e, por isso, pode funcionar como um operador para que o tratamento aconteça.

Por fim, salienta que a análise por telefone não é para todos, pois alguns pacientes seguem muito bem com as sessões telefônicas, enquanto outros necessitam de uma ligação libidinal com o analista, que só pode ser obtida pessoalmente. Em alguns casos, é possível intercalar sessões no consultório e sessões por telefone, em outros não. O autor não desenvolve o que entende sobre essa necessidade de ligação libidinal de alguns pacientes, todavia marca essa impossibilidade e indica a importância de que os psicanalistas possam prosseguir nessa discussão.

Já Nassau et al. (2015) propõem interrogar a psicanálise on-line buscando os limites e os alcances dessa prática, sem a pretensão de definir regras sobre ela. Entendem que rotulá-la como impossível *a priori* aponta para uma generalização e um “pré-conceito” por parte dos psicanalistas. Em outro viés, indicam que a generalização da oferta de psicanálise on-line é preocupante, a exemplo da publicização da análise on-line como um produto de consumo, vendendo as vantagens desse tipo de atendimento, que assim divulgados beiram a “obscenidade”. Se à época da publicação deste trabalho esse era um aspecto preocupante, atualmente esse é um cenário cada vez mais frequente, haja vista as diversas promoções de formação on-line em psicanálise que são vendidas na contemporaneidade como uma mercadoria a ser consumida, bem como o excesso de tratamentos psicanalíticos on-line que são vendidos na internet e seus efeitos nefastos. Lacan (1959-60) já indicava a imprudência do analista que se colocasse para o analisante “na postura de ser para ele a promessa de todos os bens como acessíveis” (LACAN, 1959-60, p. 262), já que deste lugar já não seria analista.

Para as autoras, sempre que possível, é indicado manter o atendimento presencial. O atendimento on-line deve ser ponderado em cada caso e pode ser uma boa alternativa para um paciente que já possua um trabalho de análise presencial e que apresente uma demanda pontual como, por exemplo, uma mudança residencial. Assim, o atendimento on-line é indicado apenas quando se trata de evitar a interrupção de uma análise já em curso. Seguindo a mesma lógica, Nassau et. al defendem que as primeiras entrevistas não podem ser realizadas de forma virtual. Salientam que na sessão on-line, devido às possíveis falhas na conexão da internet e atrasos na transmissão do som e da imagem, analista pode ter mais dificuldade para pontuar algo do que é dito pelo paciente no instante em que ele fala.

Em outra perspectiva, o trabalho de Sylvia Nóbrega (2015) apresenta um caráter histórico. Em seu artigo, analisou diversas publicações sobre a psicanálise on-line. Dentre os

trabalhos pesquisados por ela, destacaremos os de Ricardo Carlino (2011), psicanalista da Associação Psicanalítica Internacional (IPA), e de Cibele Barbieri (2005) do Círculo Psicanalítico da Bahia. De acordo com a autora, o primeiro compõe o conjunto dos psicanalistas favoráveis ao atendimento on-line, e a segunda está junto aos que se situam contrários à psicanálise on-line.

Segundo Nóbrega, Carlino afirma que o uso das tecnologias nos atendimentos psicanalíticos tende a crescer e é inevitável. Neste sentido, elabora algumas diretrizes para a psicanálise on-line, definindo-a como um tratamento indicado para adultos neuróticos e alguns adolescentes, contra indicado para crianças, e pensado caso a caso para psicóticos. O tratamento não pode iniciar de forma on-line, assim, as primeiras sessões devem acontecer no consultório. O paciente precisa ver o analista na tela, em um espaço com privacidade e boa conexão de internet. O analista, a menos que haja motivos excepcionais para não o fazer, deve prevenir o paciente quanto ao caráter experimental do tratamento e estar atento às novas pesquisas nesse campo.

Buscamos a leitura direta de alguns trabalhos do autor. No trabalho citado por Nóbrega (2015), Carlino (2011) contraindica a análise on-line para sujeitos na primeira infância, pois é fundamental para uma criança estar em contato direto com outras pessoas, e, inclusive, o uso excessivo de telas e tecnologias pode prejudicar o seu desenvolvimento. No mesmo sentido, o atendimento de um adolescente deve ser ponderado, considerando os efeitos e os hábitos do uso da tela para cada caso. Em outro trabalho, Carlino (2012) indica que a psicanálise deve estar atenta aos progressos de sua época e que as novas tecnologias de comunicação podem ser utilizadas como ferramentas nas sessões, e ainda, que os avanços tecnológicos fomentam a discussão sobre novas possibilidades de se fazer psicanálise.

Em um texto mais recente, Carlino, em parceria com Aryan et al., discutem a importância de investigar se na “psicanálise à distância” o “enquadre analítico” pode estabelecer-se. O enquadre é por eles entendido como “aquilo que deve sustentar a situação analítica” (ARYAN et al., p. 63, 2015). Eles argumentam que, desde o princípio da psicanálise, o consultório funcionou como o lugar determinado para que uma análise pudesse acontecer, mas tal dado histórico não deve gerar o entendimento de que esta é uma condição fundamental, pois o território físico em que analista e analisante estão não define o lugar da análise.

Para os autores, sempre que possível, é preferível o atendimento no consultório, e argumentam que a “análise à distância” não é indicada para todos, já que alguns pacientes não conseguem se responsabilizar pelo *setting* tal como o atendimento virtual demanda, pois não podem garantir um espaço de privacidade durante a sessão. A despeito da contraindicação,

constatarem, a partir da experiência clínica, que no atendimento on-line, a transferência e a contratransferência⁹ puderam se manifestar durante o ‘teleatendimento’, o que indica sua viabilidade em alguns casos.

Em vertente oposta, Nóbrega cita Barbieri (2005), que, segundo ela, se posiciona “frontalmente contra a psicanálise on-line” (NOBREGA, 2015, p. 148), pois afirma que a psicanálise on-line é o efeito de um processo de mercantilização do saber e do fazer transformando-os em produtos para pronta entrega. Também buscamos a leitura direta do trabalho de Barbieri (2005), e nele encontramos uma crítica à psicanálise on-line a partir de dois aspectos: o primeiro em relação à formação em psicanálise on-line e o segundo ao tratamento on-line. Devido à delimitação desta pesquisa, trabalharemos apenas o segundo ponto, no qual a autora questiona se a presença do analista poderia manifestar-se em uma sessão on-line. Ressaltamos ainda outra via em que a autora indica que o avanço das tecnologias implica o psicanalista em pesquisas sobre o impacto e a utilização delas na clínica.

Nesse sentido, Barbieri utiliza uma teorização de Quinet (2000) para fundamentar sua argumentação sobre a importância de uma psicanálise ser realizada no consultório: “O sujeito em associação livre, é um sujeito dirigindo-se ao analista cuja presença nas sessões é condição *sine qua non* para fazer o inconsciente existir. Pode parecer estranho, mas o inconsciente se presentifica na poltrona do analista” (QUINET, 2000 apud BARBIERI, 2005, p. 109). Destacamos que, atualmente, Quinet (2021) é um autor cujo trabalho, que será discutido no próximo item, sustenta a viabilidade de uma análise on-line. Barbieri (2005) pontua que não é possível articular a emergência do inconsciente dissociada da presença do analista. Sobre a manifestação da presença do analista em uma análise on-line, a autora é cautelosa, pois entende que sua afirmação demanda pesquisas para ser melhor situada, uma vez que somente a experiência clínica poderá dar notícias de sua viabilidade.

Por fim, Nóbrega (2015, p. 149) conclui seu artigo indicando que sua pesquisa aponta para um “futuro, não muito longínquo, em que cada analista terá que se confrontar com essa nova realidade. Além disso, terá que decidir se irá se abrir para essa forma singular de trabalhar, que é certamente diferente, mas não menos válida”. Podemos dizer que o futuro apontado pela autora foi abreviado pela pandemia: tal futuro já é passado e ao mesmo tempo é presente, já que o atendimento on-line foi fundamental para que as análises em curso seguissem e novas comesçassem. E, após a suspensão das medidas de distanciamento social e o controle da covid-19, as análises on-line permanecem, agora mais estabelecidas e publicizadas que outrora.

⁹ Para os autores, a análise da contratransferência do analista é um aspecto importante e constituinte do processo analítico.

Para concluir, apresentamos uma formulação de Cláudio Akimoto (2021). Para o autor, as pesquisas que articulam a psicanálise e o uso das tecnologias, especialmente a partir da pandemia, são paradoxais: em uma vertente, estão os psicanalistas que ainda resistem à ponderação dos impactos e avanços tecnológicos como uma possibilidade de elaboração acerca da prática e da teoria psicanalítica, e que discutem o uso dos dispositivos digitais de forma procedimental, por exemplo: deve-se manter ou retirar a imagem durante uma sessão on-line? Estes pesquisadores “falham em apreender a complexidade do movimento transformativo em curso, hoje, na relação do homem com a tecnologia” (AKIMOTO, 2021, p. 75). Na outra vertente do paradoxo, estão os que empreendem pesquisas com o trabalho hercúleo de considerar a ética psicanalítica, mantendo o rigor investigativo próprio à psicanálise e a complexidade contida no campo das tecnologias.

Discutiremos no próximo item alguns dos trabalhos publicados por psicanalistas brasileiros no contexto pandêmico que marcou um antes e um depois na história da humanidade, e também na história da psicanálise, que, segundo Lacan (1953/1998), deve ser composta por psicanalistas que possam alcançar a subjetividade da época a qual pertencem, em outras palavras, capazes de acompanhar as questões de seu tempo, embasados na ética da psicanálise e sem deturpar a teoria freudiana de acordo com a ocasião.

1.5 Psicanálise on-line durante a pandemia de covid-19

No Brasil, um novo tempo se estabeleceu a partir de março de 2020. Enquanto a população mundial sofria com os impactos da disseminação viral, cientistas do mundo todo trabalhavam incessantemente investigando um vírus devastador e desconhecido. Os brasileiros enfrentavam uma dificuldade a mais com um governo genocida no poder. Diversos psicanalistas sustentaram as análises de seus analisantes neste contexto que também lhes atingia diretamente. É nesse cenário que os trabalhos aqui apresentados foram forjados.

Fabio Belo (2020), psicanalista de orientação laplancheana, no livro *Clínica psicanalítica on-line: breves apontamentos sobre atendimento virtual*, argumenta que a psicanálise teve seu início permeado por relações virtuais, presentificadas nas cartas que Freud endereçava a diversos interlocutores enquanto construía a teoria psicanalítica. Suas reflexões

sobre o atendimento virtual¹⁰ começaram quando trabalhou no Centro de Valorização da Vida (CVV¹¹), e constatou que

um apoio, mesmo via telefone, pode mudar tudo da iminência do suicídio, de modo a termos uma altíssima possibilidade de o sujeito não se matar, quando é bem acolhido; portanto, tem efeito psicoterapêutico, e isso não pode ser desconsiderado (BELO, 2020, p. 22).

Embora não possa compará-los aos efeitos de uma análise por telefone, destaca os resultados que podem advir de uma ligação telefônica endereçada a alguém capaz de oferecer uma escuta.

Antes da pandemia, Belo já conduzia tratamentos psicanalíticos de forma virtual, avaliando as contingências dos pacientes que não pudessem ir ao consultório. Contudo, no contexto pandêmico, suas questões sobre o atendimento virtual se intensificaram, pois o que era praticado eventualmente se transformou na única via para o tratamento. Para ele, há diferenças entre os atendimentos virtuais e os presenciais, o desafio das pesquisas atuais é formalizá-las.

Quais são as diferenças? Quais as implicações metapsicológicas para a clínica psicanalítica a partir de uma mudança que ainda parece enorme? Haveria permanência da transferência? Quais as consequências para a contratransferência? Qual o lugar do silêncio numa análise marcada pelo virtual? E as questões do pagamento? (BELO, 2020, p. 12).

Ressaltando o caráter embrionário de suas questões, Belo não pretende respondê-las, mas abordar algumas delas de forma sucinta e, sobretudo, indicá-las como possibilidades para novas pesquisas. Destaca também a escassez de publicações nesse campo e aponta que os estudos da Psicologia – cita a Resolução nº 04/2020 do Conselho Federal de Psicologia (CFP¹²), que orienta o psicólogo sobre a psicoterapia on-line – oferecem um referencial relevante para os psicanalistas, já que discorrem sobre diversos aspectos que permeiam o ambiente virtual. Ainda nesse sentido, destaca a necessidade de pesquisas empreendidas por psicanalistas de diferentes orientações, pois cada abordagem irá compreender a psicanálise on-line de maneira distinta.

¹⁰ Manteremos a nomeação do autor.

¹¹ O CVV é uma associação civil sem fins lucrativos, reconhecida desde 1973, como uma instituição de Utilidade Pública Federal. Oferece apoio emocional a quem necessita e realiza trabalhos de prevenção do suicídio. Disponível em: <<https://www.cvv.org.br>>. Acesso em: 8 de out. de 2022.

¹² Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/nova-resolucao-do-cfp-orienta-categoria-sobre-atendimento-on-line-durante-pandemia-da-covid-19>>. Acesso em: 8 de out. de 2022.

Em sua teorização sobre os atendimentos virtuais, recorre ao conceito de “enquadre”, conforme estabelecido por Jean Laplanche, que pode ser entendido como um convite para “pensar nas exigências mínimas e nos objetivos fundamentais que regulam – sem engessar – a construção de um trabalho analítico” (BELO, 2020, p. 71). Argumenta que o “enquadre” deve ser construído pelo analista e envolve condições básicas para que a análise possa acontecer, tais como: espaço, horário, pagamento, mas não se reduz a elas, pois o essencial é o encontro entre analista e analisante. Além disso, o autor questiona se é necessário o consultório do analista para que o “enquadre” se constitua ou se ele pode se estabelecer metaforicamente, independentemente do espaço no qual ocorra, físico ou virtual.

Para tanto, Belo expõe que, por muito tempo, houve um entendimento equivocado do conceito de enquadre, reduzindo-o a um espaço físico. E, nesse sentido, argumenta que é “importante pensar no enquadre não apenas como uma série de procedimentos técnicos – como de fato existem e muitos são indispensáveis –, mas também como um tipo de sustentação feita pelo analista a partir de uma ética do cuidado” (BELO, 2020, p. 74). A partir de sua clínica, constata que, no atendimento virtual, o enquadre pode se estabelecer, pois o ambiente virtual permite ao analista sustentá-lo.

Destacamos que a concepção de Ética que norteia essa dissertação diverge da apresentada por Belo. Pois a ética que nos orienta é a da falta-a-ser, que vai na contramão de concepções de cuidado, de mestria, de orientação etc. Isso porque o analista orientado por esta ética aponta para aquilo que no ser falante não pode ser educado, cuidado, tamponado, preenchido. O analista, como objeto da transferência, indicará a própria falta do sujeito, a saber: a castração. Ao indicar a falta, o desejo do sujeito pode advir, ainda que nada possa satisfazê-lo, pois “o desejo é a metonímia da falta-a-ser” (LACAN, 1958b/1998, p. 629).

No que concerne aos problemas do atendimento virtual, Belo salienta a questão da privacidade, pois uma vez que uma sessão é realizada no ambiente virtual, há o risco de compartilhamento de dados sigilosos e gravações não autorizadas. Indica que o psicanalista utilize tecnologias de proteção, advertido que nenhuma será totalmente eficaz, e que o paciente, ao levar o celular para o consultório, também estará exposto a esse risco, pois as gravações acontecem mesmo com o aparelho desligado. A qualidade da conexão da internet também pode ser um empecilho ao atendimento e lembra que nem todas as pessoas tem acesso a ela.

Belo segue a diretriz do CFP, que contraindica o atendimento virtual para pacientes que vivenciaram alguma situação de abuso ou violência digital. A esta contraindicação, acrescenta mais uma: o atendimento virtual para crianças muito pequenas, pois elas necessitam do recurso do brincar e do desenhar. Para ele, a idade mínima deve ser definida caso a caso, e o ideal é que

a criança possua “alta capacidade de verbalização”. Destaca que não encontrou nenhuma referência teórica sobre o atendimento virtual com crianças. Belo coordena um grupo de pesquisa sobre atendimentos virtuais em psicanálise na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), instituição na qual é professor adjunto do departamento de psicanálise do curso de psicologia, e continua a pesquisar esse tema. Nesse campo, adverte que “é preciso ter cautela quanto à demanda de uma *psicanálise-delivery* propiciada pelo on-line” (BELO, 2020, p. 100).

Em outra esteira teórica, apresentamos o trabalho de Lia Pitliuk (2022) que, no livro *A sustentação de uma clínica psicanalítica em-linha (on-line)*, afirma que em decorrência da pandemia sustentou o atendimento de seus pacientes exclusivamente “em-linha”. Opta por “em-linha” em detrimento do on-line por dois motivos: o primeiro, para evitar o uso de mais um termo em língua estrangeira, e o segundo, “pelo ganho da evocação da linha, do fio, do cordão que simboliza e sustenta, ao mesmo tempo, a união e a separação” (PITLIUK, 2022, p. 17). Os termos à distância e remoto também são inadequados para designar a clínica “em-linha”, que para a autora, proporciona proximidade entre psicanalista e paciente. “Em-linha declaremos: interligados, conectados, vinculados” (PITLIUK, 2022, p. 17).

Seu trabalho “em-linha”, assim como o de Belo, é anterior à pandemia e, com o aumento desses atendimentos na fase pandêmica, pôde avançar nas articulações teóricas sobre essa clínica. Pitliuk observa que as tecnologias de comunicação estão a cada dia mais eficazes e acessíveis, o que possibilita sessões para pacientes em situação de viagem ou de mudança residencial, por exemplo. Para ela, a despeito da situação de calamidade sanitária, econômica e política causada pela covid-19, e sem querer atribuir efeitos positivos à pandemia, foi possível perceber nos psicanalistas um “frescor” oriundo do imperativo de recriação do *setting* analítico, que fomentou discussões em relação ao uso dos dispositivos tecnológicos e um retorno aos fundamentos da clínica psicanalítica. Por outro lado, indica que os efeitos da adesão em massa ao atendimento “em-linha” devem ser considerados e problematizados, pois uma prática clínica que até então era recebida com resistência, passou a ser realizada de forma “repentina, massiva e compulsória” (PITLIUK, 2022, p. 18). E por este motivo, considera importante discriminar a experiência “em-linha” do período pré-pandêmico e a realizada durante a crise mundial.

Destaca que suas observações são oriundas de análises realizadas em consultório privado com analisantes que possuem recursos para o atendimento “em-linha”. No ano de 2003, conduziu, por meio do telefone, a primeira análise “em-linha” que durou 11 anos. Nesse tratamento, as primeiras sessões ocorreram de forma presencial, em seguida, atendimentos “em-linha” eram intercalados com sessões no consultório a cada dois meses aproximadamente. Essa alternância diminuiu com o tempo, pois “a análise por telefone parecia equivaler ao encontro

presencial” (PITLIUK, 2022, p. 51). Após alguns anos, percebeu os progressos das análises em-linha e passou a aceitar pacientes para atendimento exclusivamente “em-linha”. Entretanto, ressalta algumas restrições. Por essa via, não atende

nenhum analisante clinicamente psicótico, autista, com adição grave, ou que me parecesse em algum tipo de risco de *actings* ou importantes, de risco psicossomático ou suicida, e também nunca atendi nenhuma criança por essa via. Meu critério para a aceitação de cada uma dessas experimentações em-linha era o de que fossem pessoas sobre as quais eu tivesse a hipótese de uma estruturação psíquica suficientemente sólida para que, em momentos regressivos da análise, pudessem se sustentar subjetivamente, assim como a uma parte maior do *setting* do que habitualmente lhes caberia (PITLIUK, 2022, p. 53-54).

Orientada pela teoria de Donald Woods Winnicott, entende que a capacidade de se sustentar subjetivamente está relacionada ao que o autor “formulou como *capacidade de estar só* – capacidade de autossustentação subjetiva que é alcançada, em graus variáveis, através da experiência de *estar só na presença de alguém*” (WINNICOTT, 1958/1983 apud PITLIUK, 2022, p. 54, grifos da autora). Pitliuk compreende, portanto, que quanto maior for a capacidade do paciente nesse sentido, mais apto ele estará para o atendimento “em-linha”, no qual precisará sustentar o *setting* de forma mais intensa do que faria no consultório. E nesse sentido, explica que há uma diferença no processo de subjetivação de um paciente capaz de se sustentar no “seu próprio jogo associativo” e o que necessita se apoiar em elementos concretos do consultório da analista, como a sala de espera, por exemplo. Outro aspecto fundamental para a prática “em-linha” refere-se ao que conceitua, a partir do conceito de Winnicott, de “ambiente suficientemente bom”, como “enquadre suficientemente bom”, que é aquele “capaz de fornecer as condições necessárias – e suficientes – para a instauração e desenvolvimento de um processo analítico” (PITLIUK, 2022, p. 84). O bom é entendido como um ambiente suficiente para que um potencial do paciente possa se desenvolver.

A autora também embasa suas articulações sobre o atendimento “em-linha” no texto de Freud (1912a/2020), *Recomendações ao médico para o tratamento psicanalítico*, do qual ela interpreta que o *setting* analítico “precisa estar fortemente apoiado na singularidade do funcionamento subjetivo do analista” (PITLIUK, 2022, p. 85). Pois a técnica recomendada por Freud é o resultado de sua própria experiência clínica, o que indica que cada psicanalista deve formular seus próprios modos de conduzir os tratamentos. Nesse sentido, discorre sobre sua preferência pelo uso do divã, pois este facilita sua escuta, e o atendimento face a face para ela “tende a ter um efeito de captura particularmente obstaculizante” (PITLIUK, 2022, p. 85).

[...] minha preferência pelo divã sempre esteve muito ligada à proteção da minha liberdade de escuta e de associação, e foi esse o critério de base que sustentou minha decisão, prévia à pandemia, de só aceitar em análise em-linha pessoas com quem o trabalho só por áudio parecesse uma boa indicação (PITLIUK, 2022, p. 85).

Embasada em seu arcabouço teórico, que orienta certa leitura da obra freudiana, a autora apresenta uma característica de sua prática clínica, que influencia o modo pelo qual ela pôde estabelecer parâmetros para a análise “em-linha”. Nos limites que delineou para os tratamentos nessa modalidade, verificou avanços em cada um deles. Contudo, ressalta que é importante ter prudência diante das avaliações positivas da psicanálise “em-linha”, pois elas podem levar à equívocos, já que os efeitos de um tratamento não podem ser reduzidos apenas à positivos ou negativos, pois são complexos e precisam ser avaliados a cada caso.

Em outra perspectiva, Jô Gondar (2020) recorre à formulação teórica de Sándor Ferenczi, contida no texto *Elasticidade da técnica psicanalítica* (1928), e argumenta que a metodologia apresentada por ele é oportuna para a clínica on-line que se impôs com a pandemia, pois convoca o analista a deslocar-se de uma posição de saber para situar-se “horizontalmente” na relação analítica, ao “colocar-se no diapasão do paciente, sentindo com ele seus caprichos e humores, porém mantendo, ao mesmo tempo, o exame e a crítica das associações livres e de suas próprias tendências” (GONDAR, 2020, p. 38). Para ela, a elasticidade da técnica foi fundamental para os psicanalistas que tiveram que reformular seus atendimentos clínicos no contexto pandêmico e inserir neles os dispositivos tecnológicos que o paciente e o psicanalista dispunham naquela ocasião.

Poderíamos dizer que todos os analistas tiveram que admitir algo que Ferenczi sempre nos convocou a enxergar: quem recebemos em tratamento não é apenas um sujeito, mas um sujeito e sua circunstância; se não a levamos em conta, não poderemos tratá-lo. Embora Ferenczi não tenha conhecido as inovações tecnológicas do nosso tempo, podemos abordá-las sob sua inspiração, considerando a recomendação da elasticidade na técnica psicanalítica (GONDAR, 2020, p. 38).

A autora recorre a outro conceito de Ferenczi, “hipocrisia profissional”, para designar o psicanalista que afirma, embasado em uma suposta pureza teórica, que a verdadeira psicanálise é a presencial. Para ela, ao considerar a circunstância do paciente, o psicanalista constantemente fará alterações no *setting* analítico. Discorda que na análise on-line a dimensão da presença é perdida, pois para ela essa interpretação é “universal” e “a-histórica”. Além disso, qualifica como equivocado o entendimento de que para que haja presença é preciso um encontro de corpos e argumenta que no atendimento on-line um certo modo de presença pode ser perdido, mas outros modos existem.

Gondar questiona se o cansaço que muitos analistas relataram durante os atendimentos online, embora possa estar associado ao “trauma coletivo” causado pela pandemia, pode ser relacionado à tentativa de reproduzir um parâmetro pré-concebido a uma situação incompatível. Se for o caso, a fadiga será potencializada pelo movimento de repetir modos de conduzir análises presenciais nas sessões on-line. Na mesma direção, indaga se a diminuição do cansaço com o passar do tempo pode ser um efeito da construção de um modo inédito de conduzir análises que pôde advir desse contexto.

Para Gondar, a sessão on-line não é mais ou menos qualificada que a presencial, elas são diferentes: em alguns casos, uma intimidade surge na sessão on-line e o paciente se sente mais próximo ao analista, em outros, o paciente terá essa sensação apenas no consultório. Por outro lado, a tela pode operar como uma barreira para o estabelecimento da empatia, o que implica a descoberta de novas formas de empatizar. Para a autora, há mudanças na relação transferencial a partir do uso da tecnologia durante um atendimento e esses efeitos precisarão ser abordados em novas pesquisas. De acordo com a autora, se “no passado a psicanálise não teria sido o que foi se determinadas tecnologias tivessem existido, no futuro ela não será mais o que Freud e tantos psicanalistas anteciparam desde que essas tecnologias se tornaram possíveis” (GONDAR, 2020, p. 44).

Até este ponto, apresentamos trabalhos com leituras teóricas distintas da que fundamenta esta dissertação, e, embora não possamos concordar com o que eles apontem como fundamentos da clínica psicanalítica, entendemos que a exposição deles foi relevante na medida em que fornecem um panorama do campo no qual essa pesquisa se insere. Daqui em diante, apresentaremos trabalhos embasados no ensino de Jacques Lacan e na obra de Sigmund Freud, que se afinam com a nossa proposta de pesquisa.

Para Alinne Coppus (2020, p. 130), até a pandemia “era impensável abrir mão da presença dos corpos e dos efeitos experimentados no atendimento presencial e, mais surpreendente ainda, um analisante pensar que isso seria possível”. Seu trabalho interroga a psicanálise on-line a partir dos efeitos dos tratamentos conduzidos nesta modalidade. De forma mais abrangente, argumenta que nesse contexto foi possível constatar mudanças relacionadas à formação dos analistas, à técnica psicanalítica e um retorno aos fundamentos da psicanálise. Para ela, o uso do dispositivo on-line trouxe à tona o preceito psicanalítico, estabelecido por Lacan (1964/2008), de que a psicanálise é uma *práxis*, logo, seu avanço teórico se dá, sobretudo, a partir dos impasses que a experiência clínica impõe ao psicanalista.

Conforme mencionamos no item anterior, para Coppus, até a pandemia de covid-19, havia uma espécie de “cautela/certeza” em muitos psicanalistas sobre a impossibilidade de um

tratamento on-line, advinda, em muitos casos, de um posicionamento teórico sem prática clínica. No entanto, esse cenário foi radicalmente modificado pela adesão maciça dos psicanalistas à psicanálise on-line, a autora articula esse movimento ao que Lacan (1964/2008) estabeleceu como a escolha forçada do sujeito, que pode ser definida como:

um modo lógico de relação em que o sujeito é forçado a, necessariamente, escolher uma posição em detrimento de outra. Seu exemplo maior é a expressão ‘a bolsa ou a vida’: se o sujeito escolhe a bolsa, perde a vida; se escolhe a vida, tem uma vida sem a bolsa, uma vida ‘decepada’ [...] (COPPUS, 2020, p. 132).

Para a autora, a escolha foi forçada na medida em que, para garantir a existência da psicanálise, a única possibilidade era a utilização do dispositivo on-line. Assim como a escolha entre a bolsa e a vida na qual a única opção para o sujeito é a vida, a adesão ao dispositivo on-line era a única escolha possível do psicanalista para que a psicanálise continuasse a existir. Nessa seara, os analistas foram tomados por um “não saber fazer”, que demandava invenção, rearranjos e rupturas: como continuar as análises de forma on-line mantendo a efetividade do trabalho analítico? A autora retoma os fundamentos da teoria psicanalítica e sua discussão passa pelos seguintes pontos: *setting* analítico, transferência, associação livre e presença do analista.

Coppus retoma Freud que, ao sistematizar o fenômeno da transferência, ressaltou o lugar do analista como o de abstinência quanto às questões concernentes a ele próprio, condição fundamental para que o psicanalista possa sustentar a atenção flutuante durante associação livre do analisante. A autora aborda o tema da transferência tal como Lacan o fez em seu ensino, a saber: associando os fenômenos transferenciais à noção de presença do analista, que por sua vez é correlata à própria manifestação do inconsciente. É a presença do analista que credita a existência do inconsciente, uma presença que comporta uma inscrição de falta e é “testemunha de uma perda, ou de sentido, ou de gozo, ou a perda presente no próprio encontro, sempre faltoso com o analisando” (COPPUS, 2020, p. 135).

A autora ressalta que a dimensão da presença do analista não é relacionada à presença do corpo do analista em sua dimensão biológica. Contudo, esse dado não encerra a discussão sobre os efeitos da presença física em uma análise. Nesse sentido, Coppus acrescenta um outro elemento à discussão sobre a presença dos corpos em uma análise: o divã. Para ela, em uma perspectiva diferente da apresentada por Pitliuk (2022), o divã é utilizado para suspensão da imagem do analisante e do analista da cena analítica e permite ao paciente falar mais livremente, facilitando o processo da associação livre, de tal modo que o “objeto voz” ganhe outro relevo na experiência analítica.

Coppus destaca que embora existam muitos outros vieses que perpassam as discussões sobre o uso do divã, esse aspecto é relevante por representar a indicação freudiana de que a presença ou a ausência do corpo tem efeitos no próprio processo analítico, caso contrário não haveria indicação para o uso do divã. Para ela, nesse sentido, esse pode ser um viés proeminente para as investigações sobre os efeitos que a retirada do corpo, antes materialmente presente, podem ou não acarretar à experiência analítica on-line.

É bem interessante o relato de Coppus sobre a experiência com uma analisante que volta a ser atendida no consultório após cinco meses de sessões on-line. Fazendo um movimento inédito de questionar os efeitos da migração do on-line para o consultório em uma lógica inversa a dos autores discutidos anteriormente: “esse longo tempo de atendimento on-line, em que usamos apenas a voz, trará alguma consequência ao uso do divã?” (COPPUS, 2020, p. 135). Por fim, a autora destaca o caráter embrionário das discussões sobre o uso do dispositivo on-line e indica que os efeitos do uso dele nos tratamentos psicanalíticos poderão ser recolhidos em um segundo tempo, de tal modo que retorna ao início de seu artigo quando retoma a formulação lacaniana de que psicanálise é uma *práxis*.

Por fim, apresentamos o trabalho de Antonio Quinet (2021), que, no contexto pandêmico, publicou o livro *Análise online na pandemia e depois*. Nesse trabalho, que é uma referência importante para a pesquisa aqui empreendida, o autor argumenta que, diante das medidas de distanciamento social, “a única solução era praticar a análise online com todos, não mais em caráter especial com analisantes que não pudessem deslocar-se de seus países ou cidades, mas de forma generalizada” (QUINET, 2021, p. 9). Para ele, essa foi uma condução ética a fim de garantir a continuidade das análises, bem como possibilitar o início de novas. Assim, como vários dos autores citados anteriormente, também salienta que a psicanálise on-line era realizada de maneira eventual, e que a generalização determinada pela pandemia impunha também a urgência de se estabelecer as condições para esta clínica. Nesse sentido, Quinet propõe retomar os fundamentos éticos e teóricos da psicanálise, sem estabelecer preceitos técnicos para a condução das análises on-line ou compará-las às realizadas no consultório, tampouco avaliar sobre qual seria a melhor.

O autor problematiza o impasse na utilização dos termos “presencial” e “virtual” como opostos, posto que o primeiro foi utilizado para designar a análise realizada no consultório, e o segundo, para nomear a análise on-line. Argumenta que tanto a sessão presencial quanto a virtual acontecem on-line, ao vivo, pois analista e analisante estão presentes e se encontram de forma síncrona e, portanto, sempre se trata de uma análise presencial. Por isso, prefere nomear esta clínica como psicanálise on-line. O termo remoto também lhe parece inadequado, uma vez

que o trabalho analítico é íntimo, ou melhor, êtímo, que designa uma “exterioridade íntima que é o *topos* do objeto *a*, do qual o analista deve fazer semblante nas análises que conduz” (QUINET, 2021, p. 11).

Após um ano conduzindo análises realizadas exclusivamente de modo on-line, Quinet constata a eficácia deste dispositivo que para ele, certamente, difere do modelo do divã e da poltrona herdados de Freud, contudo essa diferença por si só não acarreta resultados mais ou menos eficazes ao tratamento. Verificou avanços no trabalho analítico de seus analisantes, e, inclusive, a possibilidade de um final de análise on-line. Salientou que seu livro é o “início de uma reflexão sobre a psicanálise no século XXI, que chegou decididamente com suas novas tecnologias e uma pandemia devastadora” (QUINET, 2021, p. 14).

De acordo com o autor, um dos desafios para o psicanalista nesse contexto foi o de “considerar o atendimento online sob a égide da pesquisa e da experimentação, procurando descobrir novas modalidades de efetuação do ato analítico” (QUINET, 2021, p. 10). O ato analítico¹³ pode ser entendido como a própria manifestação do inconsciente e só pode ocorrer a partir da relação transferencial. Para Quinet, o que define a presença do analista e o ato analítico é o encontro com o real, o encontro com a *tycké* que é correlata ao *automaton* da associação livre.

Em *O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, Lacan retira do quarto e quinto capítulo da *Física* de Aristóteles os termos *tycké* e *automaton*, que, segundo ele, são mal traduzidos por acaso e fortuna. *Tycke* é “o encontro do real” e *automaton* “é a rede dos significantes” (LACAN, 1964/2008, p. 57). O encontro da *tycké*, como o encontro do real, encontro que em essência é faltoso, norteia o analista na interpretação da transferência e o ato analítico. O encontro do real está para além do *automaton*, que se caracteriza pelo retorno, pela repetição, que incide na rede dos significantes. Por isso, como Quinet definiu, é o que aparece na fala do analisante durante processo de associação livre. No mesmo seminário encontramos a formalização: “Nenhuma *práxis*, mais do que a análise, é orientada para aquilo que no coração da experiência, é o núcleo do real” (LACAN, 1964/2008, p. 58). Destacamos este aspecto por percebemos uma consonância entre o trabalho de Coppus e de Quinet, que, por caminhos distintos, indicam o mesmo ponto em relação à experiência analítica.

Da teorização de Quinet, destacaremos a que se refere ao conceito de “transferência como o verdadeiro *setting* analítico” (QUINET, 2021, p. 13). Não é o *setting* analítico – enquanto um espaço físico no qual ocorrerá o encontro entre o analista e o analisante, que será

¹³ Conforme mencionamos anteriormente, discutiremos o efeito do ato analítico em uma psicanálise on-line no terceiro capítulo com o caso Alice.

norteados por um contrato estabelecido a fim de situar as diretrizes para o tratamento psicanalítico – o que define uma psicanálise. Pois o que define uma psicanálise é a transferência e o ato analítico que só podem acontecer quando há a presença do analista. Essa definição concerne à análise que acontece no consultório e a realizada on-line.

Quinet retoma a formulação freudiana de que uma análise não pode acontecer *in absentia* (em ausência) ou *in effigie* (em imagem). Rememora que, na época de Freud, alguns pacientes lhe demandavam análises por carta e ele recusava, solicitando que fossem até Viena, pois não poderia analisar um paciente sem estar presente. Para Quinet, a psicanálise on-line não se enquadra nesse impedimento, pois analista e analisante estão presentes durante a sessão que ocorre ao vivo. Retomaremos o texto *Sobre a dinâmica da transferência*, no qual Freud (1912b/2020) apresenta esse argumento, porque ele é fundamental para avançarmos na hipótese que sustenta a nossa pesquisa, a lembrar: perguntamo-nos se e em que a análise on-line diverge do que Freud sustenta nesse texto. E levantamos a hipótese de que, por se tratar de um encontro ao vivo, sincrônico entre analista e analisante, no qual ambos estão presentes, a relação transferencial pode se estabelecer e isso já implica a presença do analista.

1.5.1 *in absentia* e *in effigie*, transferência e *setting* analítico

No texto *Sobre a dinâmica da transferência*, Freud (1912b/2020) conceitua a transferência como o motor de uma análise, pois é único mecanismo capaz de fazer com que o tratamento avance, ao mesmo tempo em que pode ser a mais intensa fonte de resistência ao trabalho. Freud retoma o que havia construído até aquele momento sobre a manifestação da transferência que acontece em todas as relações que o homem estabelece ao longo da vida, logo, não é um fenômeno exclusivo da relação analítica. O que marca a diferença é o tratamento dado aos fenômenos transferenciais ao longo de uma análise, pois “todos os conflitos [do paciente] precisam ser resolvidos no terreno na transferência” (FREUD, 1912b/2020, p. 114).

Para ele, não podemos compreender o viés da transferência para fins de resistência sem separar a transferência em duas dimensões: uma positiva e outra negativa. A primeira concerne a sentimentos amorosos do analisante em relação ao analista, e a segunda, a sentimentos hostis. O analisante atribui “realidade” ao que endereça à pessoa do analista. O analista, por sua vez, deve saber que os conteúdos amorosos ou hostis que um paciente lhe endereça são uma atualização de antigos clichês amorosos que ele construiu ao longo de sua vida, com base em

suas primeiras relações. Logo, não pode se identificar com eles. Manejar o surgimento destes conteúdos, no sentido de que o analisante possa se implicar na questão e compreender do que se trata, é um dos desafios impostos ao analista quanto ao manejo da transferência. Destaca que essa ambivalência da transferência é esperada, contudo, nos casos em que se apresenta essencialmente na dimensão negativa, a análise se torna inviável.

Ao concluir o artigo, Freud indica que o manejo da transferência é, para o analista, uma tarefa laboriosa, permeada de dificuldades, mas justamente

elas [as dificuldades] que nos prestam o inestimável serviço de tornar manifestas e atuais as moções amorosas ocultas e esquecidas dos pacientes, pois, afinal, ninguém pode ser abatido *in absentia* ou *in effigie* (FREUD, 1912b/2020, p. 118).

É somente desse modo que uma análise avança e pode chegar a um fim. Portanto, sem a presença que o analista encarna, não há análise possível. O que nos permite compreender a máxima freudiana de que não se faz análise *in absentia* ou *in effigie*, ou seja, sem um analista.

Conforme mencionamos, Quinet (2021, p. 13) afirma que a transferência “é o verdadeiro *setting* analítico”. Para ele, a psicanálise comporta concepções muito específicas sobre as dimensões de tempo e de espaço, e que elas não podem ser, de modo algum, compreendidas a partir do espaço físico do consultório. A primeira concepção, a do tempo, é estabelecida em uma perspectiva lógica, que compreende o instante de olhar, o tempo para compreender e o momento de concluir, logo, não está relacionada ao aspecto cronológico que delimita, por exemplo, um tempo convencional de cinquenta minutos para uma sessão, ou o tempo de dois anos para um tratamento. Enquanto a segunda, a do espaço, que é psíquico e não físico, é determinada pelos registros R.S.I - Real, Simbólico e Imaginário. De acordo com o autor, “O Real das pulsões e dos afetos, o Simbólico da linguagem e o Imaginário dos corpos” (QUINET, 2021, p. 11), trata-se de um espaço psíquico que é virtual e permite ocupações simultâneas, diferente do espaço físico concreto, que não pode ser ocupado por dois objetos ao mesmo tempo. “O espaço psíquico não é o da métrica e nem do esquadrinhamento” (QUINET, 2021, p. 11).

Assim, ele afirma que a transferência é “o verdadeiro *setting* analítico” (QUINET, 2021, p. 13), uma vez que o espaço psíquico é presentificado tanto na análise no consultório quanto na análise on-line, pois é por meio da presença do analista que o analisante tem o encontro com o próprio inconsciente. A formulação de Quinet, orientada por Freud e Lacan, indica que a presença do analista na análise on-line é possível. Lacan ensina que “a presença do analista é ela própria uma manifestação do inconsciente” (LACAN, 1964/2008, p. 125) que só se dá por

meio da transferência. Conforme mencionamos anteriormente, Quinet formula que o que define a presença do analista e o ato analítico é o encontro com o real, o encontro com a *tycké* que é correlata ao *automaton* da associação livre.

Também destacamos que em *O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, Lacan define termos *tycké* e *automaton* e neste mesmo seminário ele retoma os termos *in absentia* e *in effigie*.

A relação ao real de que se trata na transferência foi exprimida por Freud nesses termos, que nada pode ser apreendido *in effigie, in absentia* – e, no entanto, não nos é dada a transferência como efígie, em relação à ausência? Esta ambiguidade da realidade em causa na transferência só podemos chegar a desembrulha-la a partir da função do real na repetição (LACAN, 1964/2008, p. 59).

Podemos então compreender que a presença do analista que encarna esse encontro tíquico, encontro com o real, que é, em essência, sempre faltoso, que está para além do *automaton*, da repetição que surge na fala do analisante por meio da associação livre, que é o que pode dar notícias de um trabalho de análise, seja ela realizada no consultório ou on-line?

Para avançar em direção ao tema que é o foco de nossa pesquisa: investigar as especificidades na psicanálise on-line com crianças a partir dos casos atendidos nesta modalidade, abordaremos a seguir os trabalhos já publicados acerca da clínica on-line com crianças.

1.6 Psicanálise on-line com crianças

Em nossa pesquisa, não localizamos publicações com relatos de experiências na clínica on-line com crianças no período pré-pandêmico. Antes de aventarmos os trabalhos pós-pandemia, relembremos os autores citados anteriormente que fizeram referência à psicanálise on-line com crianças. Nóbrega (2015) afirma, sem descrever os motivos, que Carlino (2011) contraindica esse atendimento para crianças. Na leitura do trabalho de Carlino, encontramos essa contraindicação fundamentada na importância do contato direto com outras pessoas para o desenvolvimento da criança. Ele aponta, ainda, que o uso excessivo de telas e tecnologias é prejudicial nessa faixa etária.

Por outro lado, Belo (2020) destaca que não encontrou nenhuma referência teórica sobre a clínica on-line com crianças e também contraindica o atendimento virtual para elas, mas

apenas para as crianças muito pequenas, pois entende que elas necessitam mais do recurso do brincar e do desenhar, o que pode tornar mais difícil o tratamento on-line. Contudo, não descarta que “interações lúdicas” possam ocorrer entre psicanalista e paciente neste contexto. Para ele, a idade mínima deve ser definida caso a caso, e o ideal é que a criança possua “alta capacidade de verbalização”.

Em uma direção semelhante, Pitliuk (2022) optou por não atender crianças para atendimento “em-linha”, pois seu critério para aceitar pacientes nessa modalidade é que eles tenham “uma estruturação psíquica suficientemente sólida para que, em momentos regressivos da análise, pudessem se sustentar subjetivamente, assim como a uma parte maior do *setting* do que habitualmente lhes caberia” (PITLIUK, 2022, p. 53-54). Em outro viés, em prefácio ao livro *Psicanálise com crianças em tempos de pandemia: desafios e proposições para a clínica online* (VELANO et. al, 2021), a autora salienta que até a pandemia, as pesquisas em relação à psicanálise on-line giravam apenas em torno de sua viabilidade para adultos. Porém, no contexto pandêmico, os analistas precisaram decidir se suspenderiam os tratamentos ou migrariam para o atendimento on-line com todos os pacientes. Para ela, naquele momento, uma prática “verdadeiramente experimental” surgiu, já que não existia nenhuma referência teórica sobre a clínica psicanalítica on-line com crianças.

Há o desafio das especificidades da linguagem das crianças, que se expande para muito além – e aquém – das trocas verbais, agora devendo se articular pelas vias da comunicação digital; há o desafio da construção e manutenção da estabilidade e dos limites dos settings, agora sob a responsabilidade mais compartilhada que antes com as próprias crianças e com as famílias e com as instituições que a cercam (PITLIUK, 2021, p. 10).

Nos trabalhos desses três autores, encontramos um posicionamento dissociado da experiência clínica. Isso porque, por entenderem que o atendimento on-line com uma criança seria inviável, optaram por não receber esses pacientes nesta modalidade de tratamento. De fato, não localizamos publicações com relatos de experiências da clínica on-line com crianças, o que denuncia a falta de referência quanto ao uso do dispositivo on-line para a condução de análises com crianças. Porém, isso não implica em uma falta de referencial teórico, pois a mudança no dispositivo não é o mesmo que uma mudança na teoria psicanalítica. O que a experiência clínica parece indicar é que muitas crianças, mas não todas, puderam seguir suas análises por meio das sessões on-line, não sem dificuldades, assim como acontece também em tratamentos realizados no consultório.

Seguindo essa indicação, apresentaremos a seguir os trabalhos oriundos de experiências de atendimento on-line com crianças no contexto público e privado durante a pandemia no território brasileiro. Conforme já mencionamos, nesse cenário, a opção do analista era atender on-line ou interromper o tratamento. Como fizemos anteriormente, apresentaremos primeiro os autores com leituras teóricas distintas da que fundamenta nossa pesquisa e em seguida os que se alinham ao nosso estudo, ou seja, se orientam pelo ensino lacaniano. Nossa discussão priorizará as vinhetas clínicas apresentadas em cada trabalho.

Azevedo et al. (2020) publicaram um estudo realizado com 101 “psicoterapeutas de orientação psicanalítica” vinculados ao *Centro de estudos, atendimento e pesquisa da infância e adolescência* (CEAPIA¹⁴), que atenderam de forma on-line crianças e adolescentes no contexto pandêmico na cidade de Porto Alegre. Apesar de a pesquisa não indicar qual orientação psicanalítica embasa a prática destes psicoterapeutas, julgamos importante incluí-la nesta dissertação por se tratar de um testemunho pouco frequente e elucidador sobre a questão aqui abordada.

As autoras utilizaram como instrumento de pesquisa um questionário eletrônico, composto por quatorze afirmações, sete direcionadas à clínica com crianças, e sete à clínica com adolescentes, todas com três opções de resposta: concordo, discordo e não tive essa experiência. A análise dos dados foi conduzida no programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). Devido ao recorte desta dissertação, citaremos apenas as sete primeiras perguntas do formulário, conforme descrição abaixo

1) Eu senti que meus pacientes crianças demonstraram insegurança quanto à privacidade no atendimento on-line; 2) Eu tentei realizar atendimentos de crianças na modalidade on-line, mas não dei seguimento porque entendi que as condições mínimas para o tratamento não foram preservadas; 3) Eu optei por atender apenas os pais nesse período de isolamento, em vez das crianças; 4) Eu avaliei incluir outras pessoas nas sessões com as crianças, como os pais; 5) Por iniciativa da família ou da própria criança, foram incluídas outras pessoas nas sessões com as crianças; 6) Meus pacientes crianças se adaptaram ao atendimento online; 7) Eu acredito que é possível atender crianças na modalidade online (AZEVEDO et al., 2020, p. 129).

Azevedo et al. (2020, p. 131) afirmam que “a maior parte das crianças se adaptou ao novo *setting* (61,1%)”. Relacionam como possível causa dessa adaptação a imersão das crianças no mundo tecnológico desde muito pequenas. Diante deste argumento, podemos questionar: as crianças que nascem imersas nos meios digitais podem ter mais facilidade de estabelecer

¹⁴ CEAPIA é uma instituição sem fins lucrativos de Porto Alegre/RS que se propõe à formação de psicoterapeutas de orientação psicanalítica da infância e da adolescência. Disponível em: <https://ceapia.com.br/?page_id=10>. Acesso em: 16 jan. 2023.

transferência no dispositivo on-line? Ou, a adesão ao on-line se deu pois era a única forma de continuar o tratamento? Apresentamos um contraponto à análise das autoras, pois 61,1%, apesar de ser a maior parte, representa pouco mais da metade, logo, um número considerável de crianças não aderiu ao atendimento on-line.

Os participantes da pesquisa relataram também maior participação das famílias nos atendimentos. Segundo eles, muitas vezes esse movimento partia do próprio paciente ou dos familiares, que foram fundamentais para o auxílio na construção de um espaço de privacidade para que o tratamento pudesse acontecer e para ajudar as crianças no uso dos dispositivos tecnológicos quando fosse necessário. Para eles, as dificuldades se relacionam à perda da privacidade e à distração, que pode acometer a criança em seu ambiente doméstico, que possui mais estímulos que o consultório, ou ao próprio psicoterapeuta que, também em casa, poderia ser afetado por mais distratores.

As autoras perguntaram como seria possível transpor a caixa lúdica para o atendimento on-line. Este recurso, composto por brinquedos adequados à faixa etária do paciente, é por elas entendido como o representante do mundo interno da criança e fundamental no tratamento. Nesse sentido, os resultados da pesquisa indicaram muitas adaptações quanto ao brincar durante as sessões on-line, e os brinquedos da própria criança foram um bom substituto para a caixa lúdica. Assim como Gondar (2022), afirmam que o conceito de elasticidade da técnica psicanalítica proposto por Ferenczi facilitou o processo de adaptação ao novo *setting* analítico.

Para as pesquisadoras, o tratamento on-line com crianças representa um desafio maior em relação ao atendimento com adultos, pois, “embora a maior parte dos terapeutas (77,4%) acredite que é possível atender crianças on-line, ainda não se encontra na literatura psicanalítica relatos sobre a psicoterapia infantil nesse formato” (AZEVEDO et al., 2020, p. 131). Nesse sentido, esse trabalho converge com o de Pitliuk (2021), que definiu o atendimento on-line com crianças como uma prática experimental que demanda uma construção teórica inédita. Azevedo et al. concluem o estudo indicando sua relevância em um campo de escassas publicações e a necessidade de novas pesquisas, inclusive, para avaliar a eficácia dos atendimentos on-line para as crianças, dado que, para elas, trabalhos dessa natureza podem ser norteadores para a atuação nessa clínica.

Em outra direção, Adela Judith Stoppel Gueller (2021) afirma que, no início da pandemia, havia a possibilidade de que as medidas de distanciamento social durassem apenas quinze dias. Nesta perspectiva, decidiu suspender o atendimento com as crianças e informou que não faria sessões virtuais com elas, pois esta tarefa lhe parecia impossível. Porém, com a prorrogação das medidas de distanciamento social, não foi possível recusar esta tarefa. Ressalta

o paradoxo que se impôs, pois as crianças foram expostas a um uso excessivo das telas ao mesmo tempo em que estas foram o melhor recurso para reduzir os efeitos do confinamento.

No trabalho de Azevedo et al., encontramos o argumento de que a adesão das crianças ao atendimento on-line poderia estar favorecida pela inclusão digital a qual são submetidas deste a tenra idade, e questionamos se essas crianças poderiam ter mais facilidade para estabelecer transferência no tratamento on-line. Em um sentido próximo, encontramos no trabalho de Gueller (2021) a seguinte argumentação.

Para ela, antes da pandemia, as crianças levavam seus tablets e celulares para a sessão. Uma primeira resposta do analista foi pedir para que os deixassem na sala de espera, mas com o tempo esse pedido parecia se equiparar a não permitir que uma criança entrasse com a chupeta ou com um de seus brinquedos favoritos. Aos poucos, os analistas aprenderam a trabalhar com esses objetos durante as sessões. De todo modo, em alguns casos, os aparelhos pareciam ser utilizados pelo paciente de modo que o analista parecia não estar ali. Assim, no atendimento presencial, a tela parecia afastar analista e paciente e provocar um efeito de silenciamento da criança, dificultando o laço transferencial e que ela se pusesse a falar de suas questões. O uso dos aparelhos pode servir para uma desconexão com o outro. Para a autora, a ligação das crianças com os jogos virtuais

não denota a presença de Eros. As telas são hoje, justamente, as que nos protegem de Eros, impedindo a união no beijo, no abraço e no aperto de mãos. As telas protegem hoje nossas vidas evitando a contaminação. Mas, não devemos reconhecer que produzem também um efeito de desvitalização que estaria do lado de Tanatos? (GUELLER, 2021, p. 20).

A despeito disso, relata que um dos efeitos mais interessantes que vivenciou durante os atendimentos virtuais foi conseguir realizar sessões em conjunto com familiares de alguns pacientes que no consultório era impossível por distintos fatores. Por outra via, Gueller questiona por que a psicanálise on-line com crianças parecia ser menos viável do que com adultos. Para a autora, no primeiro caso, existe uma espécie de consenso de que os analistas precisam usar o corpo para brincar, que é a ferramenta fundamental desta clínica. Pergunta ainda se era a voz, o olhar ou o corpo que pareciam se apresentar como obstáculo para o brincar on-line. Então, propõe investigar como o brincar pôde acontecer nesse contexto, e argumenta que, no encontro virtual, o analista continua dispondo do corpo para brincar, porém falta o encontro de corpos entre analista e analisante.

Não se tratava então de pôr o corpo no sentido da dimensão corporal, mas da falta de encontro dos corpos numa cena comum, nisso que numa filmagem se chama *setting* e permite para o corpo do analista estar presente quase sem se manifestar, estar junto sem fixar a visão num ponto específico, poder flunar a mirada pelo espaço para ter uma atenção flutuante. No caso das crianças, ainda, estar presente na brincadeira e intervir para que ela possa continuar [...] (GUELLER, 2021, p. 20).

Segundo ela, os analistas não sabiam como brincar no mundo plano de duas dimensões proporcionado pela tela do computador. Ressalta que o *setting* edificado pela criança no atendimento presencial já foi representado pela caixa lúdica, tal como Azevedo et al. (2020) descreveram, mas que também se estende a outros elementos, tais como: sala de espera, elevador, trajeto casa-consultório. Na sessão on-line, isso faltava, então, a questão que se impôs foi verificar como isto se constituiria ou não no espaço virtual, e também como o analista estaria presente neste contexto.

Gueller apresenta algumas vinhetas clínicas que podem lançar luz sobre a maneira como compreendeu o brincar e a presença no *setting* virtual. Uma delas refere-se a uma sessão on-line na qual o analista, procurando um espaço de encontro com uma paciente no espaço virtual, aceitou o convite dela para entrar em um jogo chamado PK XD¹⁵. Durante a sessão, analista e analisante criaram seus avatares, construíram suas casas e se encontraram para “matar as saudades”. Quando se encontraram, decidiram se abraçar, porém, o abraço na tela não aconteceu, pois os corpos dos avatares se transpassavam como se estivessem em camadas distintas, gerando um desencontro entre eles.

Em outros exemplos, a autora relata que algumas crianças choravam após o encontro com a analista por meio da tela. Ilustra essa afirmação com a fala de uma paciente de três anos: “Sinto mais saudades agora que antes, [...] agora sei que você, de verdade, não está aqui” (GUELLER, 2021, p. 22). Para ela, tais experiências clínicas carregam evidências de uma “não presença” no atendimento virtual. Gueller também se fundamenta em Freud (1912b/2020), no texto *Sobre a dinâmica da transferência*, e apresenta um argumento diferente do que sustentamos em nossa pesquisa. A partir de sua clínica e de sua leitura do texto freudiano, compreende que “o analista deve estar de corpo presente na sessão para poder ser um dia liquidado”. E pergunta: “Como, então, sustentar a transferência em ausência ou em efígie?” (GUELLER, 2021, p. 22). Sua resposta é de que on-line a dimensão da presença não pôde ser

¹⁵ Trata-se de um jogo on-line, desenvolvido pela empresa Playkids, para crianças a partir de 9 anos. No ambiente virtual do jogo, os usuários criam seus avatares e podem interagir com outros usuários, desenvolver atividades similares as da vida cotidiana e explorar o mundo virtual oferecido pelo jogo.

totalmente alcançada, e acredita que é possível se aproximar dela, assim como a experiência com o uso dos avatares sugere, mas é impossível realizar “*touché*”¹⁶.

Apesar dessa impossibilidade, Gueller ressalta que a manutenção dos “teleatendimentos” foi fundamental durante a pandemia, pois em tempos de tantas perdas, mais do que “tratar das profundezas da alma”, a análise teve a função terapêutica de aliviar o sofrimento psíquico dos pacientes. Nesse sentido, foi necessário recriar o *setting* analítico e, na clínica com crianças, aprender a brincar com a “não presença”.

Elsa Vera Kunze Post Susemihl (2020), por sua vez, rapidamente decidiu oferecer tratamento on-line aos pacientes. Relata que inicialmente era frequentemente acometida por um cansaço e uma sensação de que eventualmente a sessão on-line parecia empobrecida, se comparada à presencial, e o acesso que tinha às questões do paciente ficou reduzido pela tela do celular, que, por exemplo, mostrava apenas um recorte de seu corpo. Contudo, percebeu que seria a partir daquele novo contexto que precisaria trabalhar. Para ela, no consultório as sessões envolvem um “contato direto” com o paciente, enquanto on-line acompanhava de forma próxima um paciente que estava distante, o que a leva a considerar que a relação analítica também pode se estabelecer no atendimento virtual, ainda que sua manifestação seja mais sutil. De acordo com a autora, “A presença à distância cria uma relação mais porosa e instável, e o meio, tela ou telefone, também passa a ser um elemento a ser considerado, com mais ou menos presença, no encontro. Sim, encontros são possíveis também remotamente” (SUSEMIHL, 2020, p. 62).

Segundo a autora, as discussões em relação à psicanálise on-line aconteciam de forma genérica, porém, com a pandemia, os psicanalistas aprofundaram o estudo sobre essa clínica. Para Susemihl, a teoria kleiniana sobre os conceitos de contratransferência e de identificação projetiva apresenta elementos importantes para analisar a viabilidade de uma análise presencial ou on-line. Em sua interpretação da teoria de Melanie Klein, o mais importante para o avanço de uma análise é a relação transferencial que o paciente estabelece com o analista. Contudo, é possível que o trabalho também progrida a partir da contratransferência, desde que o analista saiba que os sentimentos contratransferências indicam algo dele próprio, analista, e não do paciente.

A autora apresenta cinco casos clínicos, mas destacaremos três deles, que se referem à clínica on-line com crianças. Primeira vinheta: durante o atendimento on-line de uma criança de 4 anos, a analista escuta a mãe da paciente dizer à filha que irá à portaria do prédio e voltará

¹⁶ Palavra de origem francesa que significa tocar ou atingir. Em esgrima, é uma forma de comprovação de que o adversário foi tocado.

em breve. Após algum tempo, escuta novamente a voz da mãe avisando que retornou. Susemihl destaca que, apesar desta criança apresentar dificuldades relacionadas a abandono e à separação, naquela sessão, nada falou sobre a saída da mãe e pareceu estar suficientemente segura com a companhia da analista.

Contudo, esta cena causou na autora “insegurança” e “medo”, que definiu como “proveniente do meu mundo interno, das minhas concepções, vivências e experiências” (SUSEMIHL, 2020, p. 58). Uma reação contratransferencial, que ela não atribui à paciente, mas à alteração do *setting*, a fez questionar se diria aos pais que não poderiam deixar a filha sozinha durante uma sessão on-line, pois se algo acontecesse a analista não poderia intervir. Optou por não dizer e, ao mesmo tempo, reconheceu a importância de um trabalho de construção, junto aos pais, do espaço no qual uma criança faria sua análise on-line.

Segunda vinheta: um menino que não tem a idade revelada se recusa a mostrar sua imagem na câmera. A analista tenta procurá-lo, convidá-lo para uma conversa, mas é inútil. O sumiço da criança a deixa angustiada. Em dado momento, o paciente aparece, faz o som de “cuco”, e some novamente. Ela percebe que nessa brincadeira de se esconder ele tem muito prazer. Eles seguem brincando e a analista diz ao menino o que sentiu diante desta cena e do quanto ele parecia satisfeito em estar no controle da situação. Ela interpreta que o paciente pôde fazer uso da tela de um modo lúdico e expressar seus conflitos por meio de um processo de identificação projetiva no qual a analista foi

colocada na situação de abandono e de desamparo, emoções provocadas em mim [a analista] e das quais me torno continente. Ao me dar conta desse processo e poder dar voz a certas emoções ali contidas, prontamente a relutância e oposição ao contato desaparecem [...] (SUSEMIHL, 2020, p. 62).

Terceira vinheta: outra menina de 4 anos, filha de pais separados. A autora marca a diferença que existe quando a sessão da menina é realizada na casa da mãe e do pai. Na casa da mãe, a menina deixa a tela do celular rígida e muitas vezes se retira da imagem, já na casa do pai, ela leva a analista por diversos ambientes e a insere na conversa e nas brincadeiras. Com este caso e o anterior, ela destaca o uso que pode ser feito da tela do celular de modo a representar algo do “mundo interno” do paciente.

Penso que a tela como parte integrante do *setting* no atendimento com crianças é muito mais suscetível e porosa para a expressão de resistência, atuação e ansiedade, levando rapidamente a alguma interrupção no contato e no vínculo, que é reestabelecido com mais dificuldade no meio eletrônico. Talvez porque nossa presença por meio eletrônico também seja sentida com menos intensidade, sendo mais parcial, fraca e porosa (SUSEMIHL, 2020, p. 61).

Nos três casos apresentados, podemos ponderar se, na medida em que os pacientes endereçam suas questões à analista, de algum modo, eles dão indícios de que não consideram a relação on-line com a analista porosa e instável?

De agora em diante apresentaremos os trabalhos orientados pelo ensino de Lacan. Já discutimos, no item anterior, o trabalho de Coppus (2020). Nesse momento, exploraremos apenas um dos eixos de sua pesquisa, no que tange à psicanálise on-line com crianças, que se propôs à análise dos significantes recolhidos das respostas obtidas por meio de um questionário aberto que interrogou mais de 40 psicanalistas sobre a clínica on-line. Os entrevistados relataram que, durante o atendimento on-line, algumas crianças falam mais do que nas sessões no consultório. Apontaram também as dificuldades que enfrentaram quanto à garantia de privacidade e à necessidade de uma intensificação do trabalho com os pais.

Em relação ao atendimento clínico com criança e adolescente, muitos destacaram que esse formato tem permitido que o analisando fale mais, talvez, inclusive, pela falta do corpo (do próprio sujeito e do analista) ali presente. Outros destacaram que o lugar da criança se desvela para os pais (COPPUS, 2020, p. 136).

Coppus não aprofundou as questões relacionadas à clínica com crianças, contudo, destacou que as respostas obtidas indicam que a maioria das crianças conseguiram transpor o brincar para a sessão on-line, e muitas delas utilizavam os recursos do próprio dispositivo durante a análise, por exemplo: ligavam e desligavam a câmera e o microfone delimitando assim o que desejavam que o analista tivesse acesso. Um dos participantes relatou surpresa ao receber a ligação de uma analisante criança pedindo para agendar um horário por chamada de vídeo após ele ter cancelado os atendimentos. Podemos depurar deste trabalho de Coppus que a análise on-line é possível para as crianças que conseguem fazer maior uso da fala e/ou transpor o brincar para o espaço virtual.

Joyce Laudino Dinoá (2020) argumenta que, no contexto pandêmico, respeitar as medidas de distanciamento social mantendo os consultórios fechados foi uma responsabilidade do psicanalista na *polis*, e continuar as análises de seus pacientes por meio dos dispositivos digitais, uma atitude ética fundamentada na advertência de Lacan (1953/1998), que indica que um analista deve renunciar à prática da psicanálise se não conseguir alcançar a subjetividade de sua época. Para Dinoá, a reformulação da prática clínica, mantendo a regra freudiana da associação livre, encontra fundamento na advertência de Lacan, pois convoca o analista a trabalhar com as questões que seu tempo lhe impõe. Observa que, apesar do atendimento on-

line ser uma novidade para muitos, está a cada dia mais comum, inclusive na clínica com crianças.

A autora apresenta uma vinheta clínica da análise on-line com uma analisante deficiente visual e tece considerações sobre o olhar e o brincar na clínica on-line com crianças. Ressalta que o ver e o olhar não são sinônimos; ver refere-se ao sentido visual, enquanto “o olhar é, na verdade, um fazer-se ver pelo Outro [...] e o ato de fazer-se ver é da ordem da fantasia do sujeito e independe do funcionamento neurofisiológico do olho” (DINOÁ, 2020, p. 101). Deste modo, na análise on-line, o que está em jogo também é o olhar na fantasia do analisante. Não se trata do que ele vê, como uma pessoa dotada de visão, mas o que, atravessado pela sua fantasia, enxerga para além do que o olho vê. Relembra que o divã não retira da cena analítica o olhar, e sim o campo visual.

Argumenta que é usual que as sessões on-line ocorram por meio de uma chamada de vídeo, mas relembra que a imagem visual não é imprescindível, pois não cabe ao analista interpretar os gestos e movimentos corporais do paciente. O corpo é falante, porém, sua linguagem não é evidente. Logo, somente o analisante pode falar do que se trata a partir do que seu corpo emite, evidenciando a fala como a dimensão essencial de uma análise. Como a própria autora destaca, este é um ponto que Fink (2011) aborda ao tratar sobre a análise por telefone.

Vamos ao caso clínico que Dinoá apresenta: Carol, uma criança de oito anos, chega ao consultório da analista trazida por seus pais, que demandaram tratamento pois estavam preocupados com as dificuldades que a filha poderia enfrentar por possuir baixa visão desde o nascimento. A criança estava em tratamento há aproximadamente dois anos até a ocasião da pandemia. A princípio, a analista não oferece atendimento on-line a Carol. Porém, após algumas semanas de isolamento social, a mãe da paciente telefona para a analista, pois a nova rotina familiar se apresentava como um problema. Durante a ligação, Carol interrompe a fala da mãe e começa a dizer também sobre a rotina com a família.

Durante o processo de análise, as questões de Carol não se assemelharam às preocupações apresentadas por seus pais, o que fez com que a analista interpretasse a interrupção provocada pela paciente na fala da mãe como um dado importante. Após esta experiência durante a ligação telefônica, a analista decidiu oferecer à paciente uma sessão por chamada de vídeo. No dia agendado, os pais estavam junto à criança e começaram a falar sobre a dinâmica familiar imposta pelo distanciamento social. Neste momento, a analista apontou para a importância de ouvir Carol já que a sessão foi agendada para ela, provocando assim uma separação entre a fala dos pais e a da menina. Para Dinoá, no primeiro momento da sessão, durante a fala dos pais, Carol se apresentou na posição de objeto. No segundo momento, a partir

da intervenção da analista, a paciente pôde se reposicionar, pois, “a menina, antes na posição de objeto na queixa dos pais, quando promovida ao lugar de sujeito na sua primeira sessão on-line, trouxe assuntos de seu interesse e endereçou suas questões à analista” (DINOÁ, 2020, p. 103).

Carol, por meio do brincar, pôde avançar em seu percurso de análise. A autora entende que a associação livre, regra fundamental da psicanálise, é análoga ao brincar, que tem uma função que comporta a verdade do sujeito. Em sua primeira sessão, a paciente pega duas bonecas e estabelece um diálogo entre elas. Nessa brincadeira, fala livremente. Diferente dos objetos do consultório, os brinquedos ela que escolhia em sua própria casa eram carregados de afeto, o que permitiu a emergência de tramas inconscientes inéditas, como na ocasião em que pegou uma boneca que recebeu de presente da avó e pode falar da relação entre elas.

Para ela, o trabalho on-line com Carol foi possível, já que, assim como acontecia no consultório, ambas, analista e analisante, estavam simultaneamente no “espaço cibernético”, no qual a analista se fazia presente enquanto semblante do objeto *a*. Nesse sentido, o posicionamento de Dinoá se afina com o de Quinet (2021), sobre a presença do analista na análise on-line, que se manifesta pela via da transferência. A autora finaliza seu artigo afirmando que: “A transferência é o que move a análise. Se há transferência, associação livre, presença do analista, há possibilidade de, no espaço virtual, existir trabalho de análise” (DINOÁ, 2020, p. 107).

A seguir, apresentaremos as considerações de Andressa Diniz e Sonia Alberti (2020), que versam sobre a clínica on-line com crianças a partir do trabalho realizado no ambulatório de pediatria do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), na cidade do Rio de Janeiro, que, na ocasião da pandemia, suspendeu os atendimentos presenciais. Inicialmente, as autoras questionam se uma clínica on-line com crianças seria possível, e indicam que, pelo fato de a análise passar a operar a partir de um dispositivo digital, o tratamento on-line traz uma série de mudanças no *setting* analítico. Relembrem que as questões sobre o *setting* eram de grande interesse e debate nas sociedades psicanalíticas no século passado, justamente porque as identificavam com o espaço físico em que ocorriam as sessões, deixando totalmente de fora o fato de que o *setting* analítico é, na realidade, o espaço que se cria no momento em que um sujeito se dirige a um analista através de sua fala.

Aliás, as mesmas autoras apontam que, já nas recomendações de Freud, em 1913/2020, não há, de forma alguma, regras fixas para serem religiosamente seguidas; ao contrário, Freud apontou para a possibilidade de reinvenção da prática clínica quando necessário. A partir da regra fundamental da associação livre, as autoras apresentam a seguinte questão: “se o lugar

privilegiado da fala, da associação livre e do endereçamento ao analista são preservados, por que não seria possível a construção de um trabalho por meio de videoconferência?” (DINIZ; ALBERTI, 2020, p. 4).

Para elas, apesar das mudanças que a pandemia impôs ao *setting* analítico, o fundamental foi a escuta do que cada criança tinha a dizer. Destacam que era comum ouvir dos demais profissionais de saúde o questionamento sobre a viabilidade do atendimentos on-line para uma criança. As autoras afirmam não acreditar em respostas universais para esta questão que, tal como psicanalistas geralmente respondem, só pode ser pensada a partir de cada análise realizada nessa modalidade. Nesse sentido, desenvolvem seus argumentos a partir de algumas observações clínicas.

Uma das vinhetas que apresentam traz o caso de Pedro, de seis anos, que já era atendido no ambulatório por volta de um ano e meio e, a partir do atendimento on-line, pôde falar sobre o pai ausente, algo que nunca pudera ser dito nas sessões no ambulatório. Isso porque, quando esse assunto surgia, algumas vezes, pedia para encerrar a sessão e se mostrava agitado. Isso levanta a discussão sobre um eventual ganho da análise on-line, pois através dela se presentificou a possibilidade de simbolizar a ausência do pai não falada até então.

Em outra vinheta, de Ângela, também de seis anos, Diniz e Alberti apresentam o trabalho que a paciente pôde realizar sobre o luto pelo falecimento do pai. Nas primeiras sessões, a analisante permanecia em silêncio, mas, após algumas intervenções da analista, começou a apresentar suas questões até que, em certo momento, pôde contar que o pai cozinhava hambúrgueres para ela. Em seguida, convidou a analista para comer um hambúrguer feito na sessão. Assim, por meio dessa brincadeira, pôde deslocar-se de uma posição passiva, de receber algo do pai, e incorporar uma ação, na medida em que pôde preparar o hambúrguer e oferecê-lo à analista, o que evidenciou uma elaboração psíquica em relação à morte do pai.

Em outro viés, Diniz e Alberti destacam as dificuldades e situações inusitadas que podem advir durante uma análise on-line com crianças: a perda da privacidade, a qualidade variável de conexão com a internet, as interrupções familiares e a necessidade de algumas crianças de auxílio no uso dos equipamentos tecnológicos. Indicam que uma forma de contornar essas questões é trabalhar com as famílias na construção do espaço para que a análise possa ocorrer, e observam que tais manejos exigem do psicanalista criatividade e flexibilidade.

As autoras também apresentam o caso de Lucas, de 11 anos, que trouxe à tona o problema da privacidade. Durante uma sessão, a analista percebe o reflexo da imagem da mãe da criança que observava atrás da porta e encerra o atendimento. Posteriormente, para que a análise de Lucas pudesse seguir, a analista trabalhou com a mãe a necessidade de privacidade.

Ela foi colaborativa e aceitou que o filho utilizasse fones de ouvido durante o atendimento. Ainda que a mãe continuasse a escutar a fala de Lucas, não mais escutava a da analista, o que pôde introduzir uma barreira e um enigma na relação com filho.

As autoras concluem que o atendimento on-line com crianças passou a ser uma realidade, e, portanto, a discussão sobre seus efeitos é urgente. A partir dos casos atendidos nessa modalidade, perceberam a complexibilidade dessa clínica e entendem que sua viabilidade dependerá tanto da criança quanto do psicanalista; da primeira, no que concerne à disponibilidade criativa, e do segundo, no que concerne à aptidão de escuta e investimento em cada sessão. A construção de um trabalho neste dispositivo foi possível, não sem dificuldades e mal-estar, o que também ocorre nas análises conduzidas no consultório.

Em um trabalho publicado recentemente, Maria Laura Cury Silvestre argumenta que, durante o confinamento imposto pela pandemia, foi possível verificar que a tecnologia proporcionou que a presença fosse transposta para diversos lugares do globo terrestre, mas, sobretudo, permitiu a constatação de que a transferência analítica também poderia se manifestar por este meio. Destaca que as “sessões remotas” já eram praticadas por muitos analistas, contudo, nesse contexto, o que era praticado de modo excepcional se transformou em corriqueiro. Apesar desta constatação, que retira o ineditismo do dispositivo on-line, algo da clínica com crianças neste formato parecia inédito. Silvestre questionou como sustentar um atendimento digital em uma clínica na qual o analista é convocado a usar o seu corpo de forma tão direta, já que algumas crianças “viram a poltrona do analista de cabeça para baixo”, escancaram suas questões sem cerimônias e, nesse contexto, os analistas precisam encontrar uma forma para entrar no jogo e/ou brincadeira por elas apresentados.

De acordo com a sua experiência clínica, afirma que as sessões on-line têm demonstrado ser uma opção viável para algumas crianças, apesar de esse atendimento não ser adequado para todas elas. Embora lhe pareça mais difícil sustentar o trabalho on-line, pois ele parece exigir um esforço maior por parte do analista no que concerne a sustentar o discurso analítico, Silvestre apresenta três vinhetas clínicas para fundamentar suas considerações.

Na primeira, I, de 8 anos de idade, propõe uma brincadeira à analista que, em virtude do trabalho prévio no consultório, não podia imaginar como essa brincadeira se daria on-line. Porém, a própria analisante resolve o impasse: espalha bolinhas pelo chão, fecha os olhos e diz que a analista deve guiá-la para encontrar as bolas. Para Silvestre, o que se deu a seguir não foi original, mas causou surpresa. Não havia possibilidade de encontro entre os comandos dados pela analista (direita, esquerda, embaixo etc.) e os movimentos que a analisante fazia, e a tela

evidenciava esse desencontro. Ao final, o jogo culmina em uma cena cômica em que a analisante estava com os olhos abertos.

Aberto é um significante importante para este caso. Com o isolamento, a menina passou a ficar o tempo todo sobre os olhos da mãe, que cuidava para que I permanecesse em um lugar com privacidade durante as sessões. A analista atribui a colaboração da mãe nesse sentido como um indício da relação transferencial que estava previamente estabelecida. Porém, a menina preferia realizar as sessões de portas abertas e no centro da casa, centro também era um significante importante. Para a analista, não foi fácil sustentar esse lugar e suportar que os pais escutassem o conteúdo das sessões, bem como as questões que I encenava, como, por exemplo, cenas de desobediência ou de recusa, que eram também fundamentais nesse caso. Às vezes, I atendia as ligações da analista porque a mãe mandava, mas ficava fora da tela ou embaixo de um cobertor, deixando partes de seu corpo visíveis. Esporadicamente, espiava para confirmar se aparecia na tela e também se a analista permanecia ali.

O movimento de entrada em análise desta menina se deu a partir de um manejo da analista sobre o lugar de recusa que até aquele momento era o único que podia ocupar diante da mãe. Essa recusa retornou nas sessões on-line e I precisou realizar suas sessões no deslocamento pela casa. Também mostrou que se quisesse as portas fechadas, ela mesma fecharia. Aos poucos, o seu comportamento agitado se dissipou, o que deixou os pais apaziguados, e I pode seguir com sua análise.

Outra vinheta traz o caso de A, sem a idade revelada, que, assim como I, teve dificuldades de ficar sob o olhar ininterrupto da mãe. Porém, diferentemente de I, não podia ocupar a posição de desobediência, o que a deixava muito agressiva. Nas sessões no consultório, falava de tudo, menos da mãe. Esse dado é importante pois, no tratamento que realizou anteriormente, a psicóloga a incitava a falar da relação agressiva que tinha com a mãe, atendendo uma demanda da mãe e não da paciente.

Nos atendimentos on-line, A não falava mais nada. Comparecia às sessões, mas permanecia em silêncio e com a câmera do celular apontada para o teto. A analista permanecia ali, até que, certo dia, a internet falhou e provocou uma fala da analisante que revelou que ela olhava a analista observando a imagem da qual ela se retirava. Essa ausência fez surgir a dimensão escópica e um giro pôde acontecer na análise de A. A extração do olhar da analista fez surgir algo do desejo enigmático do Outro, e a analisante pôde voltar a falar de si e cogitar a possibilidade de desobedecer ao Outro.

O terceiro caso apresenta a vinheta da análise de H, também de 8 anos, que iniciou o tratamento seis meses antes da pandemia. A analisante teve sua entrada em análise a partir de

uma interpretação da analista sobre um desenho no qual ela havia desenhado uma sereia boa e uma má lutando pela vida. A analista, pela via do equívoco, pergunta: “serei a boa ou serei a má?”. Nas sessões seguintes, a analisante produziu sonhos que mostravam sua divisão subjetiva e o significante “chata” veio à tona. A analista receou que a transição para o on-line atrapalhasse sua recente entrada em análise, mas surpreendeu-se, pois a menina construiu seu espaço de análise on-line e a tela do celular funcionou como o palco para a sua cena inconsciente. Após algum tempo, essa cena se manifestou por uma outra via, na qual a analisante encenava o canto da sereia, de tal modo que “a partir dos sonhos e já online, surge o canto, entre a sereia boa e a sereia má: voz de sereia (en)cantadora, que em ato usa a tela como palco de uma cena nova. A menina não é chata quando (en)canta!” (SILVESTRE, 2023, p. 177).

A autora, não sem angústia, relata, inclusive, que com o tempo, percebeu que o receio quanto ao uso do dispositivo on-line pareceu mais dela do que dos analisantes. Silvestre evidencia que o essencial foi sustentar a presença, o desejo do analista, para que as análises que conduzia pudessem seguir. Destaca que escreveu a partir da análise com crianças porque, no primeiro momento, essa clínica encarnou o maior impasse em relação ao uso do dispositivo on-line. Embora não incentive qualquer apologia ao atendimento on-line, percebeu que este dispositivo não propunha um novo *setting*, pois esses atendimentos “não são não presenciais, e que nosso *setting* não é o espaço físico compartilhado pelos corpos físicos. Nosso *setting* é a transferência, atualização da realidade do inconsciente. E, portanto, concluo: a psicanálise online é a psicanálise” (SILVESTRE, 2023, p. 178).

Ao longo deste capítulo, dialogamos com autores de diferentes perspectivas teóricas que se propuseram a apresentar apontamentos sobre a psicanálise on-line. Ao fim dele, percebemos que muitas questões permanecem abertas e todos os trabalhos apontam para a necessidade de novas pesquisas nessa área. Avançaremos na escrita dos próximos capítulos, sem a pretensão de esgotar as perguntas, retomando o que Lacan (1962-1963/2005) aponta como uma direção de pesquisa possível, quando ensina que a fonte da teoria analítica é a experiência clínica. Então, a questão que colocamos é: quais efeitos poderemos recolher da experiência de atendimento on-line com uma criança? Contudo, antes de abordarmos essa questão no terceiro capítulo, discutiremos, no próximo, as especificidades concernentes à clínica psicanalítica com crianças, bem como a concepção de criança para a psicanálise.

2 ESPECIFICIDADES NA PSICANÁLISE COM CRIANÇAS

O letreiro do cinema
jamais revelou o nome do filme.
Jacinto Fabio Corrêa

Conforme Ana Laura Prates Pacheco (2012) salienta, a noção contemporânea de criança não é de modo algum universal, pois é fruto de sucessivas modificações sociais, históricas e econômicas no mundo ocidental desde a Idade Média. A partir dessa premissa, neste capítulo, iniciaremos a discussão com a apresentação de algumas concepções de infância produzidas em diferentes contextos ao longo do tempo, bem como do modo como cada época compreende o que é uma criança. Abordaremos essas concepções advertidas de que outras não poderão ser contempladas, e que, por se tratar de um campo vasto demais, é necessário delimitar as concepções ao conteúdo da presente pesquisa. Apesar disso, essa retomada história é importante para situarmos a subversão que Freud produz na noção de infância alicerçada no discurso de sua época, quando teoriza que a criança não é assexuada, subversão que reverbera até os dias atuais. Após essa contextualização, abordaremos a concepção de criança para a psicanálise e debateremos as especificidades na clínica psicanalítica com crianças na contemporaneidade.

2.1 Infâncias

Como mencionamos anteriormente, Pacheco (2012) salienta que a noção contemporânea de criança não é universal. Do mesmo modo, a concepção de infância não pode ser tomada como universal, já que cada momento histórico fomenta um entendimento distinto sobre ela e, além disso, os recortes de gênero, etnia, classe social, dentre outros, afetam as multífaces que constituem a noção de infância. Para a autora, a ideia de que exista uma concepção universal que seja capaz de definir o que é uma criança produz uma “fantasia de infância”. Considerar esse aspecto é importante para que os estudos relacionados ao campo da infância não sejam realizados de forma reducionista ou ingênua.

Lucia Rabello de Castro (2013) argumenta que, a partir de meados do século XX, as mudanças que afetaram o modo de vida das crianças, bem como de toda a sociedade, foram

intensas, pois, dentre outros aspectos, os avanços tecnológicos transformaram os modos de comunicação entre as pessoas, assim como as vivências do tempo e do espaço. Esse novo cenário, provocou intensas discussões entre os pesquisadores do campo da infância e fomentou a necessidade de se problematizar as concepções que orientam a forma de pensar as infâncias. A autora questiona a quais interesses os estudos realizados nessa seara podem atender e/ou responder. Para ela, na contemporaneidade, de forma sistemática e crescente, a criança tem sido alvo de colonização midiática, governamental e disciplinar. Argumenta que, até a década de 1970, a pedagogia, a psicologia e a psicanálise eram as disciplinas que mais se dedicavam às pesquisas nesse campo, porém, este cenário já não é o mesmo. Haja vista que, atualmente, a infância interessa a praticamente todas as disciplinas das ciências humanas e sociais, o que gera uma série de estudos a partir de diferentes perspectivas teórico-conceituais. Todavia, isso não garante, necessariamente, uma melhor compreensão dos processos de formação da criança, pois a pluralidade e fragmentação de trabalhos nem sempre contribuem para uma discussão ética sobre a infância.

Castro pontua que as produções teóricas podem ser uma forma de resposta às demandas de sua época, no sentido de satisfazê-las, questioná-las ou criticá-las. Por exemplo: as teorias psicológicas do século XX surgiram como uma forma de delimitar o lugar da criança nas sociedades industriais modernas, nas quais a criança passa a ser concebida como um indivíduo que precisa ser desenvolvido, educado e preparado para alcançar seu desenvolvimento pleno, que deve culminar na obtenção de uma vida adulta produtiva. Naquele contexto, a classificação etária foi associada a uma lógica evolucionista: à medida que a criança cresce, ela se desenvolve e alcança as capacidades adequadas para um posicionamento específico na sociedade, ou seja, a criança atinge o que se espera de um adulto funcional e produtivo. “A consideração do percurso de vida como uma crescente diferenciação bio, psico e social rumo à idade adulta estabeleceu a base epistemológica para as construções científicas de criança” (CASTRO, 2013, p. 17). A autora argumenta que conceber o desenvolvimento biológico, psicológico e social da criança, atrelado apenas à classificação etária, é uma simplificação equivocada. Outro engano é entender criança como um indivíduo que deve ser preparado para se tornar adulto, ou seja, a criança é entendida a partir de uma diferenciação à concepção de adulto. Questiona essas perspectivas, desenvolvimentista e diferencialista, pois nelas são produzidas teorias sobre as crianças e não com as crianças.

Para a autora, os estudos empreendidos pela sociologia da infância apresentam uma perspectiva distinta, pois a criança é parte ativa da construção do próprio conceito de infância que também é marcado pelas dinâmicas sociais e intergeracionais. Na medida em que a criança,

assim como o adulto, responde às demandas sociais, é coparticipativa da construção da sua própria infância. Nessa perspectiva, o saber da criança deve ser considerado e ela não deve ocupar um lugar marginalizado e segregado na sociedade. Destaca também que alguns estudos não preconizam a problematização do contexto social no qual as crianças estão inseridas, tampouco a construção de pesquisas e de políticas públicas éticas relacionadas à infância. Em uma perspectiva ética, devem questionar os interesses que orientam a noção de infância e a que fins ela serve, e não podem reduzir a investigação apenas ao desenvolvimento, ao comportamento e ao sentimento da criança.

A autora argumenta que o termo recém-chegado é precioso para se referir à infância, por romper com a perspectiva etária que pressupõe algo adquirido à medida em que o recém-nascido cresce e porque a vida impõe uma série de experiências nas quais uma pessoa pode se perceber em uma experiência inaugural, que não conhecia até então, ou seja, recém-chegada. Essas vivências podem atualizar a experiência de infância em pessoas de idades distintas, fato que, de certo, ultrapassa a noção de etapa da vida. Evidentemente, a experiência de recém-chegar ilustra a condição da criança, mas não só, pois também elucida a vivência do estrangeiro, do novato de um grupo, do que ficou viúvo etc., ou seja, pode acontecer à revelia do percurso dos anos. A criança recém-nascida necessita, para sobreviver, que alguém se ocupe dela e lhe fale sobre o funcionamento do mundo. Essa é a experiência da primeira vez que a criança vivenciará repetidas vezes e de maneira intensa em seus primeiros anos. A despeito disso, essa condição não permite afirmar que a infância é uma etapa da vida a ser completamente ultrapassada, pois concebida como a experiência de recém-chegar, poderá acontecer à revelia da idade cronológica de uma pessoa.

Por isso, a primeira vez, como um modo de ser que a infância evoca ao longo da vida, inclui esse assombro permanente perante o que vai vir, assombro que não se cura diante de uma aparente concatenação da história. O tempo não se resolveu, não avançou, o antes não produziu o depois, nem é dele seu antecessor necessário. Vive-se o agora com toda a vulnerabilidade que a in-experiência propicia – a inexperiência que singulariza a experiência da primeira vez. Não é dito tão frequentemente que a infância é vulnerável? Mas vulnerável se está qualquer um na primeira vez, quando não se tem a experiência do dito e do conhecido que podem ser guias perante a realidade que se agiganta sem métrica que possa aquilatar-lá. A vulnerabilidade não parece condição única da infância, mas da in-experiência (CASTRO, 2013, p. 30).

Em contraponto à *in-experiência*, argumenta que uma pessoa se torna experiente a partir de vivências de um antes e um depois que a transformam. Trata-se, portanto, de sucessivas passagens, nas quais a vulnerabilidade já não é o mote da experiência. Quantas passagens serão necessárias para a obtenção da experiência, para a transformação, para a aprendizagem? Logo,

não se trata de um marco que possa ser delimitado de forma generalizada ou definido por uma idade. Castro compreende que há uma série de transformações e aprendizagens vivenciadas pela criança que são inerentes à infância, porém, essas experiências de infância não desaparecem completamente no adulto. Para a autora, a todo estudo sobre a infância é inerente também a dimensão do contraditório e do inapreensível. Nessa direção, há o que da infância permanece, há o que é móvel, há o que é fixo e essas dimensões podem se entrecruzar de modo complexo. Deste modo, as pesquisas sobre o campo da infância não podem ser restritas às etapas do desenvolvimento humano.

Em outra direção, Bezerra et al. (2014) também verificaram na contemporaneidade uma produção cada vez mais intensa de pesquisas sobre a infância e o desenvolvimento da criança a partir de diferentes concepções, tais como: histórica, social, biológica, legal. Para os autores, tais estudos são notadamente marcados pelas teorias desenvolvimentistas, dado que favoreceu a construção de uma “compreensão da criança como uma categoria científica” (BEZERRA et al., 2014, p. 133). Os autores apresentam diversas pesquisas nas quais a criança é um objeto de estudo a ser investigado, de forma minuciosa, desde a vida uterina. Segundo eles, tais publicações são fundamentais para o avanço do entendimento sobre a infância, no sentido de melhor compreendê-la e defini-la. Contudo, não devem ser tomadas de maneira isolada, porque as concepções de infância envolvem diversas nuances que não podem ser reduzidas a um aspecto autônomo.

De acordo com Bezerra et al., em uma perspectiva histórica, durante muito tempo foi possível perceber um desconhecimento sobre as particularidades da criança. Contudo, atualmente, encontramos um cenário distinto pois, apesar de notadamente marcada por uma visão desenvolvimentista, a maioria dos estudos considera os diversos aspectos que constituem a concepção de infância em determinado contexto social.

Atualmente, a criança e a infância são compreendidas como categorias construídas historicamente, o que nos abre possibilidades de compreendê-las de modo concreto, na sua expressão de vida. O tempo linear, cronológico e contínuo é superado por um devir, um tempo que não se esgota em si mesmo. No que se refere à infância, identificamos, nesta trajetória histórica, diferentes significados constituídos em distintos contextos sociais (BEZERRA et al., 2014, p. 133).

Para os autores, com o avanço nas pesquisas que afirmam que a fase da infância é de fundamental importância para o melhor desenvolvimento humano, pois estimular o pleno desenvolvimento biopsicossocial das crianças é uma forma de investir no futuro da sociedade, foi possível perceber uma mudança discursiva sobre o lugar social da criança. Deste modo, no

fim do século XX, políticas públicas passaram a inserir em suas pautas o atendimento às crianças e aos adolescentes, reconhecendo-os como portadores de direitos fundamentais e especiais decorrentes das condições específicas de sua faixa etária. Tais políticas propõem a responsabilização da família, da sociedade e do Estado pelo cuidado e proteção às crianças. No contexto brasileiro, salientam que o marco dessa modificação se deu com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA¹⁷), que garante como prioritária a proteção da infância, conforme determina o Artigo 227¹⁸ da Constituição Federal Brasileira. Sabemos a importância desses marcos que, atualmente, ainda não englobam todas as crianças.

Tal como Freud (1930/2020) ensina em *O mal-estar na cultura*, uma lei é instituída para a contenção de algo que já está presente na sociedade circundando os laços sociais, caso contrário não haveria motivo para sua criação. De tal modo que a fundamental criação de um estatuto que vise a proteção das crianças e dos adolescentes pode ser também entendido como um efeito que descortina a forma desumana pela qual a criança pode ser tratada em determinada situação. Dado que, lamentavelmente, pode ser ilustrado pelo alarmante número de crianças mortas pelo Estado brasileiro nas favelas no Rio de Janeiro e que têm o acesso à segurança e à educação, dentre outros direitos, negados. A seguir, discutiremos alguns dos precursores nas pesquisas sobre a infância no contexto mundial e no item 2.1.3 retomaremos a discussão sobre a concepção de criança no território brasileiro.

2.1.1 Jean-Jacques Rousseau: um precursor nos estudos sobre a infância

Conforme pontua José Tadeu Arantes (2022), parte da obra do Filósofo Jean-Jacques Rousseau é reconhecida por influenciar a concepção moderna de criança e por proporcionar uma nova perspectiva sobre a infância. Nesse sentido, seu pensamento é base para uma série de teorias pedagógicas, a exemplo do paradigma da nova escola, que engloba trabalhos como o de Maria Montessori, que se propõe a questionar os modos de educação tradicional situando a

¹⁷ ECA – Estatuto da criança e do adolescente: lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 5 de agosto 2022.

¹⁸ Artigo 227: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010). Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10644726/artigo-227-da-constituicao-federal-de-1988>>. Acesso em: 22 de maio 2022.

criança no centro do processo de aprendizagem. Apesar de controversa, em alguns aspectos, sua filosofia funda uma nova concepção de infância na medida em que rompe com a cultura medieval na qual a criança era percebida como um adulto em miniatura, um ser incompleto, imperfeito. Do legado de Rousseau, destacaremos a obra *Emílio ou Da Educação*, de 1762, na qual o autor, por meio da aplicação de seu método ao personagem fictício Emílio, descreve como preservar e desenvolver a natureza boa do homem seguindo sua premissa de que homem nasce bom, mas a sociedade o corrompe.

Para o filósofo, a concepção sobre a educação de sua época tendia à destruição e não à edificação do homem. “Não se conhece a infância, com as falsas ideias que dela temos, quanto mais longe vamos mais nos extraviamos” (ROUSSEAU, 1762/1995, p. 6). Argumenta que os eruditos desconsideravam o que a criança era, pois se ocupavam em buscar o homem na criança, quando deveriam investigar o que a criança era antes de ser homem. Para ele, se o bebê não recebesse a orientação correta desde o nascimento, perderia o saber da natureza que lhe era inato. O método educativo que propõe poderia ser aplicado em diferentes contextos socioeconômicos, pois considera que o contexto de cada família acarreta diferenças em relação ao que pode ser oferecido a uma criança. Porém este aspecto não interfere na eficácia de seu método.

Rousseau questiona o saber de sua época com uma metodologia inédita e assegura aos pais que, em qualquer contexto no qual a apliquem, estarão fazendo o melhor para seus filhos. Inicia seu argumento com uma frase contundente: “Tudo é certo em saindo das mãos do autor das coisas, tudo degenera nas mãos do homem” (ROUSSEAU, 1762/1995, p. 6). O autor das coisas pode ser entendido como a sabedoria da natureza. Esse saber inato é corrompido pelo homem que transforma a natureza como um todo, modificando inclusive o próprio homem. Com a premissa de que a natureza humana é perfeita, afirma que o bebê nasce bom e apto para a vida, mas, apesar de carregar em si o saber da natureza, precisa que um outro se ocupe dele para que essa potencialidade seja desenvolvida. Esse desenvolvimento se dá por meio da educação, que advém de três fontes: da natureza, do homem e das coisas. Com base nisso, o filósofo define essas fontes da seguinte maneira:

o desenvolvimento interno de nossas faculdades e de nossos órgãos é a educação da natureza; o uso que nos ensinam a fazer desse desenvolvimento é a educação dos homens; e o ganho de nossa própria experiência sobre os objetos que nos afetam é a educação das coisas (ROUSSEAU, 1762/1995, p. 10).

Portanto, de acordo com Rousseau, o homem interfere apenas na segunda fonte. Considerando essas três fontes, Rousseau ressalta que nas culturas em que há mais liberdade, no sentido de favorecer os movimentos naturais do corpo do bebê, eles são mais saudáveis se comparados aos oriundos de sociedades que, por exemplo, possuem o hábito de envolver o recém-nascido em tecidos que lhe tolhem os movimentos. Em uma direção aproximada, critica a mãe que oferece cuidados em excesso à criança, por exemplo, na tentativa de protegê-la de alguma doença, pois, para ele, as crianças que adoeciam se tornavam mais resistentes. Nesse sentido, tanto a educação da natureza quanto a das coisas tornam o ser humano mais forte e a interferência humana pode atrapalhar esse processo natural. Argumenta que o conceito de natureza, à primeira vista, poderia parecer ter um sentido vago, mas, na verdade, a natureza nada mais é que o hábito. Explica que com o ser humano ocorre um processo semelhante ao de uma planta que, quando é privada de espaço para desenvolver-se, modifica sua forma de crescimento. Porém, se tiver as condições naturais restituídas, retomará sua forma original. Desse modo, o homem, ao longo de um processo educativo equivocados, pode adquirir hábitos que desvirtuem sua natureza, porém, se o curso de seu desenvolvimento for restaurado, ele poderá retomar sua forma originalmente boa, natural.

Para o filósofo, a educação oferecida pela sociedade naquela época visava construir o homem e o cidadão, o que era impossível: “[...] o homem civil nasce, vive e morre na escravidão; ao nascer, envolvem-no em um cueiro; ao morrer, encerram-no em um caixão [...]” (ROUSSEAU, 1762/1995, p. 17). Visando a preservação do estado natural do homem, que não tem nenhuma relação com o cidadão, Rousseau propõe o seguinte método: para que o bebê conserve e desenvolva a sua natureza, é necessário que alguém se ocupe dele até que seja um homem. Aplica sua metodologia a Emílio, uma criança fictícia, da qual ele seria o preceptor desde o nascimento. Emílio era órfão, mas, para Rousseau, isso pouco importava, pois o menino deveria se relacionar apenas com o preceptor que, ao assumir os deveres da educação de Emílio, adquiriria também todos os direitos sobre ele.

Argumenta que sua premissa sobre a educação, embora contrária à estabelecida, era tão bem fundamentada e consistente que seria difícil que um homem de bom senso a recusasse. O responsável pela aplicação do método era chamado de governante, mestre e preceptor, e tinha a função de garantir que a criança desenvolvesse condições para encontrar os preceitos para a vida sem jamais fornecer os caminhos para ela. A criança deveria ser educada exclusivamente pelo preceptor, sem interferência da igreja, do estado, e até da medicina. Argumenta que assim como não consultava um médico para ele próprio, não o faria para seu Emílio, exceto se estivesse em risco de morte, pois o médico não poderia fazer algo pior que matá-lo. Outra

cláusula importante de seu método é que governante e criança não podem ser separados sem o consentimento de ambos, uma vez que é essencial que se percebam eternamente ligados, pois, à medida que pensarem em separação, já seriam alheios um ao outro e a proposta de educação teria falhado.

Para ele, a criança ao nascer tem necessidades que precisam ser atendidas pela mãe, porém muitas delegavam essa responsabilidade a uma ama, e escolhiam mal a ama que é fundamental na vida da criança. Com seu Emílio, não cometeria este erro, escolhendo uma ama de forma rigorosa: a ama precisa ter dado à luz a um filho na mesma época em que Emílio nasceu, pois os nutrientes do leite seriam adequados à necessidade do recém-nascido; a ama deve ter boa saúde, temperança e caráter; a ama deve ter uma alimentação preferencialmente vegetariana, pois as amas das famílias burguesas se alimentavam com caldos de carnes a fim de fortificar a criança, mas o índice de cólicas e vermes no bebê era maior. Assim como a criança não poderá ter outro governante além dele, também não poderá ter mais de uma ama, porquanto seria impossível que uma criança cuidada por muitas pessoas alcançasse uma boa educação. A família que aplicar o seu método deve seguir o mesmo critério: apenas o pai e a mãe devem governar a criança e é fundamental que ambos estejam de acordo, pois assim serão um só para a criança. Em uma época que isso era incomum, defende que os hábitos de higiene são essenciais para o homem e deve-se acostumar o bebê a eles desde o início da vida.

Para Rousseau, a ordem da natureza é ser criança antes de ser homem. A primeira possui modos de pensar, sentir e agir que lhes são próprios e não se deve incutir a elas modos de existência do adulto: “empregai a força às crianças e a razão com os adultos, essa é a ordem natural” (ROUSSEAU, 1762/1995, p. 76). Para Rousseau, a capacidade de raciocínio seria desenvolvida por volta da idade de 15 anos. Até lá, a criança deveria ser ensinada a compreender o seu lugar. O adulto, por sua vez, deveria ser firme ao transmitir o permitido e o proibido à criança. A postura do adulto não deveria variar, sua ordem precisa ser direta e sem explicações, ou seja, sim ou não, permitido ou proibido. “Assim é que tornareis vosso aluno paciente, igual, sereno, mesmo quando não tiver o que quer. Está na natureza do homem suportar a necessidade das coisas, mas não a má vontade de outrem” (ROUSSEAU, 1762/1995, p. 77).

Optamos por ressaltar apenas alguns aspectos dessa obra de Rousseau que indicam as modificações que seus postulados introduziram no saber de sua época sobre a infância. No fim do texto, Emílio, já adulto, diz a seu governante que é chegada a hora de se separar dele. Rousseau concorda e está satisfeito com os resultados de todos os anos dedicados à formação de seu pupilo. Nessa altura da narrativa, Emílio está apaixonado e se casa com Sofia. Rousseau diz ao casal ter a receita para a felicidade no casamento: “ela é simples e fácil, digo, é de

continuarem a ser amantes depois de ser esposos” (ROUSSEAU, 1762/1995, p. 576). Destacar este ponto é interessante pois ele reafirma o postulado rousseauiano de um saber total sobre o homem.

Colette Soler (1998) define o trabalho de Rousseau como a prosa mais bela do século XVIII que introduz uma novidade no pensamento daquela época. Rousseau, por perceber-se como o portador da verdade absoluta, com sua escrita deseja tudo dizer a ponto de esgotar a verdade. Seu legado, com uma escrita minuciosa e vasta, encanta e inspira muitos leitores e também recebe críticas. Sobre a obra *Emílio ou Da Educação*, a autora argumenta que, para a tarefa impossível que é educar, Rousseau formula uma resposta ideal por meio da construção de uma solução encarnada em uma ficção que resolvesse esse impossível. Fruto dessa ficção, *Emílio* tem o mesmo destino de seu autor.

Rousseau pedagogo quis parir o Homem – e quantas vezes falou ele de *Emílio* como seu filho! –; não terá senão conseguido fazer um solitário, não um homem social. Que a educação ideal desemboque em uma tal falência, não a de *Emílio*, mas de sua inserção no discurso, indica bastante o fracasso da suplência que se busca neste texto. O filho de sua obra acaba como ele próprio solitário, perseguido pelo destino, mas feliz e livre (SOLER, 1998, p. 43-45).

Para a autora, *Emílio* coloca a questão sobre o que é um pai e, por meio dessa ficção, o filósofo pôde formular a sua própria questão sobre a paternidade. Sua obra, portanto, foi uma resposta para o enigma sobre o que é um pai que o acompanha desde o nascimento. A mãe de Rousseau morreu durante o parto e, diante da questão sobre a existência, a hipótese é a de que o filósofo tenha compreendido esse episódio de forma dicotômica, ou seja, que se tratava dele ou da mãe, cristalizando a noção do sim ou não, do tudo ou nada. Portanto, uma variação que fugisse às relações de oposição não seria suportável, pois o campo da verdade não poderia ser compartimentado. “O ainda que, o talvez, o por um lado, o sim-e-não lhe são insuportáveis, como são insuportáveis todas as formas do meio-dizer da verdade” (SOLER, 1998, p. 52). Essa condição lhe permitiu se intitular o governante ideal para *Emílio*, o representante da educação capaz de corroborar sua premissa de que o homem nasce bom e a sociedade o corrompe. Rousseau teve cinco filhos, mas não pode ser pai para eles, entregando-os para orfanatos públicos. A sua questão sobre a paternidade foi cerzida a partir de seu filho fictício, *Emílio*. Por outro lado, a autora salienta que, como Rousseau era o preceptor, o mestre, o governante de *Emílio*, ele já lhe transmitia o social, ou seja, a tentativa de proteger o pupilo da civilização era fracassada. Porém, Rousseau não pôde perceber isso, pois estava incumbido de garantir a preservação da natureza humana e evitar que ela fosse corrompida pela sociedade.

Freud (1924a, 1924b/2016), nos textos *Neurose e psicose* e *A perda da realidade na neurose e na psicose*, estabelece algumas distinções entre os mecanismos da neurose e os da psicose. De forma sucinta, iremos apenas salientar que, de acordo com Freud, na neurose, uma parte da realidade é evitada, na medida em que o sujeito não quer saber nada sobre a realidade; enquanto na psicose, há uma recusa da realidade e o sujeito a reconstrói. Freud (1924b) argumenta que, quando o sujeito psicótico vivencia uma situação de embate com a realidade, ele cria uma nova, que não comporta mais o conflito que existia na realidade conflituosa. Esse movimento de criação é uma tentativa de cura e estabilização. Nesse sentido, a partir do texto freudiano e em consonância com o trabalho de Soler (1998), levantamos a hipótese de que a obra *Emilio* ilustra a construção de uma outra realidade que Rousseau pôde estabelecer após ter foracluído a paternidade de seus cinco filhos.

Conforme expusemos, Rousseau afirmou que sua época não possuía o conhecimento adequado sobre o que era a infância. Ele propõe a solução para essa falha e, com sua obra, formula a concepção ideal sobre a infância, bem como a forma pela qual uma criança deveria ser educada. Para Soler, o grande sonho de Rousseau era “bastar-se a si próprio” (SOLER, 1998, p. 57), e relembra que Jacques Lacan se referiu ao filósofo como um “paranoico genial” (SOLER, 1998, p. 57). Atualmente, sabemos dos efeitos que sua obra produziu sobre o campo da infância, especialmente, no sentido de considerar a criança a partir do que ela é e não do que poderá vir a ser, e, conforme mencionamos no início desse item, reverbera até os dias atuais, influenciando uma série de estudos e práticas pedagógicas.

2.1.2 Pioneiros nos estudos sobre a infância

O trabalho do historiador francês, Philippe Ariès (1975/1989), publicado pela primeira vez na década de 1960, na França, foi um dos pioneiros nos estudos sobre a concepção de

infância ao longo da história da civilização¹⁹. O autor argumenta que o conceito de infância²⁰ é um artefato social construído a partir de parâmetros ideológicos, sociais e econômicos. Ariès recorre às representações pictóricas para investigar a forma pela qual as crianças foram representadas ao longo dos tempos. Com isso, seu objetivo é investigar o momento da descoberta da infância. Contudo, é importante destacar que o autor apresenta seus argumentos embasado em uma determinada criança europeia: o menino branco burguês. As referências à menina aparecem em raros momentos do seu estudo, reflexo do lugar ocupado pela mulher na sociedade. Deste modo, todas as crianças oriundas de um contexto distinto não são contempladas em seu trabalho.

O autor conceitua como sentimento de infância o modo pelo qual cada época compreende e trata uma criança considerando suas especificidades. Contudo, esse sentimento nem sempre existiu. Segundo sua pesquisa, na Idade Média e também no início da Idade Moderna, quando as crianças atingiam um grau de independência tal que não mais necessitassem de cuidados diretos de seus pais ou substitutos, eram inseridas no mundo dos adultos. Esse acontecimento se dava em torno de sete anos de idade. Para ele, durante a era medieval, a “*paideia* dos antigos” – termo empregado para sintetizar a concepção da sociedade grega sobre a educação dos meninos – foi esquecida e ainda não existia uma concepção de educação que considerasse as especificidades da criança. Ariès localiza as origens do sentimento de infância no século VII e ressalta que o tema da infância sagrada do século XIV deixaria marcas profundas nas concepções de criança dali em diante. Porém, é somente nos séculos XVII e XVIII que o sentimento de infância se consolida. De acordo com Ariès, a educação empreendida pelas escolas também foi fundamental para a mudança no entendimento sobre a infância, pois as práticas educativas, na medida que se desenvolviam, passaram a considerar a criança como um ser em formação que necessita de cuidados e orientação. A partir dessa nova perspectiva, a criança passou a ocupar, gradativamente, um novo lugar no seio

¹⁹ Como salienta Prates (2012), o trabalho de Ariès foi criticado por uma série de historiadores, a exemplo de James Casey (1992), que afirmou que as obras clássicas tendem a se desgastar com o tempo, pois seu conteúdo se torna propriedade comum e é reproduzido de forma decepada, sem o devido contexto, destacando que o próprio Áries antecipou algumas das críticas que recebeu na medida em que evitou afirmar que o interesse pela infância na Renascença estaria, necessariamente, ligado ao maior cuidado pela criança. Para Prates, o trabalho de Ariès não se ocupa da infância em si, mas de sua descoberta no mundo ocidental, na era cristã, a partir da Idade Média. O autor parte deste recorte específico, sem pretensões de desconsiderar a idade antiga, as culturas orientais ou outras sociedades, ou seja, apenas não as aborda em seu argumento.

²⁰ Nesse sentido, Prates (2012) salienta também que seu trabalho recebeu críticas de alguns profissionais do campo da Psicologia que se dedicam ao estudo da infância como uma fase do desenvolvimento humano, elucidando as especificidades endossadas pelo discurso científico, justamente por promover uma desconstrução nesse tipo de entendimento. Além disso, repercutiu também nas discussões acerca dos “direitos da criança”.

familiar e social. Com obviedade, o número de crianças contempladas por este cenário era ínfimo.

Para o autor, o reconhecimento da criança encontra um marco no momento em que as famílias passam a registrar seus nomes nas lápides, o que poderia estar associado ao entendimento social de que uma criança não precisava ser considerada como uma perda inevitável em decorrência da redução da taxa de natalidade infantil. Contudo, como Prates (2012) salienta, esse aspecto do estudo de Áries recebe muitas críticas, pois outras pesquisas indicam que não ocorreu uma redução na taxa de mortalidade de forma homogênea, especialmente na população menos abastada, o que corrobora a crítica de que seu argumento sobre as origens do sentimento de infância é oriundo de um contexto específico.

O trabalho de Ariès foi publicado na década de 1960, e ele salienta que, naquela época, a sociedade já dispunha de uma série de estudos de diversos campos do saber sobre as especificidades da infância, bem como de informações sobre a importância do processo educacional para fomentar o desenvolvimento das crianças. Contudo, naquele cenário, um novo problema se instituiu, pois a transformação do entendimento social sobre a criança a colocava em um lugar de interesse obcecado. “Nosso mundo é obcecado pelos problemas físicos, morais e sexuais da infância” (ARIÈS, 1975/1989, p. 276). Uma justa medida seria um interesse pela criança na dose certa, como se fosse possível estabelecer essa dose, a fim de estimular o seu pleno desenvolvimento, tal como preconizado pelos diversos estudos desenvolvimentistas. Seu conceito de infância é oriundo de um recorte muito específico de sociedade, no qual a criança passou de um lugar marginalizado na época medieval à condição de majestade da família burguesa.

Neil Postman (1982/2012), na esteira de Ariès, também realiza uma investigação histórica sobre a constituição dos conceitos de infância e de criança. Sua tese é a de que os avanços relacionados às tecnologias de comunicação modificaram profundamente tais concepções. Para ele, a prensa tipográfica foi fundamental para a criação do conceito de infância e a mídia eletrônica contribuiu para o que ele define como “o desaparecimento da infância”. O autor defende que as condições de comunicação de cada época determinam a afirmação ou não da infância. Em um primeiro momento, a ideia de infância foi “desnecessária”, em seguida, “inevitável”, e, atualmente, tende para o “desaparecimento”. Antes de tratarmos do que, segundo Postman, cria a concepção de infância, destacaremos o que ele entende como o “desaparecimento” dela na contemporaneidade.

O trabalho de Postman foi publicado em 1982 e, no prefácio para a segunda edição, no ano de 1994, o autor reafirmou seu posicionamento. Destaca que o telégrafo elétrico, inventado

em 1839, foi a primeira tecnologia que gerou um rompimento das dimensões do tempo e do espaço no tocante a comunicação humana, pois permitiu que uma mensagem fosse transmitida em uma velocidade de processamento maior a que o ser humano poderia alcançar, “a velocidade elétrica não era uma extensão dos sentidos humanos e sim uma negação deles” (POSTMAN, 1982/2012, p. 84).

Essa velocidade suscitou o início da construção de um mundo de simultaneidade e instantaneidade, e o mais relevante: tornou incontrolável o processo de transmissão da informação, o que fomentou a constituição de um público consumidor não só da informação, mas, sobretudo, da informação fragmentada. A argumentação do autor pode lançar luz a uma questão atualíssima, que se apresenta na difusão das notícias transmitidas na velocidade da internet, que, embora seja considerado um avanço no campo das tecnologias de comunicação, por outro lado, pode resultar na disseminação de *fake news* em escala global. Considerando o tema desta dissertação, tal cenário pode ser ilustrado na difusão de informações falsas sobre os efeitos colaterais da vacina da covid-19, personificados nos movimentos antivacinas²¹ que prestaram um desserviço para o controle da pandemia.

Sobre o movimento de “desaparecimento da infância”, Postman argumenta que a concepção de infância foi fomentada como uma fase do desenvolvimento humano que deveria ser protegida, a partir da construção de um entendimento social de que os adultos têm a responsabilidade de permitir a inserção gradual das crianças no mundo, fornecendo informações compatíveis com as suas “capacidades psicológicas” de assimilação. Segundo Postman, a simplificação da informação para o entendimento de todos, que em sua época era difundida pelos meios de comunicação de massa, especialmente a televisão, pulverizou a distinção entre adultos e crianças. Como consequência, as crianças passaram a ter acesso a informações inadequadas para sua faixa etária, uma vez que nem sempre os adultos conseguiam garantir a preservação das crianças neste sentido. Se a constituição de um espaço seguro para as crianças foi fruto de um longo processo de construção social sobre a infância, esse ambiente está ameaçado pela transmissão ilimitada de informações contidas nos meios de comunicações de massa, que desfaz a segurança que havia sido construída.

Voltemos ao início da história. De acordo com Postman, o período em que a infância era considerada “desnecessária” remonta à época medieval. Esta percepção está baseada no fato de que as interações sociais do período se realizavam preponderantemente de forma oral, o que

²¹ Luiz Carlos Dias, pesquisador e professor do instituto de Química da Unicamp, definiu tal movimento como criminoso e de ameaça à saúde global. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/luiz-carlos-dias/movimento-antivacinas-uma-seria-ameaca-saude-global>>. Acesso em: 01 fev. 2023.

possibilitava que na idade de sete anos, no entendimento daquela sociedade, uma criança fosse inserida no “mundo adulto”, ou seja, quando alcançava a capacidade de comunicação e compreensão tal como a dos adultos. Em meados do século XV, já na Idade Moderna, com a invenção da prensa tipográfica, tal cenário passa por uma reformulação. Com a ampliação do acesso à comunicação escrita, surge também a necessidade de pessoas que possam acessar o “mundo letrado”, o que tornou a ideia de infância “inevitável”. Segundo Postman, “para que uma ideia como a da infância se concretize é necessário que haja uma mudança no mundo adulto” (POSTMAN, 1982/2012, p. 34). Portanto, com essa invenção, o mundo adulto passa a ser compreendido como o letrado, o que exclui a criança deste cenário e funda a necessidade de inseri-la no mundo adulto por meio do letramento, estabelecendo-se assim uma maior distinção entre a criança e o adulto.

Tal acontecimento não se deu de forma imediata. Sua pesquisa aponta que o conceito de infância foi lentamente construído e envolveu uma série de tentativas, nem sempre bem sucedidas, que visavam oferecer às crianças, considerando as necessidades específicas de sua faixa etária, acesso à educação, saúde, segurança, lazer, dentre outros direitos fundamentais. Atualmente, as políticas públicas ainda não são eficazes no sentido de garantir tais cuidados às crianças. Para Postman, o ápice do conceito de infância culmina no que o autor chama de “estereótipo da família moderna”, que pode ser ilustrado da seguinte maneira:

[...] os pais adquiriram um mecanismo psíquico que deixam espaço para um alto grau de empatia, ternura e responsabilidade em relação aos filhos. Isto não quer dizer que a infância se tornou idílica. Como todas as etapas da vida ela estava e está repleta de dor e perplexidade [...] a infância chegara a ser um ideal que transcendia a classe social e econômica. Inevitavelmente, a infância veio a ser definida como uma categoria biológica, não como um produto da cultura (POSTMAN, 1982/2012, p. 81).

Conforme destacamos, tanto para Postman como para Ariès (1975/1989), a concepção de infância não existia outrora. O primeiro autor, enfatiza que no período medieval os hábitos compartilhados socialmente eram muito distintos dos atuais, bem como o senso de público e privado. O contexto daquela época era marcado pela alta taxa de mortalidade infantil, pela precariedade das condições básicas e, conseqüentemente, baixa expectativa de vida. Em virtude dessa conjuntura, as pessoas

não sentiam repulsa por certos odores humanos ou funções do corpo, não tinham vergonha de fazer suas necessidades biológicas sob os olhares dos outros; não sentiam nojo de ter contato com as mãos e a boca dos outros. Em face disso, não ficaremos surpresos ao saber que na Idade Média não há indícios de ensinamento de hábitos de higiene nos primeiros meses de vida do bebê. E não será surpreendente o fato de não

haver nenhuma relutância em discutir assuntos sexuais na presença de crianças (POSTMAN, 2012 p. 31).

Para Postman, um dos elementos que também modificou a concepção de criança foi o sentimento de vergonha, que não existia na época medieval, pelo menos não como na Idade Moderna, pois os medievais, de forma generalizada, não preservavam as crianças “de certas facetas da vida adulta – seus mistérios, suas contradições, sua violência, suas tragédias – cujo conhecimento não é considerado apropriado para as crianças e cuja revelação indiscriminada é considerada vergonhosa” (POSTMAN, 1982/2012, p. 28). Para ele, tais “segredos” da vida adulta, na modernidade, passam a ser transmitidos à criança de forma a considerar sua “capacidade psicológica” para assimilar tais revelações. Nesse sentido, Postman defende que sem uma concepção de vergonha bem estabelecida socialmente o conceito de infância não pode existir.

Na Idade Contemporânea, contada a partir da Revolução Francesa, de acordo com Postman (1982/2012) e Ariès (1975/1989), encontramos no discurso social sobre a criança um entendimento que a concebe como um objeto a ser cuidado, educado e preservado, revestido de inocência e desprovido de sexualidade. Esses estudos sobre a infância ressoam na concepção de infância construída em território brasileiro?

2.1.3 A infância no Brasil

De forma sucinta, a partir dos trabalhos de Mary Del Priore (2010a) e Lucia Rabello de Castro (2013), iremos salientar alguns aspectos sobre a construção da ideia de infância no Brasil. Compreendemos que as nuances que envolvem esse campo de pesquisa são complexas e demandam um estudo pormenorizado, porém, pela delimitação de nossa pesquisa, não poderemos abordá-los nesta ocasião e, nesse sentido, destacaremos certos pontos que influenciaram o cenário atual das crianças brasileiras

Del Priore (2010a) ressalta que os estudos sobre a infância são abrangentes e demonstram que no Brasil e no mundo há uma hiância entre o ideal de criança e a realidade na qual ela está inserida. Segundo a autora, há ainda que se considerar que, atualmente, em uma sociedade globalizada orientada cada vez mais para o consumo e para os ideais capitalistas, encontramos crianças que por um lado elucidam o sonho infantil, por exemplo, de comprar brinquedos eletrônicos ou uma passagem para a Disneylândia, enquanto, por outro lado, algumas crianças

ilustram os horrores que podem ser impetrados a elas, a exemplo das que, por volta dos cinco anos de idade, são vendidas para trabalhar na indústria de tecelagem da Índia. Para Del Priore, no primeiro exemplo, supostamente encontraríamos uma criança feliz, enquanto no segundo, as barbáries que podem ser direcionadas a uma criança.

Na apresentação do livro *História das crianças no Brasil*, que engloba uma série de artigos sobre o tema, Del Priore (2010a) traça um panorama histórico sobre as crianças brasileiras, sobretudo as marginalizadas, e desenvolve alguns aspectos que contribuíram para forjar o lugar que elas ocupam atualmente. A autora argumenta que o arcabouço teórico internacional sobre a infância, especialmente a concepção de infância desenvolvida por Ariès, é oriunda de um recorte específico da Europa, no qual a criança burguesa passou de um lugar marginalizado na Idade Média à condição de “reizinho do lar” na Idade Moderna, e que a tese de Ariès exclui as crianças que viviam fora desse recorte naquela mesma época e território. Desse modo, o estudo do autor, por ser circunscrito àquele contexto, não pode ser aplicado de modo indiscriminado a outros, inclusive o brasileiro. Ressalva feita, a autora indica que a premissa de Ariès pode instigar o pesquisador a investigar as origens da infância em outros territórios. Ela pontua que a historiografia internacional já comporta uma série de estudos fundamentais sobre as representações e práticas infantis ao longo dos tempos, entretanto, isso não isenta a importância de novas investigações em contextos diferentes. Nessa direção, Del Priore indaga como se dá o lugar da criança em território brasileiro.

Del Priore salienta que Ariès define a ascensão da vida privada o acesso à educação como fomentadores da construção do sentimento de infância. Segundo ele, a partir dessas transformações sociais na Europa, a criança burguesa passou a ocupar um novo lugar social, o que contribuiu para a modificação do entendimento sobre a infância, bem como o surgimento do sentimento de infância. Em relação ao Brasil, a autora pontua que se comparado aos países ocidentais, a democratização do acesso à educação e a emergência da vida privada tardou a chegar em solo brasileiro e ainda não é uma realidade para todos. Para ela, esse é um dos aspectos que fundamenta o seu argumento de que “a historiografia internacional pode servir de inspiração, mas não de bússola” (DEL PRIORE, 2010a, p. 7), já que, em relação ao panorama internacional, há diferenças significativas no cenário brasileiro.

Sobre a criança no Brasil, Del Priore descreve que no período colonial, junto aos horrores da sociedade escravocrata, havia registros de pedidos desesperados de mães escravizadas suplicando para que seus filhos não fossem utilizados como mercadoria pelos colonizadores, o que evidencia a preocupação que existia em relação às crianças e o lugar que ocupavam para suas famílias, tão díspar do lugar que ocupavam para os colonizadores. De tal

modo que, no mesmo território, coexistiam formas distintas de tratamento dispensado às crianças, e essa não é uma exclusividade do Brasil. A autora destaca que os viajantes não cessaram de registrar a atenção demasiada que os adultos dispensavam às crianças de suas famílias, e interroga se esse seria o início da problemática que envolve muitas pesquisas atuais sobre a falta de limites de algumas crianças contemporâneas. Nesse sentido, pontua também os efeitos resultantes dos rastros das relações entre adultos e crianças que se estabeleciam em um cenário escravocrata, no qual uma criança mandava e o escravizado obedecia, e dos rastros de uma cultura em que as crianças escravizadas, mas não só elas, eram utilizadas apenas como objetos. Uma história que repercute nos dias atuais.

Del Priore destaca ainda que o acesso à história das crianças se dá por meio de registros que os adultos deixaram sobre elas, o que é um desafio, pois em sua maioria os documentos são produtos da fala de legisladores, médicos, educadores etc.

Essa fala, contudo, obriga o historiador a uma crítica e a uma interpretação da forma como o adulto retrata o estereótipo da criança ideal, aquela saudável, obediente, sem vícios. A criança que é uma promessa de virtudes. Mas face a essas vozes adultas é preciso considerar algumas questões: será que em uma sociedade historicamente pobre [...] é possível construir tal modelo de criança? Médicos e legisladores do início do século XX acreditavam que sim. Eis porque acabaram criando, a fim de transformá-la, instituições de confinamento, onde, em vez de encontrar mecanismos de integração, a criança “não ideal” achou os estigmas definitivos de sua exclusão (DEL PRIORE, 2010a, p. 9).

Nesse trecho, destacamos que criança marginalizada é tão marcada por sua posição social quanto a ideal e percebemos o abismo entre o que está no bojo da concepção de uma criança ideal e da criança marginalizada; essa última entendida como um menor que precisa ser transformado, adestrado para ser alçado à categoria de criança. Ou pior, da concepção de que ao menor cabe o destino de ser aniquilado, pois nem é considerado criança.

Del Priore pondera que os registros históricos precisam ser analisados sob um viés crítico, considerando, além das diferenças sociais e econômicas, também as distinções regionais do território brasileiro. Ela questiona o que seria possível extrair dos registros históricos sobre a fala das próprias crianças e pontua que, entre outras fontes, há desenhos registrando a presença das crianças na guerra do Paraguai, há fotografias de crianças pelas fazendas de café, mas há poucos registros de suas falas. Para a autora, o mal-estar das crianças diante dos adultos, muitas vezes não registrado, também pode ter contribuído para a reformulação do entendimento social sobre a infância, haja vista os registros que lentamente surgiram sobre a importância de se considerar os sofrimentos e desejos das crianças e que, atualmente, embora não sejam considerados por todos, mobilizam uma boa parcela da sociedade.

Dos artigos que compõem o livro organizado pela autora, ela salienta que para além de considerar as tragédias passadas e presentes que acometem a infância no Brasil, os autores buscam ressaltar as falas e fazeres cotidianos da criança brasileira em uma tentativa de abordar a criança pela criança e não apenas pelo que o adulto fala a respeito delas.

Del Priore (2010b), em um artigo que compõe esse mesmo livro, apresenta dados sobre o cotidiano da criança brasileira livre no período entre a Colônia e o Império. Segundo a autora, “ingênuo”, “meúdo” e “infante” eram formas de nomear a criança naquela época que concebia a infância como um momento de transição de um tempo sem personalidade para o tempo do adulto e também como um período de esperança. Os cuidados oferecidos ao recém-nascido eram distintos. Para algumas famílias, era praxe banhar o recém-nascido em substâncias como óleo, vinho ou cachaça, envolvê-lo em panos firmes e utilizar a estopada²². Nas culturas indígenas, havia o costume de que as mães se banhassem nos rios com seus bebês após o parto. Já na cultura nagô, os bebês eram envolvidos em panos embebidos por uma infusão de folhas maceradas e banhados três vezes na água.

Lentamente, os manuais médicos foram instituindo orientações para as mães brasileiras quanto aos cuidados e hábitos de higiene para com o bebê: indicavam o uso de água e sabão nos banhos, de vestimentas mais adequadas ao clima dos trópicos e para favorecer os movimentos corporais e também a extinção do uso da estopada. A alimentação das crianças também era de interesse da medicina e o aleitamento materno passou a ser cada vez mais incentivado. Nesse sentido, é provável que os costumes indígenas de aleitamento das crianças até uma idade mais avançada tenham contribuído para esse cenário favorável à amamentação. A autora destaca que, em 1578, o viajante Jean de Léry escreveu que as mães americanas pareciam amamentar seus filhos de forma distinta das mães europeias, que muitas vezes delegavam essa função às amas de leite e se afastavam de sua prole. Os manuais indicavam também a importância de oferecer às crianças alimentos adequados às suas capacidades digestivas. Del Priore ressalta que o que os autores dos manuais não conseguiam compreender é que as mães alimentavam suas crianças com alimentos fortificantes na esperança de afastar a possibilidade de perdê-las, haja vista o alto índice da mortalidade infantil da época. Nesse contexto, a autora situa a alimentação em excesso como “revanche simbólica contra a malnutrição crônica” (DEL PRIORE, 2010b, p. 49).

Outro aspecto salientado por Del Priore envolve o relacionamento entre pais e filhos, representado nos documentos históricos como exagerado, marcado por um carinho sem limites

²² Consiste em uma estopa envolvida em uma mistura de ovo e vinho colocada com o auxílio de um pano ou touca na cabeça do recém-nascido para fortificá-la.

e alto grau de tolerância aos caprichos dos pequenos. Os pais toleravam suas atitudes até determinada idade sem alardes e sofriam caso seus filhos fossem criticados. Os viajantes surpreendiam-se com esse comportamento, pois entendiam que o relacionamento com os filhos cabia à mãe. A mãe, por sua vez, se ocupava e se preocupava sobremaneira com a sobrevivência, a criação, a educação e o futuro dos seus filhos. De modo geral, as crianças pequenas eram paparicadas, mimadas por toda a família. Os adultos brincavam com elas como se elas fossem “animaizinhos de estimação” (DEL PRIORE, 2010, p. 53). Vale destacar que essa observação trata de um quadro geral da época que não é capaz de abranger todas as famílias, até porque abordar o todo é impossível.

Em contraponto, havia uma crítica enorme dos legisladores e médicos a essa paparicação. A autora indica que para os moralistas setecentistas a boa criação das crianças deveria, obrigatoriamente, envolver restrições e castigos físicos. Ela argumenta que os castigos não eram uma novidade e foram introduzidos no Brasil colonial, no século XVI, “pelos padres jesuítas, para horror dos indígenas que desconheciam o ato de bater em crianças, a correção era vista [pelos colonizadores] como uma forma de amor. O ‘muito mimo’ devia ser repudiado. Fazia mal aos filhos” (DEL PRIORE, 2010, p. 53). A autora argumenta que os padres jesuítas difundiam a ideia de que o amor paterno deveria se orientar pelo ensinamento divino de que amar é punir e que os vícios das crianças deveriam ser corrigidos à base de castigos. Nessa direção, o uso da palmatória como forma de correção do sistema educacional no século XVIII pode ser percebida como herdeira do processo de catequização.

Aos poucos, a educação e a medicina foram norteando os ideais de infância desse período, bem como interferindo, por meio dos médicos, educadores e pais, na constituição das crianças que eram orientadas para serem adultos responsáveis. A autora destaca que tais aspectos eram diferentes entre os livres e os escravizados, os ricos e os pobres, os que moravam na zona rural ou urbana etc. Del Priore argumenta que entre os séculos XVI e XVIII a construção da percepção da criança como um ser distinto do adulto contribuiu para o início de uma mudança no entendimento sobre os cuidados que devem ser dedicados à criança; nesse sentido, sua argumentação se afina com o estudo de Ariès. Por fim, Del Priore pontua o problema estrutural brasileiro de que a criação das crianças continua, em alguns contextos, marcada mais pela violência do que pela educação e o cuidado.

De acordo com Lucia Rabello de Castro (2013), um panorama histórico pode auxiliar no entendimento de como a concepção de infância surge no momento de constituição da sociedade brasileira. Segundo ela, no Brasil Colônia, o lugar de pertencimento da criança era restrito ao seio familiar e, de modo geral, estava destinado à reprodução das posições nas

estruturas de poder. Sobre aquele período, a autora encontra na pesquisa do historiador Gilberto Freyre informações a respeito da vida doméstica das crianças das casas grandes que, embora vivessem em um contexto no qual o lugar que deveriam ocupar deixava pouca possibilidade de mudança, aos poucos, junto com suas famílias e pares, teceram novos costumes mais compatíveis com os trópicos. Nesse sentido, as crianças não foram apenas objetos de cuidado e reprodutoras de uma cultura, mas também recriadoras dela, como acontece com toda criança, independente da época e região. De modo geral, as crianças não eram enxergadas como um valor do ponto de vista social. Do estudo do historiador Fabio Ramos, que pesquisa as condições das crianças trazidas para o Brasil nos navios portugueses, Castro destaca que as crianças, fossem filhas de ricos ou pobres, eram as primeiras a serem descartadas durante as dificuldades nas navegações e dificilmente tinham prioridade de embarcação nos casos de naufrágio. Dado que também mostra o pouco valor social que uma criança possuía naquele contexto, pois não eram capazes ainda de fazer prosperar os negócios ou mesmo produzir riquezas na nova terra e, por isso, poderiam ser descartadas em alto mar.

Fora do risco das navegações, há registros de que os filhos da elite eram protegidos e criados para perpetuar o lugar de prestígio e poder que suas famílias ocupavam na sociedade, característica que não é exclusividade do contexto brasileiro. Quanto mais rica, mais acesso a privilégios a criança teria, rastros de desigualdade que permanecem nos dias atuais. A prole dos senhores de terras – apenas a reconhecida como legítima – recebia um amor desmedido, os pais não podiam suportar que suas crianças fossem criticadas ou reprimidas, pois se sentiam atacados em seu próprio narcisismo. De acordo com Castro, sem desconsiderar o etnocentrismo que as constituem, essas observações são valiosas para o entendimento dessa dinâmica social pois indicam que “a estrutura de poder local produzia seus próprios dispositivos para garantir sua reprodução social. Assim, na interioridade da vida familiar, o mimo dedicado à criança marcava sua posição de ‘majestade’ frente a todos” (CASTRO, 2013, p. 40). Essa estrutura determinava o lugar das crianças livres e escravizadas, ricas e pobres naquele contexto. A despeito dessa austeridade das estruturas de poder da época, havia também a possibilidade de influência das crianças como agentes de remodelação dos costumes no seio das relações familiares²³.

Sobre a relação entre pais e filhos, no texto *Introdução ao Narcisismo*, Freud (1914b/2016) afirma que a atitude terna de alguns pais em relação aos filhos é fruto do próprio

²³ Embora a autora reconheça outras configurações familiares naquele período histórico, tece seus comentários a partir da noção de família colonial, que é a centrada no poder do senhor de engenho, por ela ser a dominante naquele contexto.

narcisismo dos pais, e que a marca da superestimação é frequente nessa relação afetiva. Argumenta que, se o investimento narcísico no bebê for bem sucedido, a tendência é de que os pais vejam na criança as qualidades mais graciosas e projetem nela um futuro repleto de satisfações. Nesse sentido, Freud argumenta que alguns pais colocam o bebê no lugar de majestade: “His Majesty the Baby”, como supunham a posição que eles próprios ocuparam outrora. E pontua que o amor dos pais, por vezes tão comovente, é uma expressão do narcisismo deles próprios que renasceu com a chegada do bebê.

Castro pontua que a noção coletiva de infância demorou algum tempo para surgir em solo brasileiro. Ela destaca que esse evento teria ocorrido em torno do fim do século XIX. Esse marco é resultado da constituição do Brasil moderno que promoveu novas possibilidades de posicionamento no espaço público. Ao longo dos oitocentos, observou-se grandes mudanças econômicas em decorrência do mercado internacional do café e também um aumento na mobilidade urbana, o que fomentou uma expansão das trocas sociais mais além do poder concentrado pelos donos das grandes propriedades rurais. Estabeleceu-se também um espaço de discussão sobre os dilemas da sociedade brasileira que estava na fronteira entre uma sociedade escravocrata e a República. Esses eventos, mas não apenas eles, favoreceram a criação de situações inéditas em torno das famílias.

As novas condições urbanas fomentaram uma nova ordem social, na qual o poder político constituinte, embasado no cientificismo, encontrou nesse cenário um ambiente favorável para a divulgação do saber científico sobre a criação de crianças saudáveis. Esse conhecimento foi a base da medicina higienista, que fomentou uma ressignificação dos cuidados dispensados às crianças, uma reconfiguração nas relações familiares e, conseqüentemente, uma mudança no entendimento sobre a infância. A criança passou a ser concebida como um objeto de estudo, de proteção e de controle.

Em meados do século XIX, a Academia Imperial de Medicina vai organizar inúmeros debates sobre a mortalidade infantil no Rio de Janeiro resultando numa série de manuais sobre gravidez e parto. Traduções de obras estrangeiras também se tornaram frequentes, ensinando ‘a arte de procriar filhos saudáveis’. (CASTRO, 2013, p. 43).

A medicina higienista transmitiu os cuidados adequados que deveriam ser dispensados às crianças, bem como norteou a função de cada um dos membros da família. A figura do médico ganha contornos de um parceiro regulador nas relações entre mães e filhos. À estrutura de poder patriarcal é somada a nova estrutura de poder do regime político do estado moderno. Nesse contexto, o estado atua como regulador das relações familiares. Se antes as crianças

ficavam subsumidas no seio familiar, representando o poder dos grandes senhores de terra, a partir daquele momento elas eram incluídas também como ícones da ordem urbana. A autora recorre ao trabalho de Jurandir Freire da Costa para expor que, naquele momento, a família se torna tutora de seus filhos cujo verdadeiro proprietário passa a ser o Estado, e a criança encarna a promessa do porvir que deveria atender aos interesses da nação.

A convocação inscrita na bandeira nacional, ordem e progresso, revelava os ideais da república brasileira, institucionalizando, entre outras coisas, o modelo de família nuclear burguesa como um ideal social. Naquele contexto, se a família tivesse alguma condição, havia no discurso dominante a indicação de que o melhor investimento seria na educação dos filhos, para que, no futuro, quando adultos, eles pudessem contribuir para o progresso da pátria. Esse contexto favoreceu também a crença de que os filhos deveriam superar seus pais, no sentido de alcançar altos níveis de autorrealização. Por extensão, essa ideologia também moldava a concepção de infância no início do século XX. De acordo com Castro, “A criança foi colocada no lugar simbólico do desejo adulto de construção de um mundo melhor, movido pelos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. A infância detinha a chave de acesso a esse mundo” (CASTRO, 2013, p. 50). Esse movimento mantinha vivo o elo da geração mais jovem com a anterior, nos quais as conquistas da juventude seriam tributárias também dos investimentos dos mais velhos.

A criança vivia a promessa do futuro por meio do que os seus pais lhes transmitiam como expectativas no porvir. Os pais, por sua vez, podiam realizar um retorno à sua própria infância e transmitir aos filhos suas aspirações. Havia um pacto geracional por meio de identificações que projetavam a ilusão de um futuro melhor. Isso se dava para todas as crianças, porém, o futuro prometido era bem diferente dependendo do contexto no qual ela estivesse inserida: às crianças marginalizadas e abandonadas, por exemplo, o destino reservava as medidas de controle e punição sobre suas existências desviantes do ideal de infância.

A supervalorização da estrutura familiar burguesa, na qual os laços familiares supostamente se fortaleceram, instituiu a mãe como encarregada da educação dos filhos e dos afazeres domésticos e o pai como provedor da família por meio de seu trabalho. As trocas geracionais se intensificaram de modo restrito ao âmbito familiar marcado, sobretudo, pelos laços de parentesco. Nesse sentido, “Ter filhos e educá-los significou para a burguesia brasileira emergente a possibilidade de exercer, por controle remoto, algum impacto sobre a realidade social e política” (CASTRO, 2013, p. 50-51). O investimento nos próprios filhos não significa que, necessariamente, havia um interesse particularizado em relação às crianças, de modo geral. Esse movimento impôs, de forma gradativa, uma supervalorização da vida privada em

detrimento da vida coletiva da cidade e do país, ou seja, um terreno fértil para uma série de injustiças sociais. Mas esse cenário, assim como os anteriores, não era estanque, e dessa forma, lentamente, novas mobilizações surgiram reivindicando mudanças sociais.

Daquela época para a nossa muita coisa mudou. Os movimentos sociais no Brasil e no mundo vêm lutando para que o poder político não privilegie apenas uma parcela da população, contudo, lamentavelmente, ainda que as mobilizações sociais tenham conquistado mudanças importantes, não podemos dizer que este aspecto esteja ultrapassado. Nesse sentido, Castro ressalta que, nos processos de transformações sociais, uma concepção não necessariamente substitui a outra, ou seja, uma nova ordem social não necessariamente elimina a anterior²⁴. De tal modo que as marcas da história não desaparecem e os seus rastros persistem nos dias atuais.

Há, portanto, o que permanece, o que se repete, o que se modifica e o que é construído de forma inédita. Em um percurso desde o passado até os dias atuais, a autora argumenta que, no mundo pós-moderno, a distinção entre a criança e o adulto está se liquefazendo. Se antes as crianças precisavam percorrer um longo caminho para tornarem-se adultos, agora a distância parece reduzida, pois hoje vivemos uma era de “infância adultizada” e “adultos infantilizados”. A partir dessas noções, a autora salienta que: “Na relação entre adultos e jovens hoje a ciência e a técnica substituíram a experiência. A experiência, noção que pode ser entendida como a acumulação do humano não possibilita mais a mediação intergeracional” (CASTRO, 2013, p. 60).

Para Castro, essa nova característica de relação entre as gerações pode ser efeito da ciência moderna que abomina a experiência e a substitui por testagem e certezas. Assim, as interações geracionais perdem força simbólica, na medida em que a transmissão dos mais velhos para os mais jovens não é valorizada e, em alguns casos, é considerada desnecessária, pois a ciência tem uma resposta mais adequada para tudo.

De acordo com a autora, atualmente, na sociedade do consumo, que é efeito do capitalismo que transforma tudo em produto a ser consumido, cada nova geração se orienta em busca da sua própria felicidade e, com a mercantilização do bem estar, basta ter dinheiro para satisfazer seus desejos. Essa é a falácia vendida pelo capitalismo que marca a infância atual e a sociedade de forma geral. A autora não propõe uma discussão moralizante de qual seria a melhor

²⁴ Ao encontro do que a autora propõe, testemunhamos um movimento político no Brasil que resgatou o ideal de amor à pátria, com o slogan “Deus, Pátria e Família”, na campanha eleitoral de Jair Messias Bolsonaro. Com consequências desastrosas, o então candidato angariou muito apoio social, culminando em sua eleição como presidente da República no período entre 2018 e 2022. E o movimento bolsonarista permanece, em um projeto de tomada de poder e aniquilação de toda uma população que não se adegue ao ternário Deus, pátria e família que direciona as ações desse movimento.

concepção de infância. Pelo contrário, ela busca investigar os efeitos por ela produzidos e afirma, conforme mencionamos no início deste capítulo, que as pesquisas nesse campo devem preconizar a problematização do contexto no qual as crianças estão inseridas e, em uma perspectiva ética, devem questionar o que engendra a concepção de infância e a que fins ela serve sem reduzir a investigação apenas ao desenvolvimento, o comportamento e o sentimento da criança.

Diante do que abordamos até esse momento, considerando o vasto campo no qual as pesquisas sobre as infâncias estão inseridas e o caráter resumido de nossa exposição, limitamos a concluir que os múltiplos conceitos de infância estão relacionados aos contextos que os engendram. Cada pesquisa, a partir de seu arcabouço teórico, produz interpretações convergentes em alguns aspectos e divergentes em outros sobre o que é uma criança, o que evidencia mais uma vez que a noção de criança não é universal. No próximo item, abordaremos a criança para psicanálise e a subversão introduzida por Freud, a partir de sua teoria sobre a sexualidade infantil, que contrariou justamente a concepção de infância de sua época e continua produzindo efeitos que subvertem o discurso vigente.

2.1.4 A infância e a criança na perspectiva psicanalítica

Conforme mencionamos, Pacheco (2012) afirma a não universalidade da concepção de infância, pois esta é resultante de uma construção social, história, política e econômica, e argumenta que essa construção implica também na construção de uma fantasia de infância. Além disso, destaca que essa consideração é uma forma de evidenciar a descoberta freudiana em relação ao “infantil trans histórico”, ou seja, ao infantil como um aspecto que não é restrito à infância e que habita o ser da fala independentemente da idade de uma pessoa. Por outra via, Pacheco salienta que o entendimento equivocado de alguns dos conceitos freudianos contribuíram para a produção de algumas das nuances que permeiam a concepção de infância contemporânea, por exemplo, no sentido de que certas leituras supõem que o que uma pessoa vivencia na infância é determinante para um funcionamento psíquico patológico ou não na idade adulta.

Voltemos à novidade freudiana que surgiu no fim do século XIX e início do XX, um tempo no qual a noção de infância era marcada pelo “sono da razão e do desejo” (PACHECO, 2012, p. 65). Na segunda parte dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, Freud

(1905/2016) se propõe a discutir sobre a sexualidade infantil e atinge, justamente, a concepção de infância daquela época. Segundo ele, a noção de sexualidade era extirpada do discurso sobre a criança, pois entendia-se que a sexualidade surgiria no ser humano apenas na puberdade. Tal entendimento é conceituado por Freud como “negligência do fator infantil” (FREUD, 1905/2016, p. 73). Ele argumenta que ainda que fosse possível encontrar alguns estudos com registros de manifestações da sexualidade, como por exemplo a ereção e a masturbação, em crianças desde a tenra idade estas manifestações não eram catalogadas como constituintes da criança, mas como aberrações e desvios, logo, passíveis de correção. Salienta que, de um modo geral, o capítulo sobre a sexualidade era omitido nos estudos sobre as crianças e denuncia a falha destas pesquisas. Freud desconstrói o ideal de criança vigente em sua época, no qual ela seria revestida de pureza e desprovida de sexualidade, e propõe uma subversão nesse entendimento. Destacamos que a subversão freudiana se mantém viva, na medida em que a psicanálise continua a questionar as diversas dimensões que compõem a concepção de infância contemporânea, por exemplo, em relação ao crescente processo de medicalização das crianças.

Sobre o contexto que permeava a publicação do texto freudiano acima citado, Rosane Melo (2018, p. 23) destaca que “à época dos Três ensaios (1905/2011), a sexualidade infantil somente era admitida como aberração, pois a herança das teses rousseauianas inscreveu a criança no discurso como ser assexuado”. Em seu texto, a partir de uma pesquisa minuciosa, Freud descreve manifestações da sexualidade já no recém-nascido. Para tanto, toma como modelo, o ato de chupar, “sugar com leite” (FREUD, 1905/2016, p. 82), e recorre à imagem do bebê durante a amamentação, pontuando que uma observação atenta poderá constatar indícios de satisfação sexual já neste momento primordial da vida. Destaca que o ato de “sugar com leite” não ficará restrito apenas à amamentação, pois o bebê poderá utilizar-se também de outras partes do seu corpo, como a mão, por exemplo, e que esta imagem é apenas um dos indícios de que a sexualidade não surgiria apenas na puberdade, como se defendia naquela época. Se por um lado, após mais de um século da descoberta freudiana, podemos dizer que o reconhecimento da sexualidade infantil já não causa tanta comoção social como naquela época, por outro, observamos que uma visão negacionista deste fato constituinte do ser falante ainda produz efeitos nefastos, tal como Melo destaca:

a ficção moderna da infância dessexualizada somente contribuiu para o descuido da infância e a ignorância sobre as bases da vida sexual: o que a educação fundamentada na moral sexual civilizada teme, a psicanálise considera esclarecedor sobre a constituição inicial da vida amorosa de todo falante (MELO, 2018, p. 23).

Baseada num comentário de Quinet (2017), a autora argumenta que os *Três ensaios* também podem ser lidos como uma resposta às teorias sexuais vigentes na época de Freud. Na medida em que ele rompe com a lógica dominante da moral sexual civilizada, na qual a meta da sexualidade seria a reprodução humana, e tudo o que fugisse a esta lógica seria aberração ou desvio, e ainda, ao estabelecer que a pulsão é transgressora, perversa e polimorfa por excelência, e que ela habita o ser falante por toda a vida, Freud afirma que a sexualidade não está restrita à reprodução sexual e que todo ato sexual é composto pela característica multiforme da pulsão, e, nesse sentido, sempre comportará traços infantis.

É interessante notar que, na *34ª Conferência: esclarecimentos, aplicações, orientações*, Freud (1933/2010) corrobora seu postulado anterior quando afirma que, quando um analista trata de um adulto neurótico, buscando a etiologia de seus sintomas, naturalmente retornará às interpretações do paciente sobre suas experiências na infância. Por essa razão, Freud descreve a neurose como sendo de natureza infantil, considerando o infantil como o que permanece, como o que habita o ser falante ao longo de toda vida. Tal como conceituou nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, propõe que a sexualidade é perversa polimorfa, porque a pulsão é perversa polimorfa e a sexualidade mantém a situação infantil. Para Melo (2013), no caso amplamente conhecido como o Homem dos Lobos e publicado como *A história de uma neurose infantil*, Freud (1918/2021) a partir desta análise realizada com um paciente adulto, formalizou o conceito da neurose estruturante do sujeito no período da infância e que essa neurose estruturante é determinante para os sintomas neuróticos dos adultos. O que implica em que a neurose infantil é a regra, logo, a sexualidade será sempre marcada pela lógica da sexualidade infantil. De acordo com a autora, “se a sexualidade é infantil, é porque sua estrutura é infantil, inconsciente, atemporal” (MELO, 2013, p. 108). Deste modo, fica evidente que o infantil em psicanálise nada tem a ver com a concepção de infantil derivada dos conceitos de infância tal como discutíamos nos itens anteriores.

De acordo com Elisabeth da Rocha Miranda e Sonia Alberti (2012, p. 373), “O infantil em psicanálise é o estruturante, razão pela qual a psicanálise é uma teoria sobre o infantil que habita o ser de fala em qualquer fase de sua vida cronológica”. Argumentam que o conceito de estrutura é utilizado por Lacan para dele fazer um instrumento para o diagnóstico clínico que norteia a direção de um tratamento psicanalítico, e apontam a importância de diferenciar a noção de estrutura da noção de desenvolvimento, já que, em psicanálise, o infantil não está unicamente relacionado à infância, não habita apenas a criança. O infantil não amadurecerá à medida que a criança cresça, tal como as teorias sobre o desenvolvimento humano preconizam, porque o infantil está no ser falante independentemente de sua idade. As autoras salientam que

Freud não formalizou a sexualidade infantil fundamentada no desenvolvimento humano, mas na fantasia; e a sexualidade, calcada nas pulsões que não se desenvolvem e são sempre parciais. Argumentam que a psicanálise é uma teoria sobre o inconsciente e não sobre a infância, e que “o sujeito do inconsciente é atemporal e determinado por uma exigência de satisfação pulsional imperativa e estruturante” (MIRANDA; ALBERTI, 2012, p. 373). Podemos depreender que o sujeito do inconsciente está relacionado ao inconsciente estruturado como uma linguagem. E, na clínica psicanalítica com crianças, é deste sujeito que se trata e não da criança enquanto representação da infância, tal como postulado pelas teorias sobre o desenvolvimento humano.

Para Colette Soler (2018), em uma perspectiva psicanalista, a infância pode ser entendida como o tempo das primeiras vezes por excelência, como o tempo do que irá eternizar-se para um sujeito. Contudo, esse entendimento não implica que é apenas na infância que isso se dá. Em outras palavras, não significa que um adulto não vivenciará experiências de primeiras vezes. Em um seminário realizado nos anos de 2012 e 2013, publicado como *O que resta da infância*, a autora busca situar o que da criança pode permanecer no adulto, estabelecendo as semelhanças e as diferenças entre ambos. Para ela, lê-se mal Freud na medida em que se depura de sua obra que a sexualidade da criança é perversa polimorfa, ou ainda, que a criança é um perverso polimorfo. Em vez disso, a pulsão é perversa polimorfa, o que implica que a pulsão seja inerente ao ser da fala independentemente de sua idade cronológica. Deste modo, o infantil é o que habita o ser falante ao longo de toda a vida, já que o ser da fala é um ser pulsional. Nesse sentido, de acordo com Soler,

[...] o gozo polimorfo, isto é, o gozo passado à estrutura da linguagem, e a relação ao Outro via objeto parcial da pulsão, está presente desde a infância e se perpetua em seguida, criança e adulto estando quanto a isso, como diz Lacan com ênfase, num mesmo ponto (SOLER, 2018, p. 85).

Soler retoma a teorização de Lacan que indica que “uma criança não é um adulto” (SOLER, 2018, p. 113), que por sua vez é embasada na obra freudiana sobre a libido, ou seja, que a libido eclode na primeira infância, porém o jovem corpo ainda não pode acompanhar essa eclosão. A autora define esse tempo como “prematuridade sexual”, que deve ser articulada à ideia da “prematuridade do nascimento” teorizada por Lacan, e afirma que a criança experimenta o gozo perverso polimorfo tal como o adulto. Contudo, diferentemente deste último, ela ainda não está no tempo de concluir, de se identificar e se responsabilizar por esse gozo. Antes da puberdade, a criança está em um tempo “[...] privado do gozo inconcebível reservado ao adulto, [...] não pode saber aquilo que se impõe ao adulto como não relação sexual”

(SOLER, 2018, p. 113). Esta é a diferença entre a criança e o adulto, uma vez que ambos experimentam o gozo perverso polimorfo. A maneira com que a criança e o adulto podem se posicionar diante do gozo é diferente por conta do próprio tempo em que o habitam, pois a criança ainda não teve acesso a algumas experiências em relação ao gozo e só poderá acessá-las em um segundo momento, após a puberdade e o encontro com a não relação sexual. De tal modo que, a despeito da expressão “criança generalizada”, também de Lacan, há um Real na criança que a impede de se posicionar diante deste gozo, tal como um adulto. Já o adulto, ainda que possa responder a esse gozo da mesma forma que respondia no tempo em que era criança, não está condicionado a esse modo de resposta, tal como uma criança o está.

Soler discute que, em geral, recebemos na clínica sujeitos com o nó borromeano já articulado. Lacan recorre a esta topologia, para teorizar acerca do enodamento dos três registros, Real, Simbólico e Imaginário, na infância. Esse enodamento é construído, o que não é o mesmo que afirmar que todos os adultos terão esse nó constituído. A autora cita o exemplo de James Joyce, que faz uma suplência de enodamento desse nó já mais tarde. Então, é possível afirmar que na infância esse enodamento poderá ser feito, e, uma vez feito, pode ser pensado com algo do infantil que permanece no adulto. Porém, modificações podem ser feitas, tal como Joyce ilustra.

Por fim, para Pacheco (2012), o infantil é um operador fundamental da psicanálise, pois, como Freud preconiza, “se a neurose é sempre infantil é porque a despeito das teorias de maturação e cognição há algo fundamental que não se desenvolve” (PACHECO, 2012, p. 36). A autora afirma que é fundamental que o psicanalista esteja atento às diversas concepções sobre a infância, mas que saiba que tais noções não são norteadoras do trabalho de análise com uma criança. Um psicanalista recebe uma criança para a análise? Sabemos que é do sujeito do inconsciente que se trata, o que *a priori* não excluiu as especificidades dessa clínica. Então, após o percurso aqui delineado, propomos discutir sobre as particularidades da análise com crianças.

2.2 Especificidades na clínica psicanalítica com crianças

Pacheco (2012) também se pergunta se há especificidade na psicanálise com crianças. Para ela, a resposta engloba, ao mesmo tempo, o sim e o não. Seu posicionamento é o seguinte: “se [...] o não – enquanto processo de negação – sempre implica uma lógica que inclui a

afirmação, somos forçados a reconhecer que o próprio fato da pergunta ser colocada já traz, no mínimo, o reconhecimento de uma questão a ser tratada” (PACHECO, 2012, p. 277).

De acordo com a autora, é importante que não paremos em uma “dialética maniqueísta²⁵”, pois a psicanálise opera em uma lógica que possibilita o avanço sobre as dicotomias, e as duas respostas podem coexistir. Ela eleva a pergunta sobre a especificidade na psicanálise com crianças à categoria de “questão central” que se impõe ao psicanalista desde os primórdios da psicanálise até os dias atuais. Ressalta que a criança é o efeito de um discurso e não existe enquanto “objeto natural” (PACHECO, 2012, p. 278).

Para a autora, a partir da obra de Lacan, a clínica com crianças pode ser concebida a partir dos conceitos de estrutura clínica, tempo lógico e sujeito do inconsciente, o que não é diferente da clínica com adultos. Nesse sentido, ela retoma autores clássicos, como Robert e Rosine Lefort, que entendiam que a psicanálise não opera com conceitos pré-estabelecidos de criança ou adulto. Portanto, não se pode pensar em especificidades na clínica com crianças. Tal posicionamento evidencia que o conceito de sujeito do inconsciente é o que norteia a clínica psicanalítica. Para Pacheco, este é também um norteador político na direção do tratamento e permite superar a polarização sobre a viabilidade de uma análise com crianças. Polarização que retoma as grandes controvérsias sobre a possibilidade de uma verdadeira psicanálise com crianças, que foi protagonizada pelas pioneiras nesse campo, Melanie Klein e Anna Freud. A primeira defendia que as crianças eram aptas para o tratamento psicanalítico, enquanto a segunda entendia que a criança, devido a sua imaturidade, não seria capaz de estabelecer transferência analítica e, por isso, o tratamento envolveria uma abordagem pedagógica.

Em *O Seminário, livro 8: A transferência*, Lacan (1960-1961/2010) refere-se ao momento em que a criança é capaz de formular as perguntas mais originais – Como? Por que? O que é? – que podem deixar os pais em maus lençóis durante as tentativas de respondê-las, pois tais respostas comportam sempre alguma impossibilidade. Por exemplo, para a pergunta “o que é correr?”, poderiam responder que correr é andar extremamente rápido, mas, sem grande esforço, perceberiam que essa resposta é capenga, faltosa, já que não dá conta de dizer o que é correr. Seguindo a mesma lógica, Lacan adverte que um analista jamais deve responder a questão de um pequeno sujeito que se expressa como “quem sou eu?” com “uma criança”, ou impelir o próprio sujeito a respondê-la de tal maneira. Pois assim, cairá em uma lógica

²⁵ Maniqueísmo: Uma filosofia religiosa dualista fundada por Mani (Manes ou Manchaeus), no séc. III, que classifica o mundo a partir de duas perspectivas de pensamento reducionistas, o bom (Deus) ou o mal (Diabo). Disponível em: <<https://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/40166>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

“psicologizante”, posto que, obviamente, o termo criança não pode definir um sujeito (LACAN, 1960-1961/2010, p. 298).

O sujeito abordado pela psicanálise não pode ser definido por um significante. Na verdade, o sujeito é o que pode advir no intervalo entre um significante e outro. Trata-se do sujeito do inconsciente que é atemporal, ou seja, independe de idade cronológica e que se constitui a partir da relação com o Outro. Para Quinet (2012b, p. 22), o sujeito do inconsciente “é indefinido, indefinível”.

Lacan (1968-1969/2008) trabalha a distinção entre a pessoa e o sujeito do inconsciente. O segundo deve ser compreendido a partir da noção de estrutura, encontrada no axioma lacaniano: “o significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante” (LACAN, 1968-1969/2008, p. 300). Ele define esse axioma como a “formulação-ovo”, que possibilita entender como o sujeito pode constituir-se. Na mesma lição, adverte que é necessário distinguir a pessoa e o sujeito com rigor, pois: “qualquer espécie de personalismo em psicanálise é propício a todas as confusões e desvios” (LACAN, 1968-1969/2008, p. 308). Em seguida, Lacan utiliza a expressão “sujeito-criança” para falar do processo de constituição do sujeito do inconsciente. É possível depreender que, da expressão “sujeito-criança”, Lacan nos aponta uma referência de que na clínica com crianças o analista deve sempre considerar o sujeito. Esse apontamento também auxilia na distinção entre a pessoa que pode ser criança, adolescente, adulto, idoso, e o sujeito do inconsciente que é indeterminado.

Pablo Peusner, no *Prefácio à edição argentina* do livro de Pacheco (2012), aponta para a diferença significativa que há entre os conceitos de criança e sujeito. Tal distinção deve ser considerada por todo psicanalista, pois o sujeito do inconsciente em hipótese alguma pode equivaler a uma pessoa.

Quando se apresentam casos clínicos referentes a analisantes adultos, é frequente escutar a expressão: ‘um sujeito de tantos anos chega à consulta’. Aí ‘sujeito’ toma valor de ‘pessoa’, mas nenhum psicanalista em juízo perfeito afirmaria que ambas as noções dão conta do mesmo [...]. ‘Quem é o sujeito?’ Perguntam alguns analistas quando se trata de crianças, sem notar que a pergunta já é um engano, que inevitavelmente recairá sobre uma pessoa. ‘Qual é o sujeito?’ soa mais interessante, justamente porque não se pode responder: a criança (PEUSNER, 2012, p. 21).

De acordo com o autor, a pergunta: “quem é o sujeito?” aponta para um erro, pois “quem” é um pronome relativo a uma pessoa e pode ser respondido com: uma criança, uma mulher, um idoso etc. Enquanto a pergunta: “qual é o sujeito?” aponta para outra direção, pois “qual” é um pronome relativo variável, e pode ser respondido com o sujeito do inconsciente que, conforme apresentamos acima, é indefinido.

Quinet, no texto de *Apresentação* do mesmo livro, afirma que Pacheco (2012) aponta algo que pode ser entendido como um alerta para os psicanalistas que atendem crianças, pois defende que: “ao tratar o sujeito como criança, o analista nada mais faz do que atuar sua fantasia de infância. E daí se cria a fantasia de uma psicanálise com crianças” (QUINET, 2012a, p. 16). Um fragmento recolhido de minha clínica é ilustrativo do que estamos articulando teoricamente. Uma analisante de 5 anos diz: “Olha só! Eu sou criança, mas não é isso, tem muita coisa em mim!”. Esta analisante, a partir de suas construções em análise, pôde articular um saber que não se fechava no significante criança.

O que é, portanto, uma criança para a psicanálise? Para Pacheco, nas décadas de 1950 e 1960, encontramos em Lacan, especialmente nos seminários 4 e 5, na formalização sobre a constituição subjetiva, a noção de criança “como o falo da mãe” (PACHECO, 2012, p. 36). Já no fim da década de 1960, Lacan utiliza “o termo criança, generalizando-o a todo sujeito que ocupa, na fantasia, o lugar de objeto para o Outro” (LACAN, 1967-1968/2003 apud PACHECO, 2012, p. 39). Nesse sentido, em 1969, Lacan afirma que “a criança realiza a presença do [...] objeto *a* na fantasia”. (LACAN, 1969/2003 apud PACHECO, 2012, p. 36). Segundo a autora, ao considerarmos a formulação de que a criança realiza a presença do objeto *a* na fantasia, podemos propor que o sujeito neurótico em análise se posicionará num lugar infantil em sua fantasia fundamental. É nesse sentido que Lacan afirma que o termo criança pode ser generalizado ao sujeito que, na fantasia, ocupa o lugar de objeto para o Outro.

Em cada momento do ensino de Lacan poderemos recolher uma concepção de criança que dependerá da articulação teórica daquele tempo. As formulações acima citadas requerem um estudo minucioso que não poderemos desenvolver neste momento. Todavia, é possível indicar que o essencial, o que se apresenta como invariável em todas estas articulações, é que Lacan sempre ressalta que o analista, ao conduzir uma análise, se ocupará não da criança e sim do sujeito do inconsciente.

Adriana Groisman, Cristiane Sammarone e Fernanda Ghiringhello Sato (2017) afirmam que o conceito de criança não existe para a psicanálise, no sentido de que ele não é o que norteia o psicanalista que recebe uma criança para análise, que, inclusive só poderá conduzir o tratamento analítico se for capaz de se afastar do que esse conceito comporta. Para elas, de um modo geral, o termo criança tem uma dimensão alienante que comporta uma lógica de cronologia e desenvolvimento. Para evitar tal engodo, ao analista não é indicado desconsiderar que recebe em seu consultório um analisante que habita a fase da infância e que é nomeado como criança, mas buscar escutar na criança o sujeito do inconsciente, pois “em uma análise trata-se de fazer a criança cair e falar o sujeito e o seu infantil” (GROISMAN; SAMMARONE;

SATO, 2017, p. 135). Argumentam que o analista, ao considerar que a pessoa que lhe demanda análise tem uma idade, não deve se alienar na lógica de que esta informação “parece implicar e que nos leva a pensar em fases do desenvolvimento, linha do tempo, antecedente-consequente, para poder escutar o sujeito do inconsciente, este sim, sem idade” (GROISMAN; SAMMARONE; SATO, 2017, p. 131).

As autoras retomam Michel Silvestre (1991) que, ao se perguntar sobre a psicanálise com crianças, objetiva sistematizar os fundamentos que definem as particularidades dessa clínica. Nessa direção, o autor pesquisou os trabalhos de psicanalistas que se dedicam a esta clínica e concluiu que as publicações nesse campo não definem suas especificidades. Diante deste dado, em sua pesquisa, o autor passa a investigar a neurose infantil e destaca que, embora seja possível realizar uma distinção entre a neurose infantil e a do adulto, a psicanálise é a mesma para ambos. Nesse mesmo sentido, Groisman, Sammarone e Sato pontuam que, em psicanálise, não se trata de uma prática da infância, nem do adulto, mas de uma prática do infantil, o que implica que em um percurso de análise cada sujeito se posiciona diante desse infantil.

Com o decurso até aqui exposto, podemos indicar que na clínica com crianças o cerne do tratamento residirá sempre na escuta do sujeito do inconsciente. Pode parecer uma formulação óbvia, já que em psicanálise é do inconsciente que se trata. Contudo, a despeito disso, tal questão gerou grandes controvérsias ao longo do movimento psicanalítico com os primeiros analistas que se dedicaram a esta clínica, e seus ecos ainda reverberam atualmente, de tal modo que não parece obsoleto reafirmar tal formulação. A respeito desse contexto, Maria Anita Carneiro Ribeiro afirma que

Lacan atribui aos psicanalistas de criança a inflação imaginária que povoou a psicanálise pós-freudiana. A suposição da existência de uma linguagem pré-verbal e, sobretudo, a redução do sujeito ao eu, instância corporal que, esta, sim, se desenvolve, levou a psicanálise a descaminhos que até hoje se reverberam” (RIBEIRO, 2017, p. 10).

Tal cenário pode ser ilustrado pelo trabalho de Ana Freud, filha de Freud, pioneira no trabalho com crianças, que diferenciava a análise com adultos da análise com crianças, pois entendia que as crianças não poderiam estabelecer uma relação analítica de fato devido a sua imaturidade biológica e dependência em relação aos pais. Então, propunha associar uma prática pedagógica ao tratamento psicanalítico por conta das especificidades do desenvolvimento infantil. O que a levou à formulação de uma teoria distinta da teoria freudiana (COSTA, 2010).

Se considerarmos que a psicanálise com crianças trata sempre do sujeito do inconsciente, não é necessário discutir uma teoria psicanalítica diferente. No entanto, é possível admitir que há variações quanto à técnica utilizada, o que também acontece a cada psicanálise. Conforme estabelecido por Freud nas recomendações sobre a técnica psicanalítica, recolhidas durante toda a sua obra – mas que estão especialmente condensadas no período de 1910 até 1914, no qual encontramos uma série de artigos que versam sobre a prática clínica –, podemos extrair que, para cada analisante, sempre existirá uma especificidade. Isso porque, a cada tratamento, uma nova psicanálise é inaugurada, no sentido de que o analista, ao considerar a singularidade de cada caso, utilizará a técnica visando a continuidade da análise que deve servir a um paciente e, por isso, não servirá a outro da mesma maneira. Nesse sentido, Gilson Iannini e Pedro Heliodoro Tavares (2020, p. 6) salientam que

Freud evitou a todo custo hipostasiar regras e procedimentos numa espécie de manual de protocolos ou de prescrições codificados para o analista, o que certamente poria a perder o essencial da prática analítica que é a abertura à escuta da singularidade.

Portanto, é possível articular que a especificidade na psicanálise com crianças pode estar relacionada à técnica utilizada que deverá ser adequada à escuta da singularidade de cada analisante. O material de análise de um sujeito-criança será sempre singular, específico e só versará sobre o seu próprio processo analítico. Logo, não poderá ser aplicado em outra análise, com outro analisante, ainda que ambos tenham a mesma idade. Mesmo o brincar que, embora seja amplamente utilizado na clínica com crianças não é uma condição para que o tratamento aconteça, não pode ser pensado como uma característica universal da psicanálise com crianças, pois nem todos os analisantes farão uso dele durante seu tratamento. Aqui podemos retomar Quinet (1991) que destaca, conforme discutimos no item 1.2, a subversão proposta por Lacan que, preservando a regra da associação livre, formalizou o conceito de ato analítico no lugar do contrato analítico, situando a psicanálise na esfera ética e não no campo das regras.

Pablo Peusner (2021) afirma que a análise com uma criança pode avançar “[...] à medida que o analista não atrapalhe a comunicação inconsciente” (PEUSNER, 2021, p. 28). Se o jogo e o brincar são considerados análogos à associação livre e estruturados como uma linguagem, é necessário seguir as recomendações de Freud que, ao formalizar a regra da associação livre, recomendou ao analista que não se utilizasse de recursos auxiliares durante a sessão, como anotar o conteúdo da fala do analisante, por exemplo. O analista deve abster-se de seu próprio eu e oferecer a atenção flutuante, correlata à associação livre, ao que é dito pelo analisante seja ele adulto ou criança. Para o autor, esse foi o modo de Freud de dizer ao analista para não seguir

suas próprias inclinações. Argumenta que o analista quebra a regra fundamental se, durante uma sessão com uma criança, produz articulações entre a situação do analisante e o conteúdo da brincadeira, por exemplo, a boneca é a mãe, o boneco é o pai e daí por diante. Peusner retoma Freud para lembrar que, em geral, o que é escutado só pode ser significado *a posteriori* pelo analisante e não pelo analista. O autor considera que muitas crianças utilizam a associação livre com facilidade; rapidamente se põem a falar, contam histórias, brincam e, na maioria das vezes, não fazem referência direta ao sintoma que as levou para a análise. E destaca ainda que a experiência mostra que se o analista aborda o sintoma da criança diretamente, pode gerar no analisante um fechamento e uma recusa à entrada no dispositivo analítico. Para dialogar com o autor, apresentaremos um fragmento clínico:

Em uma sessão on-line durante a pandemia, após ouvir um som – no primeiro instante, parecia ser o som do latido do cachorro da analista –, um analisante de oito anos pergunta: “Você ouviu? Foi aí? Aqui não foi, será que é um bicho? Será que é coisa da minha cabeça?” A analista pergunta: “o que você ouviu?” Em seguida, o analisante pôde falar sobre o que ouvia e o angustiava. Rapidamente, foi possível perceber que não se tratava do som oriundo da casa da analista. As perguntas que o analisante elaborou foram fundamentais para que ele pudesse deslizar na cadeia significante e abordar o que o trouxera para a análise e o atormentava, a saber: o analisante não sabia o que fazer com o que ele dizia a si mesmo sobre a raiva que sentia da mãe e das irmãs. Nesse sentido, o som de sua própria voz lhe pareceria externo e ele não se permitia falar da raiva como oriunda dele, pois entendia que seria uma criança má caso assumisse esse afeto. Essa vinheta clínica corrobora o que Peusner pontua sobre não atrapalhar a comunicação inconsciente, pois seria provável que, se a analista respondesse que o som advinha do latido do cachorro, a oportunidade do analisante escutar o seu próprio som se perderia naquele instante.

Peusner, considera a premissa freudiana de que o sintoma não é a doença e não convém ao analista atacá-lo. Nesse sentido, entende que o trabalho com os pais e parentes da criança é fundamental, pois sem um dispositivo de presença deles durante o tratamento de uma criança, torna-se muito difícil, o autor diz “praticamente impossível”, conduzir a análise sem buscar a remissão do sintoma ou sustentar a continuidade do tratamento após a queda do sintoma da criança. Destaca ainda que o que os pais, educadores, médicos, entre outros, nomeiam como sintoma da criança não é tomado como sintoma pelo próprio analisante.

Nesse aspecto, podemos indicar que o trabalho com os pais, parentes e outros que compõem a vida do analisante criança é uma das particularidades dessa clínica. O que não significa que com adultos esse trabalho não possa acontecer, ou que, obrigatoriamente, toda

análise com uma criança demande o trabalho com os pais. Contudo, ainda que a participação dos pais seja pequena durante o tratamento, ela é uma condição, mesmo que seja apenas no primeiro contato com o analista, já que uma criança não chega ao consultório do analista sem a mediação de algum adulto. Por outro lado, alguns analisantes conseguem sustentar suas análises à revelia do consentimento dos pais. Mas, se esses últimos se recusam a manter o filho(a) em análise, a continuidade da análise torna-se difícil, mas não impossível, tal como no caso a seguir: o pai informou à analista que não pagaria mais pela análise do filho. Mas, durante a sessão, o próprio analisante disse que poderia pagar as sessões com desenhos que produziria. O pai, ainda que permanecesse na recusa de pagar financeiramente o tratamento do filho, continuou a levar o menino para as sessões. Nessa direção, podemos indicar um eventual ganho na análise on-line, pois a questão do deslocamento até o consultório se dissolve e algumas crianças podem ter mais autonomia para comparecer às sessões.

Outra construção sobre as especificidades na psicanálise com crianças é apresentada por Rosane Melo (2013), que indica que o campo aberto por Freud incita os psicanalistas à produção de um conhecimento que vai na contramão de uma “psicologização” ou de uma “patologização” da criança. A autora critica o discurso universitário atual, fruto da Revolução Francesa e da ciência moderna, que forja uma concepção de infância a partir de lógicas cronológicas, desenvolvimentistas, que catalogam as fases da vida, normatizando-as em etapas a serem alcançadas, fazendo com que, desta forma, o que estiver fora do estabelecido por esse discurso como desenvolvimento normal será enquadrado como patológico. Melo afirma que o psicanalista vai em uma direção oposta, que ultrapassa qualquer possibilidade de catalogação.

Melo (2013, p. 107) destaca que, em uma perspectiva histórica, podemos perceber um movimento que parte da “mitificação à roteirização da infância”, pois a criança, descrita de uma maneira ficcional, foi se tornando, ao longo dos tempos, assexuada, universalizada, idealizada e abstrata. Para ela, atualmente, encontramos a criança como um objeto a ser acolhido e tutelado por meio das políticas públicas, que em uma perspectiva da prevenção pode conduzir ao pior, no sentido de uma homogeneização das crianças anulando as diferenças. A infância passa a ser também alvo da cultura do consumo nos mais diversos aspectos, a exemplo de uma série de produtos desenvolvidos especificamente para elas, inclusive remédios, o que gera o preocupante movimento de medicalização da infância.

Melo faz referência, ainda, a Quinet, que apresenta a criança no cenário atual como “objeto de desejo e vítima do gozo do Outro” (QUINET, 2008, p. 75 apud MELO, 2013, p. 107). Conforme trabalhado no item anterior, na clínica, o tratamento não é da criança, e sim do sujeito do inconsciente, o que nos permite dizer que, ao receber uma criança em análise, o

analista vai escutá-la como sujeito e não como objeto. Esta perspectiva se afina com o que Melo afirma ao dizer que a psicanálise vai na direção oposta do discurso universitário atual, pois toma a criança como sujeito e não como objeto.

Ao abordar as especificidades na clínica psicanalítica com crianças, Melo destaca, a reflexão de Freud (1933/2010), em que ele enfatiza, dentre outros aspectos, a necessidade de adaptar o tratamento utilizado com os adultos. Segundo a autora, nesse texto freudiano, encontramos importantes recomendações sobre a psicanálise com crianças, além de ser significativo que Freud defina a psicanálise como um edifício inacabado justamente nesse trabalho.

Em relação ao texto freudiano referenciado pela autora, publicado como a 34^a *Conferência: esclarecimentos, aplicações, orientações*, destacamos que nele Freud também pontua que “muitos dos pacientes conservaram tantos traços infantis que o analista [...] não pode deixar de servir-se de determinadas técnicas da análise de crianças com eles” (FREUD, 1933/2010, p. 310). Tal destaque parece interessante, pois fica manifesto que a técnica utilizada no tratamento psicanalítico não tem uma relação direta com a idade cronológica do paciente e sim com a maneira pela qual ele pode se posicionar diante de suas questões e como situa o analista na transferência. Concordamos com Peusner (2021) que destaca que, das recomendações técnicas de Freud, podemos depurar que o que ele lega aos psicanalistas está mais relacionado à ética da psicanálise que norteia o ato analítico do que à técnica psicanalítica propriamente dita. Isso por que Freud escreve que a técnica utilizada por ele era a adequada ao seu estilo e ao que era adequado à análise de cada um de seus analisantes, de tal modo que a recomendação de Freud pode ser entendida como a não existência de uma técnica pré-estabelecida.

Melo argumenta que na obra de Freud e no ensino de Lacan encontramos referências específicas para a clínica com crianças. Tais referências são nomeadas por ela, parafraseando Lacan (1955-1956/1998), como “questões preliminares a todo tratamento com crianças” (MELO, 2013, p. 109). Dentre as questões apresentadas pela autora, destacamos a seguinte: “as mudanças no dispositivo que possibilitam os atendimentos, sobretudo o que diz respeito à transferência e à interpretação” (MELO, 2013, p. 109). Este ponto nos parece basilar para pensar o uso dos dispositivos digitais no tratamento psicanalítico, pois indica que a contingência deve ser considerada pelo analista que é responsável por dirigir o tratamento de seu analisante, no sentido de que ele não seja interrompido e possa chegar a um fim.

No escopo de nossa dissertação, entendemos que durante a pandemia, as sessões on-line tiveram a função de viabilizar os tratamentos psicanalíticos e proporcionar a continuidade deles,

bem como o início de novas análises. Conforme discutimos, encontramos no período pré-pandêmico autores contrários a essa modalidade de atendimento com crianças. Porém, com a pandemia, a maioria dos psicanalistas não recuou diante das sessões on-line. Apesar disso, constatamos em alguns trabalhos um questionamento sobre a viabilidade dessa modalidade de atendimento para as crianças, inclusive no nosso. Perguntamo-nos então em que o percurso que construímos até aqui pôde nos ajudar a abordar as especificidades da psicanálise on-line com crianças. E questionamos se, em alguma medida, e em especial no início da pandemia, o conceito de criança sobrepôs o de sujeito do inconsciente, no sentido de parecer mais difícil um trabalho on-line com as crianças do que com os adultos. Para avançar nesta questão, apresentaremos no próximo capítulo observações clínicas de algumas análises com crianças atendidas no dispositivo on-line.

3 PSICANÁLISE ON-LINE COM CRIANÇAS

Por fora é um galalau.
Por dentro não arredou de criança.
Manuel de Barros

Freud (1914a/2010), no texto *Lembrar, repetir e elaborar*, recomenda ao praticante da psicanálise a constante recordação sobre as mudanças que transformaram a técnica da psicanálise desde seus primórdios. Em retomada da teoria freudiana, Lacan (1964/2008) estabelece que a psicanálise é uma *práxis*, portanto, seu avanço teórico se dá, sobretudo, a partir dos impasses que a experiência clínica impõe ao psicanalista. Gilson Iannini (2021, p. 7), embasado nos autores citados acima, afirma que “a clínica é o alfa e o ômega da psicanálise. Tudo começa na clínica e a ela retorna”. Em vista disso, por meio dos fragmentos da análise de Maria, João Lobo e Alice, todos atendidos on-line, teceremos algumas articulações sobre o que surgiu destas experiências relacionando-as aos conceitos de transferência e ato analítico, enfatizando a presença do analista, o desejo do analista e o sujeito suposto saber a fim avançarmos nas discussões acerca da psicanálise on-line com crianças.

3.1 A presença do analista na análise on-line

Conforme mencionamos anteriormente, fundamentamos as discussões sobre a transferência na análise on-line na máxima freudiana de que não se faz análise *in absentia* ou *in effigie*. Freud (1912b/2020) considera a transferência o motor de uma análise, ou seja, o que engendra o seu funcionamento, ressaltando que o manejo dos fenômenos transferenciais é uma das tarefas mais laboriosas para o analista. Porém, é somente por meio da transferência que a análise avança e as moções inconscientes podem ser trabalhadas. Para ele, tais moções “nos prestam o inestimável serviço de tornar manifestas e atuais as moções amorosas ocultas e esquecidas dos pacientes, pois, afinal, ninguém pode ser abatido *in absentia* ou *in effigie*” (FREUD, 1912b/2020, p. 83). Para Freud, uma análise não pode ocorrer a partir dessas duas representações, ou seja, não pode acontecer com o analista ausente, tão pouco por meio de uma imagem, pois o analista precisa estar presente para que um dia possa ser destituído de seu lugar no fim de uma análise. Nesta perspectiva, perguntamo-nos se e em que o caso da análise on-

line diverge disso. E levantamos a hipótese de que, por se tratar de um encontro ao vivo, sincrônico entre analista e analisante, no qual ambos estão presentes, a relação transferencial pode se estabelecer e isso já implica a presença do analista. Neste item discutiremos o conceito de presença do analista na experiência analítica on-line a fim de avançarmos na formulação desta hipótese.

Gessé Oliveira e Breno Pena (2020) também investigam se a presença do analista pode se dar em uma análise on-line. Questionam como a transferência pode se estabelecer nessa modalidade de atendimento e perguntam se na sessão on-line a análise aconteceria sem a presença do corpo. Desenvolvem essas questões especialmente pela via do corpo do analista, e argumentam que, para Lacan (1958/1998), o analista, quando conduz um processo de análise, tem o seu corpo implicado – isso porque se oferece como suporte para que a transferência se estabeleça e a análise aconteça. Nessa direção, para ocupar esse lugar, o analista “paga” com sua pessoa, ou “empresta” sua pessoa, na medida em que recusa sua subjetividade e se oferece como objeto. Os autores articulam essa formulação lacaniana ao conceito de transferência estabelecido por Freud (1912b/2020), especificamente no que tange a via pela qual o paciente transfere seus primeiros clichês amorosos para a pessoa do analista.

De acordo com os autores, com o avanço no ensino de Lacan (1962-1963/2005), é possível formular que o analista “paga” se oferecendo como semblante de objeto *a* na relação transferencial. Salientam que, como na época de Lacan não havia a possibilidade de uma análise on-line, acreditam que tais formulações lacanianas embasavam-se no corpo físico do analista e destacam que “quando Lacan ressalta essa função de suporte, ele se refere à presença física do corpo do analista”. A despeito disso, questionam: “deveríamos descartar a possibilidade de o analista ser um suporte de objeto *a* pela virtualidade?” (OLIVEIRA; PENA, 2020, p. 127).

Embora em alguns momentos da argumentação os autores associem a função analítica de suporte à presença física do corpo do analista, eles pontuam que há uma vasta teorização sobre o estudo do corpo em psicanálise. O conceito de corpo é concebido nas dimensões Imaginária, Simbólica e Real, o que impossibilita um entendimento reducionista atrelado apenas ao aspecto orgânico do corpo. A partir de uma breve exposição sobre o corpo nestas três dimensões, salientam que a presença do analista não deve ser atrelada apenas à presença física e não pode ser restringida a aspectos orgânicos do corpo.

Entendemos que o analista se faz presente na análise com suas palavras e como semblante de objeto *a*, independentemente do modelo de atendimento. O imaginário está presente com a imagem, o duplo; o simbólico está presente com as palavras; e o real com o objeto *a* (presencialmente ou virtualmente, a pulsão só busca o objeto *a* e para isso não há necessidade de presença física) (OLIVEIRA; PENA, 2020, p. 132).

Os autores ressaltam que há falta de referência à análise online nos textos freudianos e lacanianos logicamente pela ausência dessa tecnologia à época, mas inferem que tanto Freud quanto Lacan emitiriam pareceres quanto às análises no cyberspaço, caso tivessem acesso a essa tecnologia, já que estavam sempre atentos às questões concernentes ao seu tempo.

Por outra via, Lia Silveira (2020), também no início da pandemia, teceu algumas considerações sobre a psicanálise on-line e destacou que a maioria das questões acerca da análise on-line só poderiam ser respondidas em um segundo tempo, ou seja, em um tempo em que fosse possível recolher os efeitos das sessões realizadas nesta modalidade de atendimento. Para ela, de saída, foi possível responder apenas uma das perguntas que se impunham naquela ocasião, a saber: “em que podemos autorizar-nos a seguir sustentando a psicanálise em tempos de confinamento e morte?” (SILVEIRA, 2020, p. 106). Segundo a autora, a autorização deste ato advém do saber que cada analista extrai de sua análise pessoal. A partir desta resposta, argumenta que coube a cada psicanalista reinventar a psicanálise sustentando a especificidade do discurso analítico.

Embasada no ensino lacaniano, Silveira pontua que no discurso analítico, a partir da relação transferencial, o psicanalista opera como agente do discurso na medida em que faz semblante do objeto que representa a causa de desejo e a experiência de gozo de cada analisante. Essa operação permite ao analisante decantar os significantes que o alienavam ao Outro e pode culminar em um processo de separação do Outro na medida em que o próprio analisante passa a se encarregar desse objeto, de modo que não necessita mais que o analista ocupe essa função. Nesse sentido, a autora argumenta que uma análise não é uma experiência de pensamento, pois, por operar com o objeto *a*, toca na questão pulsional. Silveira ressalta que Freud situa o conceito de pulsão na fronteira entre o somático e o anímico e que Lacan define a pulsão como “o eco no corpo do fato de que há um dizer” (LACAN, 1975-1976 apud SILVEIRA, 2020, p. 107). Dessas premissas, conclui que no circuito pulsional há algo da representação que também captura algo do corpo.

Segundo Silveira, o cenário pandêmico escancarou o que muitas vezes é escamoteado pelos sujeitos, pois há uma diferença entre compreender logicamente que a morte é inerente à vida e receber diariamente notícias de que milhares de pessoas morreram em decorrência da covid-19, ou ainda que amigos e familiares faleceram neste contexto. Para a autora, nessa conjuntura, a análise mostrou mais uma vez sua importância, não por prometer um bem ou felicidade a um sujeito em tempos de tanto horror, ou mesmo no sentido de protegê-lo do sofrimento, mas por proporcionar a ele a possibilidade de incluir esse ponto de impossível ao

elaborar suas questões em um processo analítico. A autora entende que uma análise pode proporcionar a um sujeito um encontro com um “querer viver” que contabilize o impossível, um encontro com um modo de viver por causa do impossível e não apesar dele. Deste modo, a análise pode oferecer ao analisante a construção de novas vias para lidar com o sofrimento.

A autora retoma a teorização freudiana sobre a transferência na qual Freud pontua que, ao atualizar suas paixões no analista, o analisante busca “dar corpo” aos seus clichês amorosos desconsiderando a situação real, ou seja, sem perceber que não é ao analista que suas paixões se dirigem. Ela retoma também Lacan, no ponto em que ele afirma que o que Freud conceituou como “dar corpo” traz à tona a realidade sexual do inconsciente: não existe relação sexual, ou seja, “não há complementaridade entre os corpos. O que há é a repetição do um do gozo sozinho, que não faz laço com o outro” (SILVEIRA, 2020, p. 109).

A partir dessa articulação, Silveira apresenta o conceito da presença do analista, que, para a autora, opera “emprestando seu corpo para que o analisante venha alojar ali o objeto causa de seu gozo pelo tempo necessário até que possa vir a se apropriar dele” (SILVEIRA, 2020, p. 110). Esta formulação nos parece interessante, pois salienta que é a presença do analista – enquanto a própria manifestação da realidade sexual inconsciente de que não há complementariedade ou de que não há relação sexual – que oferece um corpo para que o analisante deposite nela suas questões, logo não se trata de um corpo físico.

Entretanto, a autora acrescenta outro aspecto a esta discussão, pois entende que o analisante precisa percorrer o que, segundo ela, Freud articulou como a “via dolorosa da transferência” para que possa experienciar um “re-posicionamento” de seu gozo. Em seguida, a autora faz uma analogia dessa experiência com a via dolorosa de Jesus, da tradição cristã, na qual o Cristo é levado a crucificação e, no auge de seu martírio, se remete a Deus e pergunta por que ele o havia abandonado naquele momento de tamanho sofrimento.

A via dolorosa da transferência, apesar de também conduzir a esse ponto em que o pai não responde, não leva ao sacrifício do próprio corpo do Outro. Pelo contrário, através do manejo do analista, conduz à constatação de que não há Outro do Outro. Restando ao sujeito apenas a decisão ética de se responsabilizar pelo seu desejo e subjetivar seu gozo (SILVEIRA, 2020, p. 110).

A autora assinala que Lacan chama esse processo, que se dá na experiência analítica e que envolve a decisão ética do sujeito em responsabilizar-se por seu gozo e por seu desejo, de “atualização”. Em seguida, articula um debate sobre a análise on-line a partir dos conceitos de virtual e atual do filósofo Pierre Lévy (1996/2011). Silveira argumenta que estes dois conceitos são opostos, na medida em que o virtual não se refere a uma ficção, encenação ou mesmo um

“faz-de-conta”, mas sim a um complexo modo de existência anterior a uma atualização e, justamente por isso, é o contrário de atual, que na interpretação da autora envolve um ato que possui uma existência remetida ao aqui e agora, de tal modo que engloba as dimensões do corpo, do tempo e do espaço. Dessa articulação do conceito psicanalítico com os conceitos filosóficos, a autora compreende que o atendimento on-line, por ser virtual, também não é um faz-de-conta, e produz efeitos inegáveis. Entretanto, pondera que é necessário verificar se há a possibilidade da atualização, tal como conceituada por Lacan, na experiência analítica on-line. Nesse sentido, ela pergunta se será possível sustentar “a via dolorosa da transferência” na análise on-line e pontua que as respostas para esta questão só poderão ser articuladas após um tempo de recolhimento dos efeitos destas análises.

3.1.1 Virtual

Por interessar a nossa pesquisa, faremos uma breve incursão na obra de Pierre Lévy, que desenvolve uma extensa pesquisa sobre o tema do virtual. O filósofo desconstrói a ideia oriunda do senso comum de que o virtual, por ter características imateriais, é inexistente e que por isso é o contrário do real, e afirma justamente o oposto na medida em que tanto o virtual quanto o real são existentes e produzem efeitos. Nesse sentido, o conceito de realidade psíquica desenvolvido por Freud se afina à ideia de virtual do filósofo, pois sabemos com a teoria freudiana que o essencial não é que uma pessoa tenha ou não passado por determinada experiência, mas sim a forma que ela fala da sua vivência, pois a fala evidencia sua realidade psíquica que, conforme a teoria psicanalítica formalizou, produz efeitos no modo que cada pessoa se posiciona na vida. A realidade psíquica pode ser percebida como uma realidade virtual que diz respeito a cada sujeito, o que é muito interessante na medida em que aponta para a singularidade de cada um. Por exemplo, duas pessoas que vivenciaram uma mesma experiência, como uma viagem de ônibus, falarão de tal vivência de forma singular, distinta. Não se trata então de uma virtualidade?

Para Lévy (1999), o virtual pode ser definido, embora existam outros sentidos, em pelo menos três acepções amplamente difundidas: a técnica, a do senso comum e a filosófica. A primeira é relacionada ao campo da informática, a segunda ao uso corrente desse conceito no dia a dia, e a terceira ao campo da Filosofia. Para ele, o fascínio pela realidade virtual pode ser um efeito da confusão entre esses três sentidos. No sentido filosófico, é virtual o que existe em

potência e não em ato. Para ilustrar isso, Lévy recorre ao clássico exemplo de que a árvore existe virtualmente na semente. Nessa acepção, o virtual é parte da realidade e não oposto a ela. Já o atual, este sim se opõe ao virtual, como indicou Silveira (2020). Lévy explica que atual e virtual são modos distintos de realidade, pois é bastante real que a árvore exista virtualmente na semente mesmo que a árvore ainda não seja atual, ou seja, que a árvore já exista virtualmente na natureza, pois será o resultado da plantação do grão que se desenvolverá. Nesse sentido, há uma oposição entre virtual e atual, o que não significa que ambos não possam coexistir, uma vez que o virtual não precisa de um território concreto para existir tal como o atual necessita.

Para o filósofo, “é virtual toda entidade ‘desterritorializada’ capaz de gerar diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem, contudo, estar ela mesma presa a um lugar ou tempo em particular” (LÉVY, 1999, p. 47). Ele exemplifica essa formulação com o termo palavra, que é precioso aos psicanalistas, e argumenta que o conceito de palavra é virtual e desterritorializado, mas ninguém pode negar sua realidade e seus efeitos. Nesse exemplo, a atualização pode ser entendida como a enunciação da palavra que não deixa de comportar uma virtualidade, por exemplo, uma pessoa ao enunciar a palavra manga pode se referir à manga fruta, à manga de uma camisa ou à conjugação do verbo mangar. Em termos lacanianos, poderíamos dizer que um significante não significa a si mesmo. Lévy pontua que a virtualidade da palavra, por sua vez, comporta uma infinidade de atualizações que serão sempre distintas umas das outras e destaca ainda que o atual não é totalmente predeterminado pelo virtual, pois há espaço para o inédito. Esta formulação do filósofo nos parece interessante, uma vez que pode ser articulada ao conceito freudiano de realidade psíquica, tal como mencionamos acima, e também ao conceito laciano de presença do analista, conforme desenvolveremos a seguir.

3.1.2 Presença

De acordo com Ana Costa e Doris Rinaldi (2007), no ensino de Lacan o termo presença é relacionado a uma operação que implica o registro e a inscrição de uma falta que não pode acontecer em ausência, ou seja, sempre acontece “em presença”. As autoras investigam o conceito de presença do analista no que ele implica um encontro com um real. Retomam o conceito de abstinência do analista, tal como teorizado por Freud, e arrazoam que essa recomendação, muito mais do que um preceito técnico, indica um impossível, na medida em

que o encontro com um analista comporta algo da ordem do impossível. Costa e Rinaldi partem da premissa de que a transferência atualiza a realidade inconsciente, logo ela sempre terá também uma face de resistência na medida em que se estabelece por meio do movimento pulsante de abertura e fechamento do inconsciente. As autoras destacam que Freud ensinou que a resistência poderia se apresentar na interrupção da fala de um paciente e provavelmente era um pensamento sobre a pessoa do analista que lhe passava pela cabeça, e pontuam também que a noção de presença do analista foi introduzida justamente na ocasião em que Lacan (1953-1954/2009) discorria sobre a transferência e a resistência, no início de década de 1950, já nos primórdios de seu ensino, em *O Seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud*.

De acordo com as autoras, naquele momento Lacan enfatiza que a presença do analista está relacionada a algo que se apresenta para além da simples referência à presença física do analista, a transferência dos clichês amorosos para a pessoa do analista ou do imaginário que cerca a pessoa do analista, pois há algo na presença do analista que “é da ordem do real” (COSTA; RINALDI, 2007, p. 289). Dez anos mais tarde, Lacan (1964/2008) afirma que o conceito de presença do analista indica uma manifestação do inconsciente e, nesse sentido,

Lacan chama a atenção nesse momento para o real, enquanto presença de uma ausência, aquilo que, fora da representação, causa o movimento do sujeito, provocando uma inflexão no discurso. A resistência, nesse sentido, longe de ser coerente com a ideia de que o inconsciente se resume ao recalcado, apresenta-se de forma mais radical, como proveniente do real (COSTA; RINALDI, 2007, p. 289).

Sabemos que Lacan não teoriza sem Freud, e, nesse sentido, podemos aproximar o conceito de presença do analista à máxima freudiana de que não se faz análise *in absentia* ou *in effigie*, ou seja, com analista ausente. Para as autoras, cabe ao analista sustentar essa presença estranha que se manifesta em uma ausência que encarna o impossível, que, segundo Lacan é testemunha irreduzível de uma perda. É o desejo do analista²⁶ que permite sustentar essa presença de tal modo que o analisante possa, por meio do simbólico, tratar o real, ou como as autoras ressaltam, para que o analisante possa “reinventar o real” (COSTA; RINALDI, 2007, p. 290), pois a experiência analítica pode, a partir do encontro com o real, proporcionar a abertura de uma nova via discursiva nessa articulação entre o simbólico e o real.

Após essa exposição, podemos constatar que a presença do analista comporta uma virtualidade tal como concebida por Pierre Lévy, na medida em que ela é intermitente, se presentifica, cessa e recomeça, não é contínua, o que nos permite dizer que não acontece durante

²⁶ Trabalharemos o conceito de desejo do analista no item 3.5 deste capítulo.

todo o tempo em que o analista e o analisante estão juntos na sessão, ou seja, em um mesmo território. Trata-se de um encontro com o real, de um encontro com essa presença estranha, que indica a não complementariedade entre os corpos. Ao mesmo tempo, esse encontro só pode acontecer em presença, presença que não se esgota no encontro entre analista e analisante. A presença do analista pode se dar para o analisante fora do horário da sessão, mas somente porque o analista está presente. Em vista disso, podemos dizer que o conceito de presença do analista excede qualquer dimensão do tempo, do corpo e do espaço?

Por outra perspectiva, o trabalho de Carolina Prado, Fabio dos Anjos e Ivan Ramos Estevão (2021) investiga o conceito de presença do analista relacionando-o à função do corpo do psicanalista e do lugar que ele ocupa na experiência analítica. Os autores partem da formulação de Freud (1912b/2020) na qual ele equipara a postura do analista à de uma superfície espelhada que apenas reflete o que se coloca a sua frente. Desse modo, o psicanalista retorna ao analisante apenas o que ele mostra. Prado, Anjos e Estevão definem essa posição como “neutralidade” do analista, que, segundo eles, comporta uma anulação da subjetividade do analista que não está ligada a questões práticas como comportamento, aparência, espaço do consultório, entre outras características desse tipo. Isso porque essa postura do analista é necessária para que ele possa escutar o inconsciente de seu analisante, logo não pode ser entendida como neutralidade do corpo do analista, desconstruindo assim o que foi popularmente difundido a partir do estereótipo de um analista que não deve sorrir, por exemplo. Desse modo, a neutralidade está relacionada à ética da psicanálise.

Os autores argumentam que, ao situar a função do analista no lugar de objeto *a*, de resto, o que implica em um apagamento de sua subjetividade, Lacan mantém a recomendação freudiana de neutralidade. E, por outra via, ele ensina também que o ato analítico não é neutro, pois a neutralidade absoluta implica em uma impossibilidade que pode cair no engano de uma assepsia total da pessoa do analista em prol de uma postura ideal, que pode englobar, por exemplo, a ilusão de um tom de fala ideal, o que arruína toda a relação transferencial e a possibilidade de análise. Isso porque ocupar a posição de objeto para um analisante implica algo singular e, obviamente, algo que pode ter efeito de ato para um analisante hipoteticamente representado por uma fala mais ou menos alta do analista, por exemplo. Ou seja, isso jamais poderá ter efeito de ato da mesma forma e no mesmo tom para outro analisante.

Embasados em Lacan (1958b/1998), no texto *A direção do tratamento e os princípios de seu poder*, os autores apresentam a hipótese de que o corpo do analista pode ser entendido como uma ferramenta estratégica, política e tática capaz de operacionalizar o discurso do analista. Ressaltam que Lacan critica o movimento pós-freudiano de padronização do *setting*

analítico e resgata a dimensão ética que norteia a função do analista. Segundo eles, a estratégia e a tática são orientadas pela política da psicanálise que consiste na escuta do inconsciente. A estratégia envolve a relação transferencial e a tática está relacionada à interpretação do analista. Argumentam que o analista é o suporte para estas dimensões do tratamento na experiência analítica, e destacam que Lacan denunciou as relações de poder que podem se estabelecer na relação transferencial, trabalhou a posição ética do analista que não deve se utilizar desse poder e formalizou em quais aspectos o analista dispõe de mais ou menos liberdade para conduzir as análises, escrevendo de forma explícita que o analista conduz o tratamento e não o analisante.

Em sua investigação sobre a presença do analista, Prado, Anjos e Estevão propõem que ela pode se manifestar em quatro contextos de atuação do psicanalista: no consultório (entendido como *setting* tradicional); nas instituições públicas de assistência e saúde mental; no acompanhamento terapêutico e nos atendimentos on-line. Apresentaremos o último contexto, destacando que nos parece enigmática a separação do consultório e dos atendimentos on-line, pois, em tese, em ambos, o analista realiza a mesma função que é conduzir as análises de seus analisantes, de tal modo que a distinção entre as sessões de análise realizadas no consultório e as on-line parece indicar que se trata de duas coisas diferentes.

Partindo da premissa de que o ato analítico é orientado pela ética da psicanálise, não é pré-concebido ou fundamentado em regras preestabelecidas que norteariam as intervenções de um psicanalista, os autores compreendem que Lacan

situa o ato analítico balizado pela possibilidade de um não-regramento dos comportamentos e formas de intervenção por parte do psicanalista. Para ele, este ato seria norteador pela ética da psicanálise, que, por sua vez, diz respeito à sustentação da posição do analista enquanto presença; operador necessário para que o campo do analítico possa acontecer (PRADO; ANJOS; ESTEVÃO, 2021, p. 29).

A partir desta compreensão, os autores entendem que o analista, por meio de sua presença, é capaz de fazer operar o discurso analítico em diferentes contextos. Nesse sentido, salientam que os atendimentos on-line não são diferentes, porém destacam os entraves que podem advir do contexto virtual, uma vez que as pesquisas nesse campo ainda estão em estágio inicial e existe pouco material sobre os efeitos dessa clínica. Em relação aos obstáculos, questionam como a transferência pode se dar quando uma análise é iniciada já de modo on-line, uma vez que a presença dos corpos se dá de forma distinta do consultório. Para eles, trata-se de uma situação diferente de quando o tratamento se inicia no consultório e, por uma contingência, passa a ser realizado virtualmente, pois já havia uma transferência estabelecida. Compreendem que a prematuridade da clínica on-line implica em muitos pontos cegos em relação àqueles

possíveis obstáculos, que só poderão ser verificados na prática. Advertem que outro problema que precisa ser considerado é a oferta excessiva do atendimento on-line na medida que este pode ser confortável demais para o analisante, de tal modo que o analista se ofereceria com uma espécie de “complementariedade”, um objeto de consumo e satisfação atendendo, deste modo, às demandas neoliberais, o que faria com que essa relação já não fosse uma análise.

Os autores percebem a análise on-line como um recurso tático do analista que serve muito bem a alguns pacientes e não a outros. Nesse contexto, o fundamental será o manejo do analista que buscará a via pela qual haja condições de análise para cada paciente, seja no *setting* presencial ou no virtual. Concluem que “se, com Lacan, podemos partir do pressuposto de que a presença física não é garantia de que haja a função do analista, podemos pensar que sua ausência tampouco é um impeditivo para isto” (PRADO; ANJOS; ESTEVÃO, 2021, p. 28-29). O que não implica em desconsiderar as dificuldades que podem advir da clínica on-line.

Os autores concluem considerando que os efeitos da clínica on-line, durante a pandemia, parecem corroborar a hipótese de que, enquanto presença, o analista cria as condições necessárias para que uma análise possa acontecer. Dessa forma, pode-se dizer que “Assim, havendo um analista disposto a posicionar-se enquanto presença, de modo a assegurar a escuta do sujeito do inconsciente, entendemos que, ali, encontram-se condições para que haja análise – estando seu corpo literalmente presente ou não” (PRADO; ANJOS; ESTEVÃO, 2021, p. 29).

Por fim, abordaremos o trabalho de Gabriel Lombardi (2020/inédito). De acordo com o autor, o capitalismo digital modificou a forma de presença das pessoas nos laços sociais, de modo que uma quantidade infinita de informações está disponível com uma simples busca na internet, e a lógica algorítmica, a serviço do capitalismo, encarrega-se de oferecer ao sujeito o encontro com aquilo que ele supõe desejar. Em alguma medida, isso tende a diluir a importância das transmissões entre pares, bem como a importância das transmissões familiares e culturais. Diante desse cenário, o título de seu trabalho, *A psicanálise contra (e com) o capitalismo digital em 2020*, convoca a uma reflexão do lugar da psicanálise nessa conjuntura. Para Lombardi, esse não é um cenário de impossibilidade para a atuação do psicanalista, pois enquanto houver espaço de abertura para a divisão subjetiva, o analista poderá ouvir o sintoma de seu analisante e conduzir seu tratamento, visto que é por meio dessa abertura que o inconsciente se manifesta. O autor argumenta que o ato analítico e a presença do analista podem ser sustentados nesse cenário globalizado, cada vez mais permeado pelo digital, e para que isso seja possível, cabe ao analista adaptar a estratégia transferencial e a tática na condução das análises: a psicanálise on-line se insere nesse panorama.

Lombardi observa que a tecnologia permite, por meio das sessões on-line, a

continuidade e o início de novas análises e que essa clínica foi muito difundida na pandemia. O momento pandêmico evidenciou também que, no dispositivo on-line, o analisante, porque o analista estava presente, continuou a falar e a colocar o corpo em cena. Por exemplo, quando dizia possuir um corpo com o qual não sabia como lidar ou nas queixas frequentes do insuportável que surgia na convivência tão próxima com os familiares etc. Para abordar a análise on-line em relação ao capitalismo digital e à pandemia de covid-19, Lombardi retoma o conceito de presença do analista e afirma que desde Freud é ponto pacífico que o analista deve estar presente para que uma análise aconteça.

Nesse sentido, o autor questiona qual é a natureza da presença abordada quando se trata da presença do analista, já que ela pode ser sustentada on-line. Lombardi define a presença do analista como a presença do ouvinte, e a descreve como uma dupla presença: a presença causa e a presença intérprete. Segundo o autor, enquanto intérprete, o analista responde ocasionalmente ao analisante com um suplemento de significação ou significante por meio de uma alusão ou enigma. Nesse sentido, sua presença é uma condição da palavra e se apresenta justamente no momento em que a palavra não é ouvida pelo analisante, proposição orientada pela formulação de Lacan (1964/2008), de que a presença do analista é a manifestação do inconsciente. O autor pontua que a experiência clínica evidencia que essa dimensão da presença pôde ser percebida nas sessões realizadas em ambiente virtual.

A presença do analista, enquanto causa, por sua vez, envolve “uma parte inseparável do corpo do analista que incorpora um objeto *a* como uma aparência de causa; causa silenciosa do desejo do analisando que se faz presente no momento angustiante em que ‘nada lhe ocorre’” (LOMBARDI, 2020/inédito, s/p, tradução nossa²⁷). Para Lombardi, essa dimensão da presença também se materializa no ambiente virtual. Na sessão on-line, isso pôde se dar, por exemplo, no momento de pausa do analisante e do silêncio do analista, instante em que o analisante por vezes questiona se haveria uma queda de conexão da internet, ao que o analista responde que está ali, presente, ouvindo: materialização da presença do corpo do analista enquanto causa que comporta a falta.

Para Lombardi, a experiência clínica demonstra que algumas análises, não todas, podem acontecer on-line, já que há o encontro entre analista e analisante assim como no consultório. Isso porque a abertura subjetiva do analisante, a presença do analista e o ato analítico puderam, em alguns casos, se manifestar por meio desse dispositivo. Também amparado pela experiência

²⁷ No original, “una parte inseparable del cuerpo del analista encarnando un objeto *a* como semblante de causa; causa silente del deseo del analizante que se hace presente en el momento angustioso en que a él ‘no se le ocurre nada’” (LOMBARDI, 2020/inédito, s/p).

clínica, o autor finaliza seu trabalho indicando que a proximidade física entre os corpos do analisante e do analista parece essencial nos casos que requerem um apoio lúdico, contudo não desenvolve esta questão e parece indicá-la como um ponto aberto para discussão. Nesse ponto, Lombardi não faz referência à clínica com crianças, no entanto, podemos ponderar que essa indicação pode ser relacionada a esse tipo de clínica, mas não apenas, já que, conforme abordamos repetidas vezes, é do sujeito do inconsciente que se trata. Nesse sentido, um adulto poderia necessitar desse suporte lúdico enquanto uma criança poderia prescindir dele.

Discutiremos a seguir os efeitos que pudemos recolher da clínica on-line com crianças no contexto da pandemia e que nos permitiram formular a hipótese de que a psicanálise on-line, por se tratar de um encontro ao vivo, sincrônico entre analista e analisante, no qual ambos estão presentes, a relação transferencial pode se estabelecer e isso já implica a presença do analista.

3.2 Caso João Lobo²⁸: transferência e sujeito suposto saber

João Lobo iniciou seu tratamento, no consultório, no fim do ano de 2019, e, em meados de março do ano seguinte, por conta da pandemia, continuou seu tratamento na modalidade on-line. Apesar de contar somente com sete anos de idade, João Lobo já chegou ao consultório conseguindo relatar as importantes mudanças ocorridas em sua casa em função de uma queda importante na situação social e econômica pela qual a família passava e que ele sentia como produtora de um esquecimento de sua presença na família, muito provavelmente em função das grandes preocupações que tomaram conta de sua mãe. Ele se queixava não apenas de não ser lembrado – um “esqueceram de mim psíquico”, conforme associou a criança alguns meses depois –, mas também o modo como se referia a si mesmo levou a analista a identificar uma demanda de reconhecimento pela família em uma série de situações que envolviam a criança.

Sua angústia de não reconhecimento familiar retorna em um sonho que ele relata em uma sessão realizada já no contexto pandêmico: “estava na escola, depois fui para uma ilha deserta, fiquei seis anos lá, fiz um SOS gigante na areia, fui resgatado e voltei direto para a escola. Mas mesmo falando que eu era o João Lobo, ninguém me reconhecia”. Ele próprio associou o conteúdo do sonho ao filme *Esqueceram de mim*, lançado em 1990 e dirigido por Chris Columbus, que, nas palavras do analisante, conta “a história de um menino que foi

²⁸ Para preservar o sigilo, parte da história será suprimida e alguns aspectos modificados, sem comprometer, contudo, a análise do caso.

esquecido pela família e ficou sozinho em casa”. Em seguida disse à analista: “o começo de tudo e um enigma a resolver”. A partir do sonho, via régia de acesso ao inconsciente, João Lobo se interroga sobre sua posição diante do Outro e sobre a possibilidade de ser reconhecido. Falou também da tristeza que sentia pela morte de um amigo da escola, falecido antes da pandemia, e dos pensamentos sobre sua própria morte.

Em outra sessão, contou que um dia a mãe o chamou enquanto estava deitado na cama. Ele respondeu, mas ela não o escutou. João Lobo interpretou que sua mãe pensou que ele havia “sumido”, em uma clara manifestação da pergunta: posso faltar ao Outro? Que efeitos isso lhe faria? Na sequência, interrogou se alguém lembraria dele caso morresse. Perguntou à analista: “Será que pelo menos vão deixar uma foto minha?” Diana Rabinovich, considerando Lacan (1964/2008) em *O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, argumenta que “a criança joga com a fantasia de sua morte com a finalidade de comprovar, de pôr à prova se o Outro pode suportar o seu desaparecimento” (RABINOVICH, 2000, p. 85). A partir desse jogo apontado pela autora, João Lobo seguiu em associação: “Acho que deve existir uma coisa no subconsciente que eu não entendo muito. Tem gente que acha que ele não existe, mas eu acredito. Acho que você [a analista] vai me ajudar nesse mistério!”

Tomamos a afirmação de João Lobo, de que a analista poderá ajudá-lo a desvendar o mistério, como índice da suposição de saber atribuído a ela, e entendemos que esse fragmento de análise traz à tona a noção de sujeito suposto saber que se estabelece a partir do fenômeno da transferência. Em psicanálise, experiência clínica e teoria estão entrelaçadas. Nessa direção, retomaremos alguns aspectos da teoria psicanalítica acerca do conceito de transferência, relacionando-os ao caso de João Lobo.

Conforme mencionamos anteriormente, Freud (1912b/2017), no texto *Sobre a dinâmica da transferência*, teoriza que a transferência é o motor de uma análise, pois é o único mecanismo capaz de fazer com que o tratamento avance ao mesmo tempo em que pode ser a mais intensa fonte de resistência ao trabalho analítico. Para Freud, a transferência possui uma dimensão positiva e outra negativa. Retomaremos estas duas dimensões estritamente para o que tange o que gostaríamos de sublinhar quanto ao caso aqui trabalhado. A positiva concerne a sentimentos amorosos do analisante em relação ao analista, e a negativa, a sentimentos hostis. Ambos são oriundos dos clichês amorosos que o paciente construiu ao longo de sua vida com base em suas primeiras relações. O analisante atribui “realidade” e “atualidade” ao aparecimento de uma moção inconsciente em relação ao analista.

As moções inconscientes não querem ser lembradas, tal como o tratamento o deseja, mas elas almejam se reproduzir, conforme a atemporalidade e a capacidade alucinatória do inconsciente, ele quer acionar as suas paixões, sem levar em consideração a situação real. [...] O médico quer levá-lo a inserir essas moções emocionais no contexto do tratamento e no de sua história de vida [...] (FREUD, 1912b/2020, p. 82).

O analista deve saber que os conteúdos amorosos ou hostis que um paciente lhe endereça são uma atualização dos clichês amorosos de suas primeiras relações. Logo, o psicanalista não pode se identificar com eles, pois é apenas o suporte para que eles se manifestem. Manejar o surgimento destes conteúdos, no sentido de que o analisante possa se implicar na questão e compreender do que se trata, é um dos desafios impostos ao analista quanto ao manejo da transferência. Ao concluir o artigo, Freud indica que tal manejo é fundamental para haver análise, pois é somente por meio da transferência que uma análise avança e pode chegar a um fim.

Na mesma direção, Lacan (1960-1961/2010), em *O seminário, livro 8: a transferência*, ensina sobre a disparidade subjetiva que existe em uma análise, o que significa que não existem dois sujeitos em um processo analítico, mas um sujeito e um analista enquanto objeto da transferência. Alguns anos mais tarde, afirmará: “desde que haja sujeito suposto saber, há transferência” (Lacan 1964/2008, p. 224), pois quando um sujeito consegue supor um saber ao analista, significa que a transferência já está estabelecida. O analista sustenta esse “lugar no que ele é o objeto da transferência” (LACAN, 1964/2008, p. 227), mas não responde deste lugar. Considerando a inexistência da relação intersubjetiva, não é possível que a suposição de saber seja para o analista enquanto sujeito; trata-se, então, do saber do próprio analisante que não sabe que o possui.

No caso aqui apresentado, João Lobo atribui o significante “subconsciente” à psicanálise e à analista. A mãe do menino lhe contou que a analista trabalha com a psicanálise, o pai, por sua vez, preferia outro tratamento, pois não acreditava na psicanálise. Já João Lobo diz acreditar nela. Propomos pensar este fragmento clínico a partir da noção de sujeito suposto saber, considerando a fala do analisante, articulando-o ao matema da transferência apresentado por Lacan na *Proposição de 9 de outubro de 1967*. Nos utilizamos aqui da versão publicada nos *Outros escritos* (Lacan, 1967a/2003, p. 253):

Figura 1 - Matema da transferência

$$\frac{S \longrightarrow S^q}{s (S^1, S^2, \dots S^n)}$$

Fonte: LACAN, 1967a/2003, p. 253

Na primeira linha, o S, o significante da transferência, surge a partir de uma relação ($\rightarrow$) com um significante qualquer (S^q), no caso, “subconsciente”. Abaixo da barra, o s é “o sujeito resultante, que implica dentro dos parênteses o saber, supostamente presente, dos significantes que estão no inconsciente, significação esta que faz as vezes do referencial ainda latente na relação terceira que o liga ao par significante-significado” (LACAN, 1967a/2003, p. 254). O S^q , localizado acima da barra, não tem relação com o S^1 , S^2 , ... S^n , localizados abaixo da barra. Estes últimos, podem ser entendidos como o próprio processo da associação livre que possibilita, por meio da fala do analisante, que o sujeito do inconsciente possa advir no intervalo entre um significante e outro.

Lacan (1967a/2003) aponta que a transferência está no começo da psicanálise, e ela própria funda um obstáculo para a intersubjetividade. Nessa ocasião, ensina que o sujeito é suposto, por isso não supõe nada, e apresenta o matema da transferência. “Escrevamos como convém o suposto desse sujeito colocando o saber em seu lugar de adjacência da suposição” (LACAN, 1967a/2003, p. 253). Lacan ressalta que *a priori* o analista não sabe nada do saber suposto. Destaca esse fato para nele situar a recomendação de Freud de que cada caso seja abordado como novo, pois não se trata de um saber já acumulado pelo psicanalista em análises que conduziu anteriormente, mas de um novo saber que será produzido pelo analisante. João Lobo usa um significante qualquer da analista: psicanálise, que tem relação com sua própria história familiar, e supõe que a analista tem um saber sobre o seu mistério, sobre a morte. Em associação livre, o próprio analisante produz um saber sobre o seu enigma, mas o supõe à analista que ocupa o lugar do sujeito suposto saber.

Já no texto *O engano do sujeito suposto saber*, Lacan questiona: “o saber que só se revela no engano do sujeito, qual pode realmente ser o sujeito que o sabe de antemão?” (LACAN, 1967b/2003, p. 337). Lacan argumenta, a partir da experiência clínica, que na fala do analisante há um dizer que se diz sem que o sujeito saiba. Deste dizer, um saber poderá advir, um saber que será construído a partir do engano, do lapso no discurso – não é possível ao sujeito

sabê-lo *a priori*. Neste ponto está o engano do sujeito suposto saber. De que engano se trata no caso?

Maria Angélica Pisetta (2011) estabelece uma leitura da transferência e do sujeito suposto saber a partir da teoria do significante de Lacan. Para pensar o que é o sujeito suposto saber, retoma o conceito de sujeito “como aquilo que é representado de um significante para outro” (PISETTA, 2011, p. 65). A autora afirma que esse axioma lacaniano aponta para o “atravessamento constitucional do inconsciente pela linguagem” (PISETTA, 2011, p. 65) que funda o saber inconsciente e pode ser dito como o saber não sabido. Ressalta a importância da apreensão do conceito de sujeito como aquilo que é efeito da cadeia significante:

Esse saber não-sabido de que se trata no inconsciente é estruturado como uma linguagem, e principalmente a partir dela. Dizer "o sujeito do significante" deste modo é referir-se necessariamente a algo que não está na relação intersubjetiva, mas que a funda (PISETTA, 2011, p. 65).

Em relação ao saber, salienta que se trata de um saber inconsciente, um saber não sabido, que poderá ser construído a partir de uma análise. A própria manifestação do inconsciente, que pode se apresentar em um ato falho, por exemplo, traz notícias desse saber não sabido que surpreende na ocasião de sua aparição. A autora articula que o próprio sujeito não é sabido, é apenas suposto, suposto pelo Outro, e que não há sujeito sem Outro.

É esse saber não sabido, essencialmente inconsciente, chamado aqui de ‘sujeito’, que se encontra na base da transferência. Entendemos que é por isso que na fórmula ‘sujeito suposto saber’, não há referência nominal ao Outro, já que o termo ‘sujeito’ comporta essa dimensão (PISETTA, 2011, p. 61).

João Lobo supõe à analista um saber sobre o mistério dele, que pôde advir a partir de seu sonho. Um enigma se instaurou e ele supôs que a analista pudesse solucioná-lo. De acordo com Quinet (2009), no ensino lacaniano, o saber está articulado de forma distinta no início e no final de uma análise:

Do lado do analisante, no início, o saber se encontra sob a forma de suposição atribuída a um sujeito que o analista é chamado a encarnar, e no final, quando de sua destituição, o desejo do analisante se vincula ao saber para advir o desejo de saber. Do lado do analista, para ele conduzir uma análise e abrir mão de tudo o que sabe previamente, para fazer a psicanálise ser reinventada a cada análise, deve o não-saber ser ordenado como enquadramento do saber (QUINET, 2009, p. 57).

No caso aqui tratado, um enigma se instaurou para João Lobo e ele supôs que a analista pudesse solucioná-lo. A analista sustentou esse lugar, mas não respondeu com a dissolução do

mistério, por estar advertida de que não possui qualquer saber que lhe permita dissolvê-lo, já que o mistério é do sujeito que, com sua análise, poderá vir a fazê-lo, ou seja, tal saber precisa ser construído pelo analisante. O essencial aqui é que João Lobo pôde, em sua análise on-line, por meio da transferência, endereçar sua questão à analista, seguir em sua análise e chegar a um fim.

3.2.1 O *setting* analítico e a transferência

Conforme discutimos no capítulo 1, de acordo com Quinet (2021, p. 13), a transferência é “o verdadeiro *setting* analítico”. Essa formulação se alinha com o estabelecido por Freud (1912b/2017), que define a transferência como o motor de uma análise, ou seja, o que a engendra. Diniz e Alberti (2020) indicam que, pelo fato de a análise passar a operar a partir de um dispositivo digital, o tratamento on-line traz uma série de mudanças no *setting* analítico. Relembrem que as questões sobre o *setting* eram de grande interesse e debate nas sociedades psicanalíticas no século passado, justamente porque as identificavam com o espaço físico em que ocorriam as sessões, deixando totalmente de fora o fato de que o *setting* analítico é, na realidade, o espaço que se cria no momento em que um sujeito se dirige a um analista através de sua fala, produzindo, propriamente, o que poderíamos chamar de um espaço virtual – pois ele é, por definição, o espaço que a própria linguagem produz para o sujeito. O espaço físico de um consultório não garante a criação de um espaço psicanalítico. Esse se constitui porque há um analista que fomenta a fala de um sujeito. Aliás, as mesmas autoras apontam que, já nas recomendações de Freud, em 1913/2020, não há regras fixas para serem religiosamente seguidas; ao contrário, Freud apontou para a possibilidade de reinvenção da prática clínica quando necessário.

O *setting* analítico de João Lobo foi sustentado pela transferência estabelecida com a analista. O analisante pareceu não se importar com a mudança das sessões no consultório para as sessões on-line. Durante o tratamento, ele pôde, inclusive, falar dos efeitos que sentia diante do distanciamento social; o que sofria em relação à falta da escola, dos colegas, dos passeios, porém, em relação à análise, não falou sobre efeitos de distanciamento, uma vez que a analista permaneceu presente. Isso porque, conforme já destacamos, para Lacan, a presença do analista não se relaciona à dimensão física do corpo do analista, pois “a presença do analista é ela própria uma manifestação do inconsciente” (LACAN, 1964/2008, p. 125).

3.2.2 A análise de João Lobo avança

Com analista e analisante presentes, o trabalho pôde seguir. Em um primeiro tempo da análise, com seu sonho, João Lobo se perguntou sobre a morte e a vida, sobre a possibilidade de ser reconhecido pelo Outro, e seguiu em suas construções de análise. Chamaremos sua mãe de M Lobo, e o pai, de P Coqueiro. Para o analisante, se estudasse em outro país, com o pai com um nome desse, poderia “sofrer bullying. João Lobo Coqueiro: um animal e um vegetal! Se bem que do Lobo eu até gosto, é um nome imponente!”. Em seguida, falou da relação com seu pai e sua mãe, e por que gostava tanto do Lobo. Questionou-se sobre o próprio nome e o lugar que ocupava para os pais, ao mesmo tempo em que expressava uma tentativa de agradá-los: “se coloco foto de menino no perfil, brigam e dizem que não pode, porque vai parecer que gosto de menino; se coloco de menina, dizem que não pode, porque sou menino. Não sei o que fazer para agradar!”

Tempos depois, João Lobo construiu uma nova via de reposicionamento subjetivo. Para uma atividade escolar, a professora pediu uma fotografia de João Lobo sozinho. Ele não achou uma foto na qual estivesse só, então, se recortou de uma na qual a família estava reunida. Segundo ele, a mãe ficou chateada, pois não podia cortar a foto: “Tentei explicar a ela porque precisei cortar a foto, mas não adiantou! Eu estou triste, me sentindo um bosta, mas, tentando viver a vida e ser feliz!”. João Lobo, apesar de ainda se importar bastante com a reação da mãe, que o fazia se sentir “um bosta”, agora já não se mantém aí e procura, apesar disso, viver feliz.

Outro tempo: João Lobo tinha um jogo on-line preferido, no qual precisou escolher um nome, conquistar uma sala e participar de uma família. No jogo, seu nome era Lobo. Um dia, ficou sem internet e perdeu tudo que havia construído. Contou que ficou chateado, e, após alguns instantes, disse: “Quer saber? Vou é criar uma nova família, conquistar uma nova sala e escolher um novo nome”. Nessa última passagem, ele perdeu e pôde elaborar algo a partir disso. Naquela ocasião, já não era ele quem se perdia na ilha deserta tal como contara a partir de seu sonho. João Lobo não supôs que a analista pudesse responder sobre o que estava perdido, portanto, pôde construir uma saída possível para o seu impasse. O nome que escolheu para o jogo foi: “Wolf”. A analista falou para o analisante que ele pôde inventar algo novo: ele sorriu. A variação, lobo/wolf se apresentou como algo inaugural para o analisante, pois não se tratava apenas da variação de uma mesma palavra em outro idioma.

A escolha de um novo nome, da foto do perfil e o corte realizado na fotografia da família parecem indicar uma separação possível construída por João Lobo, um reposicionamento subjetivo no qual algo de seu desejo pôde advir, já não tão alienado ao Outro. A partir da máxima lacaniana, sabemos que “o desejo em sua função inconsciente é o desejo do Outro” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 407). Outra maneira de dizer o mesmo é “O desejo do homem é excêntrico, [...] é no lugar do Outro que ele se forma” (LACAN, 1967c, p. 342). De tal modo que, para João Lobo, no percurso pelas vias de seu desejo, ocorreu um deslocamento de uma posição a outra. Na primeira, ele permanecia à espera de reconhecimento, na segunda, por meio de sucessivas retificações subjetivas, ele pôde se implicar na dissolução do seu mistério. João Lobo já não esperava receber a solução de seu enigma, então, tratou de inventá-la.

Algum tempo depois, João Lobo disse à analista que não precisava mais encontrá-la. Vale destacar que o sintoma que trouxe este analisante à análise foi encoprese. Ele nunca mencionou de forma direta tal sintoma, mas, em sua primeira sessão, contou que era muito “grudado” à mãe e que tinha uma irmã que era muito “grudada” nele. Durante o tratamento, João Lobo pôde separar-se, em alguma medida, do Outro. A variação de seu nome, Lobo/Wolf, dá notícias de sua construção em análise ao mesmo tempo em que também indica que uma separação total não é possível, pois não há sujeito sem Outro, haja vista que o desejo é o desejo do Outro (LACAN, 1957-1958/1999). De acordo com Rabinovich (2000, p. 145), é possível depurar do ensino de Lacan que a “meta” de uma psicanálise pode ser descrita como a possibilidade na qual “o sujeito obtenha certa margem de liberdade em relação ao lugar que ocupou como objeto do desejo como desejo do Outro. Para isso, o desejo do analista deve buscar essa diferença absoluta que permita a separação do sujeito na experiência.”²⁹

3.2.3 Um fim de análise on-line

João Lobo pôde concluir sua análise na modalidade on-line. Em dado momento, disse que já não necessitava do tratamento. Após mais algumas sessões, concluiu que estava “bem” para “seguir com a vida” sem a analista. Não foi possível verificar se o fato deste analisante ter iniciado sua análise no consultório fez diferença em seu percurso, até porque esse tipo de verificação não parece possível em psicanálise. Contudo, vale observar que, em suas sessões, o

²⁹ Trabalharemos o conceito de desejo do analista no item 3.5 desta dissertação.

analisante nunca fez referência à mudança na modalidade de atendimento, ou seja, à migração do atendimento no consultório para o on-line nunca apareceu como uma questão para ele.

Vale destacar que, em certa ocasião de sua análise, ele pôde, inclusive, se servir de um elemento proporcionado pelo dispositivo on-line para dar notícias sobre a transferência estabelecida. Disse algumas vezes que a “internet estava ruim” e por isso não poderia continuar a sessão. Em um primeiro momento, a analista considerou que se tratava de um problema na conexão da internet, então, conversou com a mãe do analisante sobre este aspecto e verificou que a qualidade da internet era ótima.

Certo dia, quando ele novamente disse que a *internet estava ruim*, a analista propôs que utilizassem uma ligação telefônica para continuar a sessão, para que ela não fosse interrompida daquela maneira e, no mesmo instante, a “internet melhorou”. Superado o período de *internet ruim* – que pôde acontecer após um manejo na resistência do analisante, mas sobretudo da analista, na medida em que, no primeiro momento, escutou “internet ruim” apenas como uma falha tecnológica –, a análise on-line de João Lobo pode seguir e chegar a um fim.

Conforme indicamos, de acordo com Freud (1912b/2017), a transferência é fundamental para haver análise, e seu manejo é uma tarefa laboriosa para o analista, pois é somente por meio da transferência que uma análise avança e pode chegar a um fim. Da análise de João Lobo, recolhemos fragmentos que indicam justamente o início e a resolução da transferência, bem como da suposição de saber. De acordo com Quinet (2009), ao final de uma análise

Trata-se da queda do sujeito suposto saber, a desvinculação do desejo do sujeito do desejo do Outro suportado pelo analista, tendo como resultado que o analista não ocupa mais o lugar de objeto na fantasia do sujeito, e o desejo é então experimentado como ‘sem o Outro’. Dizer que é liquidada a transferência é denegar o desejo do analista, pois a causa da transferência não se liquida, na medida em que ela é o fundamento do desejo do analista. Lacan propõe trocar o termo ‘liquidação’ por ‘resolução’. A transferência se resolve, ela não se liquida (QUINET, 2009, p. 137).

Nossas observações podem ser elucidativas em relação à psicanálise on-line com uma criança, pois dão notícias dos efeitos possíveis de um trabalho de análise por meio das sessões on-line. Apesar disso, no contexto aqui tratado, poderíamos suprimir o termo on-line e pensar apenas nos efeitos de uma psicanálise com uma criança, uma vez que a migração para as sessões on-line sequer foi mencionada pelo analisante? Em outras palavras: podemos inferir que os efeitos recolhidos desta análise não têm relação com o dispositivo pelo qual o analisante foi atendido?

Tal possibilidade se reafirma quando tomamos por definição que o espaço que se cria com a transferência é o verdadeiro *setting* de uma análise, e que, portanto, desde sempre, o

setting analítico é virtual no sentido de que não se refere, de forma alguma, ao espaço físico de um consultório, e sim ao modo como se dá a relação analítica. É claro que o espaço físico pode contribuir com o ato e a interpretação, aquilo a que Lacan (1958/1998) chama de tática em seu texto sobre os princípios do poder do tratamento analítico, mas também pode ser um estorvo a essa tática, sobretudo quando é validado como único espaço de uma psicanálise, como era nos tempos em que havia determinações sobre como mantê-lo sempre o mesmo, a meia luz, de grande discrição etc. Crer que é isso o que garante uma psicanálise é cair no engodo de que um espaço físico de um consultório produz uma análise.

Se em uma psicanálise sempre se trata de uma singularidade, a psicanálise on-line com crianças só poderá ser pensada a partir da clínica, pois cada criança atendida nesta modalidade dará notícias da viabilidade deste dispositivo. No caso de João Lobo, a análise on-line foi possível, mas não sem dificuldades e impossibilidades – mas isso não é o que ocorre em toda e qualquer análise? De todo modo, cabe-nos avançar nas discussões sobre esta clínica e arrazoar as (im)possibilidades sempre no caso a caso.

3.3 Caso Alice³⁰: o efeito de um ato analítico

Diferente da via pela qual discutimos os efeitos da análise de João Lobo, destacaremos apenas um conciso fragmento do tratamento de Alice, uma analisante de seis anos, a fim de pensarmos o brincar e o ato analítico nessa análise on-line. Conforme apresentamos na introdução desta dissertação, um dos primeiros impasses do início da pandemia em relação à clínica com crianças foi apostar que a análise seria possível a partir do encontro entre analista e analisante por meio do dispositivo on-line, que, pelo menos a princípio, parecia tão distinto do consultório no qual o psicanalista recebia os analisantes crianças. Para Alice, foi possível encontrar um modo de brincar neste dispositivo e endereçar suas questões à analista que, por sua vez, pôde observar que uma pergunta que direcionou à analisante teve efeito de ato analítico. De acordo com a hipótese que orienta nossa pesquisa, esses efeitos puderam ocorrer pois analista e analisante estavam presentes durante as sessões.

Conforme apresentamos no primeiro capítulo, Quinet (2021) destacou que um dos desafios para o psicanalista no contexto pandêmico foi o de “considerar o atendimento online

³⁰ Para preservar o sigilo, parte da história será suprimida e alguns aspectos modificados, sem comprometer, contudo, a análise do caso.

sob a égide da pesquisa e da experimentação, procurando descobrir novas modalidades de efetuação do ato analítico” (QUINET, 2021, p. 10). Na clínica com crianças, especialmente as bem pequenas, a posição ética do analista em sustentar as análises on-line comportou múltiplos desafios. Atualmente, passado algum tempo desta aposta, a maneira que encontramos para contornar os impasses nos fornecem notícias sobre os efeitos desse ato do analista que possibilitou um espaço para que, tal como Alice, outras crianças pudessem iniciar suas análises durante a pandemia.

Ainda nas entrevistas preliminares, Alice, se dizia “triste” e questionava por que a análise acontecia “on-line”. Após algumas sessões, “entendeu” que era por conta da pandemia, e propôs brincar de “entrevista on-line”. Na brincadeira, a analista deveria “desmaiar” e, em seguida, se recuperar para brincar. “Desmaiar” é um dos sintomas que levam essa criança à análise. Pacheco (2012) define o estabelecimento da transferência como o momento em que o gozo que se localiza no sintoma é transferido para a análise por meio da associação livre. A brincadeira de Alice noticia a via transferencial que se estabelecia.

As brincadeiras de “entrevista on-line” duraram algumas sessões. Em dada ocasião, a analista pergunta: “precisa mesmo desmaiar?”, e a analisante que até aquele dia, em todas as sessões, dizia-se “triste”, pela primeira vez sorriu, e, por meio do riso repentino, foi possível supor a emergência do sujeito do inconsciente. Na sessão seguinte, Alice propôs uma nova brincadeira na qual tanto ela quanto a analista tinham que “desenhar” a partir de uma imagem que ela levou para a sessão. De “desmaiar a desenhar”, haveria um deslocamento significativo que, por meio de uma homofonia, indicaria uma repetição e uma novidade? Em dado momento, a analisante disse que aquela era outra forma de falar o que sentia e que a analista já devia saber disso: sinais de transferência e suposto saber.

3.3.1 A brincadeira

Tal como Freud (1920/2020) escreveu em *Além do princípio do prazer*, a criança reproduz na brincadeira questões relacionadas às suas vivências. Após observar o neto Ernst, com dezoito meses de idade na ocasião, atirar brinquedos de modo que eles desaparecessem, Freud percebeu que o menino utilizava os objetos para brincar de desaparecer. Certa vez, Ernst brincava com um carretel de madeira enrolado por um barbante e emitia com satisfação o som “o-o-o”, quando o objeto sumia, e outro som, “a-a-a”, quando o objeto reaparecia. Freud

interpretou que o primeiro som significava “*fort*”³¹ (desapareceu) e o segundo som significava “*da*” (achou). Observando o jogo de *fort-da*, concluiu que o neto simbolizava a presença e a ausência da mãe, e argumentou que, por meio do brincar, “a criança passa da passividade da vivência para a atividade da brincadeira” (FREUD, 1920/2020, p. 83).

Há, na brincadeira, um viés de criação, na medida em que algo novo se constrói, e outro viés de repetição de experiências de prazer e de desprazer. Freud pergunta o que levaria uma criança à repetição de uma experiência desprazerosa. Ele introduz essa questão no momento em que teoriza sobre a pulsão de morte a partir dos sonhos que se repetem nos casos das neuroses traumáticas. Por meio dos sonhos de guerra, que insistem em repetir vivências traumáticas do sujeito, Freud conclui que a compulsão à repetição é a força que faz com que o sonhador, à revelia de sua vontade, repita as experiências desagradáveis. A observação da brincadeira de Ernst fez Freud perceber a compulsão à repetição também no brincar, e a argumentar que, junto com a passagem da passividade à atividade, a criança também “inflige a um companheiro o que aconteceu com ela mesma de desagradável” (FREUD, 1920/2020, p. 83). Essa formalização, como pontua Freud, também é oriunda do pequeno Ernst, pois, certa vez, o menino encarnou, ele próprio, o jogo do carretel: em dada ocasião a mãe precisou ficar distante dele por algumas horas. Diante do reaparecimento da mãe, o menino emitiu um som semelhante ao da brincadeira de *fort-da*, dizendo à mãe que era ele quem reaparecia, ou seja, a criança, ela mesma, encontrou uma forma de se fazer desaparecer, jogando mais uma vez com as dimensões da presença e da ausência, do prazer e do desprazer em um movimento de repetição. Há o destaque também em relação ao caráter emblemático da repetição que indica algo que não pode ser totalmente representado pelo psiquismo.

À luz da formulação de Freud (1920/2020) em *Além do princípio do prazer*, retomamos a vinheta clínica de Alice para destacar que, a partir do brincar com a analista, a analisante pôde deixar cair a compulsão à repetição da situação traumática e rir disso, fazendo-se deslizar na cadeia significativa. Nesse contexto, a pontuação da analista no brincar de Alice produziu efeitos de análise.

No livro *O Brincar & a Realidade*, Donald Woods Winnicott (1975), para introduzir suas formulações sobre o brincar, reapresenta o conceito, por ele formulado, de objeto transicional. Para o autor, por meio do objeto transicional o bebê pode estabelecer seu primeiro registro “não-eu”. Essa construção psíquica se estabelece quando o bebê é capaz de utilizar um objeto distinto do seu corpo como um elemento capaz de apaziguar sua angústia e promover

³¹ Derivação da palavra alemã *fortsein* que pode ser traduzida por desaparecer.

alguma satisfação. Winnicott destaca a variedade de objetos que uma criança pode eleger para desempenhar essa função. Para ilustrar esse objeto, temos o clássico exemplo do “paninho” que algumas crianças elegem como objeto inseparável e apaziguador, carregando-o consigo para todo canto, e que, por algum tempo, não podem se afastar dele. Segundo o autor, algumas mães (ou quem desempenha essa função) rapidamente compreendem a importância desse objeto e cedem ao pedido do filho preservando-lhe o objeto escolhido, pois observam que a sua retirada gera excessiva angústia na criança.

Winnicott pontua que não é o objeto que é transicional; o objeto é apenas o representante de uma transição construída pela criança que comporta a passagem de um primeiro tempo, em que ainda não há uma distinção entre o bebê e a mãe, ou seja, que a mãe é uma extensão da criança, para outro tempo no qual o bebê se percebe como um sujeito separado dela. Nesse sentido, o objeto transicional comporta um simbolismo, ou seja, o paninho, ou qualquer objeto que desempenhe essa função, tem caráter simbólico de um objeto parcial. Não se trata de um objeto interno ou externo ao bebê, mas uma construção psíquica, que o autor conceitua como uma “possessão” que pode ou não ser construída pelo bebê, já que ele pode ou não se perceber como um sujeito distinto de sua mãe.

Essa primeira posseção está relacionada, retroativamente no tempo, com os fenômenos auto-eróticos e ao sugar o punho e o polegar, e também, para a frente, ao primeiro animal ou boneco macios e aos brinquedos duros. Relaciona-se tanto com o objeto externo (seio da mãe) quanto com os objetos internos (seio magicamente introjetado), mas é diferente deles (WINNICOTT, 1975, p. 30).

Pelo uso que uma criança faz do objeto transicional é possível observar a jornada rumo à sua constituição psíquica, que se constrói por meio da experimentação, ou seja, pela via da relação que o bebê estabelece com o ambiente que o cerca e as pessoas que lhe são próximas. Para Winnicott, durante certo período o objeto transicional é “mais importante do que a mãe, uma parte quase inseparável do bebê” (WINNICOTT, 1975, p. 19). A função do objeto transicional cai com o passar do tempo. Por não necessitar mais desse anteparo, a criança não demanda mais a presença do objeto que outrora lhe era imprescindível. Nessa direção, a queda do objeto transicional indica uma construção psíquica na qual o objeto transicional eleito

não é esquecido e não é pranteado. Perde o significado, e isso se deve ao fato de que os fenômenos transicionais se tornaram difusos, se espalharam por todo o território intermediário entre a 'realidade psíquica interna' e 'o mundo externo, tal como percebido por duas pessoas em comum', isto é, por todo o campo cultural (WINNICOTT, 1975, p. 17).

Nesse sentido, o objeto transicional inaugura o registro de uma “área intermediária de experiência, incontestada quanto a pertencer à realidade interna ou externa (compartilhada) [...]” (WINNICOTT, 1975, p. 30). É nessa área intermediária que o autor desenvolve seu estudo sobre o brincar, relacionando-o ao conceito de realidade psíquica tal como formalizado por Freud. Argumenta que sua teorização sobre o brincar refere-se à psicanálise, porém alude também à psicoterapia. Segundo ele, sua tese pode ser exposta de forma simples e abordada de modo conciso.

A psicoterapia se efetua na sobreposição de duas áreas do brincar, a do paciente e a do terapeuta. A psicoterapia trata de duas pessoas que brincam juntas. Em consequência, onde o brincar não é possível, o trabalho efetuado pelo terapeuta é dirigido então no sentido de trazer o paciente de um estado em que não é capaz de brincar para um estado em que o é (WINNICOTT, 1975, p. 65).

O autor ressalta que muitos psicanalistas de sua época relacionavam a brincadeira da criança ao ato da masturbação, e tais estudos interrogavam a fantasia que fomentava tanto a masturbação quanto o brincar. Nessa direção, essas pesquisas não visavam o brincar como um tema em si mesmo, o que para ele era um equívoco, pois na medida em que se ocupavam da fantasia, perdiam a oportunidade de explorar a função do brincar. Segundo o autor, o brincar deve ser compreendido como correlato ao conceito freudiano de sublimação. Com esse argumento, ele critica a aproximação entre o brincar e o ato da masturbação e, em direção oposta, indica que quando há a excitação física, a brincadeira se interrompe.

Para Winnicott, o brincar é um “fazer” que não equivale a um mundo apartado do sujeito, pois é a realidade do sujeito. É por meio do brincar que o sujeito constrói um entendimento sobre ele e o mundo. Argumenta que o brincar já é, em si, uma espécie de terapia, é uma “experiência criativa” que contribui para a formação do sujeito. Sua importância é tamanha que, quando uma criança é incapaz de brincar, isso é sinal de que algo não vai bem para ela. Ele compreende que “há uma evolução direta dos fenômenos transicionais para o brincar, do brincar para o brincar compartilhado, e deste para as experiências culturais.” (WINNICOTT, 1975, p. 86).

O autor aborda o brincar como um elemento fundamental do processo terapêutico, como uma condição para que o tratamento avance. Segundo Winnicott, sem o brincar não há intervenção possível por parte do psicoterapeuta e, conseqüentemente, não há efeito de transformação no paciente. O autor pontua que a função do brincar não se limita à criança e, nesse sentido, pontua que o brincar é constituinte da clínica com crianças, adultos e idosos, pois, para além das brincadeiras infantis, sua função pode ser observada na “escolha das

palavras, nas inflexões de voz e, na verdade, no senso de humor” (WINNICOTT, 1975, p. 68). Nessa direção, argumenta que é por meio do brincar, e possivelmente apenas por ele, que crianças e adultos podem criar livremente. Logo, o conceito do brincar não está relacionado exclusivamente à brincadeira e ao uso de brinquedos, mas à sua função criativa, que pode se servir de diversos objetos e envolve tanto o terapeuta quanto o paciente.

Parece-me válido o princípio geral de que a psicoterapia é efetuada na superposição de duas áreas lúdicas, a do paciente e a do terapeuta. Se o terapeuta não pode brincar, então ele não se adequa ao trabalho. Se é o paciente que não pode, então algo precisa ser feito para ajudá-lo a tornar-se capaz de brincar, após o que a psicoterapia pode começar. O brincar é essencial porque nele o paciente manifesta sua criatividade (WINNICOTT, 1975, p. 89).

Embora o brincar esteja tanto para o terapeuta quanto para o paciente, Winnicott adverte que os lugares que a função do brincar ocupa são lugares distintos para um e para o outro, pois o processo de criação do paciente pode ser interrompido por um terapeuta que saiba demais. Nesse sentido, o autor argumenta que não importa o tanto que o terapeuta saiba sobre o brincar e sua função no processo psicoterapêutico, e sim que ele saiba que durante a sessão precisa abster-se de seu saber para que a criação possa advir do paciente.

Pisetta (2017), no artigo *Sujeito, objeto e linguagem no brincar*, pontua que a brincadeira de Ernst foi inspiração para Freud progredir na construção da teoria psicanalítica e que Winnicott formalizou o conceito do brincar como constituição de uma realidade psíquica, também inspirado pela brincadeira das crianças. A autora salienta a importância desse conceito winnicottiano para todos que se propõem a refletir sobre a constituição do sujeito em sua relação com o Outro e ressalta que Winnicott pôde incluir o caráter emblemático do brincar em sua teorização graças ao legado freudiano sobre a compulsão à repetição que se apresenta na brincadeira.

A autora destaca que Freud formaliza o fator econômico contido no brincar que é relacionado à carga pulsional implicada na experiência de prazer e desprazer da brincadeira. Além disso, que ele indica também que o brincar implica em um ganho cultural para a criança, na medida em que ela realiza uma renúncia pulsional. Tal formalização é oriunda da observação atenta de Freud sobre a brincadeira de seu neto Ernst, conforme descrevemos acima. Para a autora, a partir da brincadeira, Freud destaca que o menino era cuidado de forma carinhosa e atenta pela mãe. E nas experiências de ausência dela, Ernst, em um movimento de repetição, fazia com que seus “objetos brinquedos” aparecessem e desaparecessem. Nesse sentido, a renúncia pulsional contida no jogo implica e “revela um ganho cultural de suportar não ser

amado incondicionalmente, com o auxílio de substitutos escolhidos, com os quais brinca” (PISETTA, 2017, p. 102).

De acordo com a autora, Freud destaca que ambos os tempos da brincadeira, o do sumiço e o do retorno, são fundamentais, bem como as experiências de prazer e desprazer. “Da passividade de ser deixado (e ver partir) à atividade de trazer de volta, pelo rito da repetição, uma dança entre o desagradável e o agradável se constrói, e com ela, um sujeito” (PISETTA, 2017, p. 102). Pontua também que, para Freud, a função do desejo surge justamente ali onde o trauma ocorre, de tal modo que trauma e desejo articulados indicam as vias de construção de um trabalho psíquico. Para a autora, o exemplo consagrado da brincadeira do neto de Freud pode ser visto como o emblema do brincar e coloca a criança em uma posição criativa. Nesse sentido, podemos dizer, tal como formulado por Winnicott, que a incapacidade de brincar de uma criança pode ser um indicio de que algo não caminha bem para ela.

Embora a brincadeira seja, em muitos casos, uma ferramenta que pode auxiliar muito na clínica psicanalítica com crianças, compreendemos que ela não é, em si, uma condição para que uma análise possa acontecer, pois é no lapso, no que sai do enredo da fala, da história, da brincadeira etc., que, dentro de uma relação transferencial, o analisante pode realizar uma retificação subjetiva e o tratamento analítico pode avançar. Retomando a vinheta clínica de Alice, destacamos que, por meio da brincadeira, a analisante coloca a analista para desmaiar repetidas vezes, demonstrando a passagem da posição passiva para uma posição ativa e também a compulsão à repetição contida na brincadeira tal como Freud (1920/2020) formulou em *Além do princípio do prazer*. Contudo, foi a partir da pergunta impensada da analista, “Precisa mesmo desmaiar?”, que, por meio do riso, Alice abriu mão do gozo da repetição e inaugurou algo novo, uma espécie de antes e depois, que permitiu a ela deslizar na cadeia significativa e construir um reposicionamento psíquico. Pode-se afirmar que a pergunta da analista teve efeito de ato analítico?

Um ato analítico não pode ser pensado ou planejado, não é uma racionalização, pois é da ordem de um encontro com um não sentido, com um real. Portanto, só foi possível supor que a pergunta produziu efeito de ato analítico na sessão seguinte, quando Alice, por meio de uma nova brincadeira, deu notícias do que pôde operar para ela a partir daquele questionamento. De desmaiar a desenhar: pela via significativa foi possível escutar algo que desliza, se repete e se transforma pra Alice.

3.3.2 O ato analítico

A partir da resposta de Alice, interpretamos que o questionamento da analista, “Precisa mesmo desmaiar?”, teve efeito de ato analítico. De acordo com Melo (2013, p. 109), “Lacan conceitua o ato analítico como a intervenção do analista que leva o sujeito a romper a repetição sintomática”. Em *O seminário, livro 15: O ato psicanalítico*, Lacan dedica-se à construção deste conceito e indica que o ato analítico é um

fato de significante por onde tem lugar o retorno do efeito, dito efeito de sujeito, que se produz pela palavra, na linguagem, claro, retorno desse efeito de sujeito enquanto ele é radicalmente divisor. Esta é a novidade fornecida com um desafio pela descoberta psicanalítica, que estabelece como essencial que este efeito de sujeito seja um efeito de divisão. É na medida em que, uma vez realizado esse efeito de divisão, algo pode ser seu retorno, pode haver seu re-ato, que nós podemos falar de ato, e que esse ato que é o ato psicanalítico se coloca de forma tão singular por ser totalmente diferente (LACAN, 1967-1968/inédito, p. 234).

Podemos considerar que ato psicanalítico é fato de significante no sentido em que ele inaugura algo para um sujeito; ato inaugural que é fruto do trabalho do inconsciente a partir de um encontro com o real, enquanto impossível de simbolizar, mas que, ao mesmo tempo, a partir desse encontro com o real, um sujeito só pode transmitir algo desse evento por meio do simbólico. Para avançarmos no entendimento sobre o ato analítico, mais uma vez, é necessário um retorno ao axioma lacaniano que aparece em diversos momentos de seu ensino: “um significante é o que representa um sujeito para outro significante” (LACAN, 1968-1969/2008, p. 300). Conforme já mencionamos, Lacan (1968-1969/2008, p. 300) nomeia este axioma de “formulação-ovo”, e equivale tal formulação à concepção primordial que permite à psicanálise situar como um sujeito pode advir. Um significante não pode significar a si mesmo – em outras palavras, não pode ser o representante dele mesmo. Então, alguma significação só será possível a partir de uma distinção. O sujeito é o que pode se manifestar no intervalo entre um e outro significante. O sujeito é evanescente, pode se manifestar nessa hiância num instante fugaz. Na tentativa de relacionar a formulação acima com o caso aqui exposto, podemos articular o seguinte: Alice é a que desmaia, fechando assim a possibilidade de emergência do sujeito do inconsciente; somente quando uma variação é introduzida pela analista, algo novo pode surgir. Caso contrário, talvez a brincadeira consistiria em ficar eternamente desmaiando. Tal como apresentamos no item anterior, a partir da discussão com Freud (1920/2020), o fato de Alice colocar a analista para desmaiar já indica uma elaboração psíquica da analisante, na medida em

que ela sai de uma posição passiva para a ativa. Contudo, a novidade pode ser pensada como uma possibilidade outra que a pergunta da analista desencadeou. Foi Alice quem deu notícias sobre o que ela pôde construir de novo após aquela sessão.

Melo (2013, p. 110) afirma que o ato analítico, ao se apresentar como incitação ao saber, “induz o neurótico a encontrar um sujeito suposto saber e enveredar por um caminho que conduz à verdade, ou seja, a verdade que está do lado do desejo e da divisão do sujeito”. A pergunta da analista, “Precisa mesmo desmaiar?”, possibilitou à Alice a construção de um novo posicionamento que ela evidenciou por meio de seus desenhos e que, segundo ela, é uma outra forma de falar. Alice pôde então, tal como formulado por Melo, enveredar por um caminho em direção a sua verdade em relação ao seu desejo.

No primeiro tempo, a analista, ao servir como suporte para as questões que a analisante lhe endereçava, ocupou inicialmente o lugar do corpo que desmaia e, em seguida, do corpo que desenha. Poderíamos dizer que Alice construiu um novo saber que incidiu sobre o seu corpo, que a possibilitou tomar a palavra pela via dos desenhos e dizer algo que até então só se manifestava pela via do corpo que desmaiava? No deslizamento significante desmaiar – desenhar – falar, não sem dificuldades, Alice encontrou uma nova forma de colocar seu corpo no mundo para ainda dizer que está triste, mas não só, pois passou a ter outras coisas para dizer.

Lacan (1969/2003, p. 376) ensina “que haja inconsciente significa que há um saber sem sujeito”. Aqui se localiza o engano do sujeito suposto saber conforme discutimos no caso do João Lobo. O saber que Alice construiu aponta para uma invenção, algo que para ela ainda não existia. Nesse mesmo texto, Lacan indica o não sentido que está contido no ato analítico. A partir da pergunta, Alice produziu algo que jamais poderia ser antecipado pela analista, pois é da ordem de uma invenção da analisante. Sustentamos que, no caso de Alice, esses efeitos puderam ocorrer, pois analista e analisante estavam presentes durante as sessões on-line. O que não é o mesmo que dizer que toda análise on-line com uma criança produzirá efeitos.

3.4 Um retorno ao caso Maria³² e a (im)possibilidade da psicanálise on-line para esta criança

O significante on-line apareceu de forma singular, tanto na análise de Maria e quanto na

³² Para preservar o sigilo, parte da história será suprimida e alguns aspectos modificados, sem comprometer, contudo, a análise do caso.

de Alice, uma vez que o que serve a um analisante não serve a outro da mesma maneira. Enquanto para Alice o on-line inaugurou uma possibilidade de tratamento, para Maria, ele se associou a uma impossibilidade. Inauguramos a escrita desta dissertação, no item 1.1 do primeiro capítulo, com uma observação acerca da análise de Maria, de cinco anos de idade. Vamos resumir o caso e retomar alguns pontos, em um esforço de abordar algo do impossível desta análise, que foi iniciada no consultório e interrompida no contexto pandêmico. Embora desde as entrevistas preliminares existisse o anúncio tanto dos pais quanto da analista de que o tratamento poderia ser suspenso, havia uma relação transferencial que sustentava o trabalho.

A despeito da transferência estabelecida, na pandemia, o pai de Maria afirma que o tratamento “on-line seria impossível”. Naquela ocasião, a tentativa de manejo da analista fracassou. Meses depois, Maria pediu para retomar sua análise, em um contexto em que os pais estavam angustiados com o comportamento da menina, que era já “difícil”, mas se tornou “impossível” no contexto pandêmico. Novamente, o “impossível” surgiu na fala dos pais. A aposta analítica foi de que o “impossível” não se referia apenas ao on-line, ao comportamento da menina ou ao cenário terrível de saúde pública, mas ao que Maria denunciava e que concernia ao “impossível” que tocava a cada um deles.

Nessa direção, a análise de Maria pôde, a princípio, seguir on-line, pois o lugar privilegiado da fala da analisante e o endereçamento das questões à analista estavam preservados. Nas sessões, ela percorria os ambientes da casa e se encarregava de garantir que os pais a escutassem. Em dada sessão, Maria foi para a varanda da casa, lugar em que era possível ouvir a voz de sua mãe. Após ouvir a voz de sua mãe, Maria pergunta à analista: “Você vai me falar a verdade? A minha mãe chorou aquele dia que conversou com você? Eu ouvi, estava no outro quarto, meu pai fechou a porta, mas eu ouvi”. Em outra sessão, Maria saiu do quarto após perder um jogo e a analista pode escutar a mãe advertindo a filha: “Não faça isso! Conte para ela o que aconteceu!”. Ao retornar, a analisante, em obediência à mãe, disse que estava de castigo por se “comportar mal” e “responder à mãe”. O que Maria respondia à mãe? Quais os efeitos da dinâmica do casal para a menina?

Após esta sessão, a mãe interrompe novamente a análise e informa que realizar as sessões em casa era “impossível”. O “impossível”, antes associado ao on-line, em seguida ao comportamento da menina, e naquele momento à casa, não cessava de se manifestar. Mas de qual impossível se tratava? Como descrevemos no item 1.1, os pais de Maria enfrentavam problemas conjugais e cogitaram a separação, mas optaram por “deixar quieto”. No período pré-pandêmico, viviam uma dinâmica na qual pouco se encontravam e raramente os três ficavam juntos, porém, com a covid-19, passaram a conviver o tempo todo no mesmo espaço

físico de forma compulsória. Assim, seria mais difícil “deixar quieto” com tamanha proximidade no dia a dia?

Nessa direção, surge uma questão que é relevante na psicanálise com crianças: o trabalho com a família do analisante³³ e a função da criança na dinâmica do casal parental. Conforme discutimos, Alberti e Diniz (2020) destacam a perda da privacidade e as interrupções familiares dentre as dificuldades que podem advir durante uma análise on-line com crianças. As autoras indicam que uma das formas de contornar estas adversidades envolve justamente o trabalho com as famílias. No caso de Maria, mesmo com as tentativas da analista, não foi possível construir um trabalho com a família. A possível relação entre o atendimento on-line e essa impossibilidade é um enigma que permanece, pois no período pré-pandêmico, mesmo com muitas dificuldades, o trabalho analítico com os pais parecia operar. Naquele contexto, ainda que eles não pudessem entender a sua responsabilidade na situação da qual se queixavam e que Maria denunciava, eles não retiraram a filha da análise.

Na introdução desta dissertação, pontuamos que a partir da experiência clínica com a análise on-line com crianças, verificamos em alguns casos que o problema em relação à perda da privacidade e a dificuldade no manejo das diversas transferências que uma análise com crianças impõe ao analista se acentuou. Nessa direção, no próximo item, trabalharemos o tema da transferência nesse cenário, articulando alguns pontos da discussão ao caso de Maria.

3.4.1 Manejo das transferências com as famílias

A partir do caso do pequeno Hans, paradigmático da psicanálise com crianças, Freud (1909/2021) nos orienta sobre a importância da presença das famílias na análise com uma criança. O texto freudiano evidencia o quanto o trabalho analítico com o pai do menino foi importante para o tratamento. Esse tema mobiliza diversas pesquisas no campo da psicanálise com crianças e o analista que se propõe à esta clínica sabe o quanto pode ser laborioso o manejo das diversas transferências. Além da relação transferencial com o analisante, ele precisa manejar também outras transferências: com os pais, avós, pediatra, escola etc., que dependerão sempre de cada contexto.

³³ Embora seja incomum, em alguns casos na clínica com adultos, esse manejo do analista com a família do analisante também é necessário.

No texto *Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina*, Freud aponta que não é “indiferente que uma pessoa busque a análise por iniciativa própria ou que outros a conduzam a ela, que a pessoa mesma deseje a sua mudança ou apenas os parentes” (FREUD, 1920/2016, p. 106). Logo, para que a análise com uma criança aconteça, não basta que os pais desejem o tratamento, uma vez que o essencial é que a própria criança se implique no processo analítico. Por outro lado, a análise com uma criança pode acontecer mesmo sem um influxo analítico com os pais, já que nem sempre eles ou um deles está disponível nesse sentido. Contudo, é fundamental que se impliquem ao menos em não suspender o tratamento do filho(a). Treze anos mais tarde, na *34ª Conferência: esclarecimentos, aplicações, orientações*, Freud (1933/2010) salienta o seguinte sobre o trabalho com os pais na clínica com crianças:

[...] a transferência tem outro papel, já que os pais reais ainda se acham presentes. As resistências internas, que combatemos nos adultos, são geralmente substituídas por outras dificuldades nas crianças. Quando os pais se fazem veículos da resistência, frequentemente o objetivo da análise ou ela mesma é ameaçada (FREUD, 1933/2010, p. 309).

Podemos depurar desta colocação freudiana que, embora não haja garantias, o processo analítico pode ser menos tortuoso quando os pais se implicam também no tratamento da criança. Lacan, em *O Seminário, livro 4: A relação de objeto*, reafirma o postulado freudiano: “Não se faz uma análise por encomenda” (LACAN, 1956-1957/1995, p. 103), ou seja, é inútil que apenas os pais desejem o tratamento do filho(a). Porém, o que acontece quando a criança está em trabalho analítico a despeito da implicação dos pais? No caso de Maria, temos indícios de sua implicação no processo de análise, ainda que seus pais não pudessem, naquele momento e daquela forma, aderir também ao tratamento analítico.

Conforme discutimos no primeiro capítulo, Coppus (2020) realizou uma pesquisa sobre a posição de diversos psicanalistas em relação à psicanálise on-line. Os participantes indicaram que na clínica on-line com crianças, “o lugar da criança se desvela para os pais” (COPPUS, 2020, p. 129). Esta afirmação pode ser relacionada tanto à psicanálise realizada on-line quanto ao tratamento no consultório, pois conforme ensina Lacan, “o sintoma da criança pode representar a verdade do casal familiar” (LACAN, 1969/2003 p. 373). A afirmação resultante da pesquisa de Coppus insere novamente a questão de uma possível diferença entre uma análise que acontece on-line e outra que é realizada no consultório. Isso se dá porque essa diferença não se baseia no fato de que cada análise sempre será particular, por se referir a um sujeito em sua singularidade, diferente de qualquer outro, mas sim na compreensão de que ela é pensada a partir dos espaços nos quais a análise é realizada, ou seja, no espaço on-line ou no espaço do

consultório. Em uma direção oposta, reafirmamos que nosso entendimento é de que a análise realizada on-line ou no consultório acontece no mesmo espaço: o da transferência.

A despeito dessa problemática do lugar, a partir dos efeitos da análise de Maria e da afirmação de que o lugar da criança se desvela para os pais na psicanálise on-line, podemos inferir que, em alguns tratamentos on-line, o lugar que a criança revela pode aparecer de um modo inusitado, pois os pais podem ter acesso a parte do conteúdo das sessões do filho(a) e ser atingidos por eles de um modo insuportável. Tal situação raramente acontece no consultório, e quando acontece, o analista parece dispor de mais meios para limitar esse acesso ou invasão. Como um exemplo, o psicanalista pode colocar uma música para tocar e evitar que a fala na criança ecoe na recepção, diferente da sessão on-line, em que esta solução pode ser apenas uma indicação, já que o analista não pode ele próprio colocar a música. Certamente, as sessões com os pais, nas quais o lugar que a criança revela pode ser abordado, podem acontecer tanto on-line quanto no consultório. No contexto da pandemia, contudo, essa também foi uma dificuldade, pois as crianças podiam ter acesso a parte do conteúdo dessas sessões com os pais e vice-versa. Tal situação também ocorreu com Maria, que encontrou uma forma de escutar o que seus pais diziam nos encontros com a analista.

Pablo Peusner (2021a) argumenta que, historicamente, a dificuldade no manejo com os pais na clínica com crianças é algo de que muitos psicanalistas se queixam e, muitas vezes, o lamento não leva em conta a participação do próprio analista nessa dificuldade. Na esteira de Freud e Lacan, Peusner pontua que sem um trabalho “analítico sobre os pais e parentes, sem um dispositivo que instale sua presença na análise das crianças é praticamente impossível sustentar o tratamento sem a remissão do sintoma – bem como sustentá-lo quando o sintoma tenha desaparecido” (PEUSNER, 2021a, p. 32). Como uma psicanálise não visa a remissão de um sintoma, esse cenário instala um entrave para o curso de uma análise. O autor confirma que o trabalho com os pais é necessário para que a análise com uma criança possa acontecer e chegar a um fim, que não deve ser confundido com o efeito terapêutico que a remissão de um sintoma pode gerar.

Peusner (2021b), no trabalho intitulado *Do ideal de família à criação desproporcional*, traça um itinerário entre o “ideal de família”, que é fruto de uma construção histórica que instituiu o modelo de família heteronormativo e patriarcal, composto por pai, mãe e filhos, até o que há de imutável na família no que concerne a sua função de transmissão, que é independente de sua configuração. O autor destaca que, embora mudanças discursivas estejam em curso nesse campo, ainda persiste esse modelo segregatório, que excluiu todas as formas de família que não se adequam a esse ideal caricato. O autor retoma Lacan (1969/2003) em *Nota*

sobre a criança, para dizer que há algo na família que permanece imutável ao longo dos tempos e que existe independente de sua configuração: “a irredutibilidade de uma transmissão” (LACAN, 1969/2003, p. 369), para situar a função de transmissão simbólica da família que engendra a constituição de um sujeito. Nessa direção, Peusner pontua que obviamente a reprodução humana é biológica, mas o advento de um sujeito é de outra ordem, na medida em que ter um filho não é o mesmo que parir uma criança.

Segundo o autor, para a psicanálise, a configuração familiar x ou y não é da ordem da natureza, pois não há nada de natural no ser falante que, por sua vez, é produzido por um efeito de linguagem. Essa premissa permite afirmar que há uma distinção entre a família humana, a que produz um sujeito, e a biológica, a que gera um recém-nascido, e que essas famílias podem ou não coincidir. Ele ainda pontua que Lacan tensionava as relações entre a biologia e a linguagem, citando um trecho de seu ensino: “desde a origem, a criança se alimenta tanto de palavras quanto de pão, e perece por palavras” (LACAN, 1956-1957/1995, p. 192). Seu intuito é dizer que, nessa passagem, a linguagem é o que cria o humano, pois é a dimensão languageira que marca a diferença entre o biológico e o humano. Isso nos permite dizer que sem o biológico, não há o humano, mas o biológico não é o que funda o humano. Peusner conclui: “nascemos tanto da biologia dos corpos quanto das palavras de nosso pai e nossa mãe. Outra vez, a biologia sozinha não basta para dar conta da produção de um sujeito. A biologia sonha o sonho da proporção sexual alcançada” (PEUSNER, 2021b, p. 12). Assim, é como se a proporção sexual fosse um dado da natureza, que o autor define como aquilo que não é marcado pelo significante, o que permite ao animal, em estado de natureza, nascer, crescer, se nutrir, se reproduzir, lutar pela sobrevivência, morrer, tudo na medida exata, sem excessos. O mundo animal, em estado de natureza pura, comporta falhas, mas não equívocos, já que não é tocado pelo significante. Peusner lembra que o próprio Lacan ensinou que já não é possível dizer o mesmo dos animais domésticos, justamente pelo efeito da linguagem sobre eles.

Para o autor, o mundo humano, por sua vez, é o mundo de linguagem e nele nada pode ser feito como no mundo animal, pois “tudo é desproporcional por defeito ou por excesso”, (PEUSNER, 2021b, p. 15). Ele relaciona essa afirmação à tese lacaniana de que “a linguagem *forclui* a proporção sexual” (PEUSNER, 2021b, p. 15), isso porque tudo o que o ser falante faz, inclusive o que envolve suas funções biológicas, é afetado pela linguagem. Nesse sentido, destaca que a teoria freudiana formalizou o mal-estar na cultura e situou a linguagem justamente como o que diferencia a natureza, onde há proporção sexual, da cultura, onde há o mal-estar. Peusner desenvolve essa argumentação para reafirmar que a psicanálise, por sua própria

premissa teórica, não poderia promover qualquer ideal de família que desemboca na ilusão de um ideal de criação dos filhos.

É justamente neste ponto que o autor introduz a ideia de desproporção. Em termos freudianos, ele argumenta que a partir da teorização sobre o narcisismo, depura-se que não é uma função biológica que impulsiona os pais à criação dos filhos e sim uma dimensão desejante, que faz com que invistam em sua prole seus próprios desejos irrealizados, em uma espécie de atualização narcísica. Esse movimento indica que os pais atuam a partir de suas próprias faltas. A criança, por sua vez, advém também de forma desproporcional, sempre mais além ou aquém do que os pais desejavam. O autor situa o primeiro nível da desproporção na própria dimensão da fala, uma vez que ao falar, o sujeito sempre diz mais ou menos do que gostaria de dizer. Ele também argumenta que o amor, inclusive o familiar, é uma das formas de velar a desproporção. Contudo, como não há uma forma de velá-la completamente, ela sempre retorna. “Provavelmente, que um filho ou uma filha seja mais, menos ou outra coisa que aquilo que seu pai e sua mãe esperavam seja o melhor argumento para afirmar que, no quadro da família humana, tampouco há proporção sexual” (PEUSNER, 2021b, p. 29).

As manifestações da desproporção podem atingir tanto as crianças quanto seus pais. Muitas vezes, é quando ela surge em forma de sintoma que uma criança é levada à análise. Em um primeiro momento, há frequentemente um pedido para que o analista ajuste as coisas, tornando-as proporcionais e eliminando os sintomas da criança: missão impossível! Peusner (1999) formalizou o que nomeia como: “dispositivo de presença de pais, mães e parentes” na análise com uma criança, justamente para dar lugar ao tratamento analítico deste sofrimento. Assim, ele realiza sessões com os pais e parentes de seus analisantes criança com bastante frequência. O autor formula que o sofrimento das crianças é um dos nomes da desproporção e que os discursos atuais de criação e desenvolvimento saudáveis, na tentativa de padronizar todas as crianças, também em um ideal, segregam e patologizam todas as que não se adequam à norma estipulada. Ele salienta que, nesse sentido, os psicanalistas têm muito trabalho a fazer, pois sabem que a desproporção é inerente à linguagem e ao humano, logo, negá-la é inútil. Os efeitos que podem advir da negação da desproporção são terríveis, pois anulam a própria dimensão da singularidade de cada sujeito, já que é onde não há proporção sexual que um sujeito pode inventar algo novo. O apagamento dessa dimensão estrutural encerraria qualquer possibilidade de invenção, mas o inconsciente resiste, não cessa até ser escutado. O autor conclui que a desproporção, enquanto sofrimento, tem lugar na experiência analítica e, por isso, pode ser analisada.

Embora a desproporção tenha lugar na experiência analítica, nem sempre é possível abordá-la em uma análise. Para usar o significante “impossível” presente na análise de Maria, que surgiu em relação ao tratamento on-line, ao comportamento da menina, à fala dos pais e à casa da família, verificamos que na análise on-line de Maria, o trabalho com a família foi “impossível”. Poderíamos dizer que as sessões on-line denunciaram o que tentava ser escamoteado, não dito, silenciado em sua casa? Ela se fazia ouvir, colocava o mal-estar no meio da sala! No entanto, isso precipita um insuportável para esses pais que acabam ceifando o trabalho que Maria vinha tentando fazer.

3.4.2 O impossível

O impossível, para Lacan, é um dos nomes no Real. “É no plano do impossível, como sabem que defino o que é real” (LACAN, 1969-1970/1992, p. 173). Seria esse impossível que se presentificou na análise de Maria? Conforme desenvolvemos, a aposta analítica foi de que o impossível que aparecia na fala dos pais e no comportamento da analisante apontava para algo que lhes concernia. Porém, naquele momento, só pôde ser escutado como o impossível desse tratamento on-line o que impediu qualquer operação a partir do impossível que surgiu com um entrave ao processo analítico. A despeito desta interpretação da analista, o questionamento sobre a necessidade das sessões no consultório para a continuidade da análise reverbera, pois até a ocasião da pandemia, mesmo com dificuldades, o tratamento seguia. Isso nos leva a ponderar se o espaço separado dos pais, em alguma medida proporcionado pelo consultório da analista, instaurava uma via para que esse tratamento fosse possível e se a sessão on-line, em casa, com toda a família presente, expôs de forma selvagem algo que, naquele momento e daquela forma, se apresentava como impossível para eles.

De acordo com Ana Costa e Doris Rinaldi (2007), a experiência analítica em si envolve uma operação com o impossível que é relacionada à singularidade da relação transferencial. Isso se dá pois é a partir da operação engendrada pelo lugar que o analista ocupa na transferência, como operador do discurso analítico, que o analisante pode ou não criar algo a partir do impossível. Nesse sentido, o lugar do analista é ordenado pelo “impossível, o que situa condições muito precisas no que diz respeito ao seu desejo. A operação com o desejo do analista reposiciona o impossível, tornando-o jogo de linguagem, enigmas de um dizer a meias, num semi-dizer possível” (COSTA; RINALDI, 2007, p. 284). Desse modo, a experiência analítica

pode provocar um giro no qual o impossível possa encontrar uma via de ser bordeado pelo analisante e surgir na sua fala de uma maneira meio dita, ou seja, em uma fala que inclua a dimensão do impossível, que não pode ser totalmente dita.

Trabalharemos a dimensão do desejo do analista, mas gostaríamos ainda de abordar algo do que resta do impossível da análise de Maria. Em muitos momentos, a analista ponderou sobre a necessidade do espaço do consultório tanto para as sessões com Maria quanto para com os pais, pois nas sessões on-line, as invasões familiares eram frequentes e as tentativas de manejo analítico fracassavam. Porém, em virtude da pandemia, mesmo com todas as medidas de distanciamento necessárias para contenção viral, a analista decidiu não oferecer essa possibilidade. Nesse sentido, levantamos a hipótese de que o fim desse tratamento aponta para uma dificuldade de manejo da própria analista.

De todo modo, cabe ressaltar que Maria se implicou em sua análise, porém, parece que não teve tempo para construir uma maneira de se reposicionar, permanecendo apenas no lugar que indicava uma tentativa, com seu comportamento “impossível” de dizer aos pais que algo não caminhava bem. Por outro lado, até aquela ocasião, os pais de Maria não puderam se implicar na parte que lhes concernia em relação àquele contexto e atuaram essa impossibilidade na recusa ao trabalho durante as sessões com a analista, o que culminou na interrupção da análise.

Embora a análise de Maria não possa ser reduzida ao atendimento on-line, os seus efeitos podem fomentar as discussões sobre o uso deste dispositivo na psicanálise com crianças, cuja pesquisa é incipiente. Nesse sentido, cabe-nos prosseguir no debate e arrazoar as (im)possibilidades que possam advir, sempre no caso a caso. Ainda em um esforço para abordar algo do impossível, retomaremos no último item os três casos apresentados ao longo desta dissertação, articulando-os à dimensão do desejo do analista.

3.5 O desejo do analista na psicanálise on-line com crianças

Na introdução desta dissertação, argumentamos que, no contexto pandêmico, sustentar o tratamento on-line foi uma decisão ética do psicanalista, pois possibilitou que as análises não fossem interrompidas e permitiu o início de novos tratamentos, o que era também uma necessidade, haja vista a quantidade de pessoas que sofreram consequências psíquicas em função das experiências que estavam vivendo. Atualmente, na mesma direção, percebemos que

trabalhar os efeitos dessa experiência é, também, uma posição ética. De acordo com Lacan (1960-1961/2010), o desejo do analista é só um: o de que haja análise, o que não é o mesmo que afirmar que havendo desejo do analista sempre haverá análise. A partir da experiência on-line, que não se limita aos casos que apresentamos aqui, mas que pode ser discutida por meio deles, verificamos que Alice pôde iniciar sua análise por meio das sessões on-line e João Lobo encontrou um fim para a sua análise; já para Maria o trabalho on-line foi impossível. Ou seja, na clínica on-line, assim como no consultório, os efeitos que uma análise pode produzir são os mais diversos. Destas observações, propomos mais uma questão: como abordar a psicanálise on-line com crianças à luz do conceito de desejo do analista?

Marcelo Amorim Checchia (2012) argumenta que a noção de desejo do analista foi construída por Lacan à medida em que ele também formalizava os princípios éticos norteadores da psicanálise. Checchia pesquisa os momentos em que o conceito do desejo do analista aparece no ensino lacaniano e pontua que o termo surge no texto *A direção do tratamento e os princípios de seu poder*, no qual Lacan (1958/1998, p. 621) aponta que “cabe formular uma ética que integre as conquistas freudianas sobre o desejo: para colocar em seu vértice a questão do desejo do analista”. Em seguida, em *O seminário, livro 6: o desejo e sua interpretação*, Lacan (1958 - 1959/2016) afirma que o desejo do analista não tem nenhuma relação com o desejo da pessoa do analista. Em *O Seminário, livro 7: A Ética da psicanálise*, Lacan (1950-1960/2008) também define esse conceito pelo que ele não é, pois afirma que o desejo do analista não deseja o impossível. Nos anos seguinte, entre 1960 e 1965, especialmente em *O seminário, livro 8: a Transferência*, Lacan formaliza positivamente a noção e conceitua o desejo do analista como um desejo prevenido, que está relacionado à posição do analista na medida em que esta é orientada pela ética da psicanálise e intrinsecamente relacionada à formação do analista, que só poderá ser alcançada no fim de sua análise pessoal. Após a década de 1960, as referências ao conceito de desejo do analista diminuem consideravelmente no ensino lacaniano.

Em direção similar, o trabalho de Diana Rabinovich (2000) também indica que Lacan formaliza o desejo do analista associado à ética que é própria à psicanálise, de tal modo que desejo do analista e ética da psicanálise devem ser abordadas concomitantemente. A autora pontua que, ao trabalhar os problemas cruciais da psicanálise, Lacan indica que o analista é o operador de uma conversão ética radical que introduz o analisante na ordem do desejo inconsciente que, tal como Freud formalizou, é o que funda a ação humana. Portanto, a posição do analista é orientada pela ética do inconsciente.

Em uma revisão acerca do conceito do desejo do analista no ensino lacaniano, a autora indica que Lacan recorre à figura de Sócrates, em *O Banquete*³⁴, sempre que aborda essa noção, pois esse personagem “volta sempre ao mesmo lugar, ao lugar onde se fala do desejo do psicanalista e, mais precisamente, do desejo do psicanalista na sua articulação com o amor de transferência” (RABINOVICH, 2000, p. 13). Isso porque, Sócrates assume um posicionamento que pode ser equiparado a uma espécie de bússola para a descoberta do desejo do psicanalista no que tange a posição do analista na relação transferencial. Na transferência, o analista ocupa um lugar vazio em relação ao seu próprio desejo, para que o desejo do analisante possa advir. Esse lugar vazio também possibilita a emergência do objeto *a*. Nesse sentido, o analista, é um operador para que o desejo do analisante advenha enquanto desejo do Outro, na medida em que não responde do lugar no qual o analisante o coloca, por estar advertido, em virtude de sua própria análise pessoal, de que não há possibilidade de resposta. Ou seja, o analista deixa aberta a hiância do desejo do Outro.

Em *O seminário, livro 8: A transferência*, Lacan (1960-1961/2010) argumenta que o desejo do analista não pode ser definido “por uma referência didática. Não é a relação com o paciente que pode, por uma série de eliminações e exclusões, nos dar a sua chave. Trata-se de algo mais intrapessoal” (LACAN, 1960-1961/2010, p. 137). Tal como desenvolvido por Checchia (2012), intrapessoal pode ser compreendido em relação à posição do analista que é orientada pela ética da psicanálise. Conforme mencionamos anteriormente, essa posição pode ser alcançada ao final da análise pessoal do próprio analista e, por este motivo, o desejo do analista está intrinsecamente ligado a sua formação, que acontece no divã e resulta no fim de uma análise, cujo produto pode ser o desejo do analista.

Lacan argumenta que, embora a posição de Sócrates indique algo sobre o desejo do analista, isso não implica que “o analista deva ser um Sócrates” (LACAN, 1960-1961/2010, p. 137). A partir do posicionamento de Sócrates, talvez seja possível definir as “coordenadas que o analista deve ser capaz de atingir para, simplesmente, ocupar o lugar que é o seu, o qual se define como aquele que ele deve oferecer vago ao desejo do paciente para que se realize como o desejo do Outro” (LACAN, 1960-1961/2010, p. 137). O desejo do analista aparece então condicionado ao lugar que ele ocupa na relação transferencial.

³⁴ *O banquete* é um diálogo platônico, escrito por volta de 380 a.C., que apresenta, na narrativa de Apolodoro, a história de um banquete oferecido para comemorar o sucesso de uma das peças teatrais de Agáton. Para festejar, Agáton oferece a seus amigos um banquete e, durante a comemoração, os convidados proferem elogios ao Deus do Amor: *Eros*. Em *O Seminário, livro 8: A transferência*, Lacan trabalha extensivamente diversos aspectos desta obra e destaca a posição de Sócrates, na medida em que a fala desse personagem durante o banquete introduz a dimensão da falta e da incompletude no discurso sobre amor (CHECCHIA, 2012).

Sobre o mesmo tema, Quinet (2009) aponta, tal como os autores anteriores, que o desejo do analista é o que pode advir no final de uma análise. Segundo Quinet, ao final de sua análise, o analisante pode ser causado pelo desejo do analista e se dispor a conduzir as análises de outros analisantes. Para o autor, o desejo do analista pode ser formalizado como um “desejo em que o Outro falta” (QUINET, 2009, p. 135), o que o permite formular que se trata de um desejo outro e não do desejo como desejo do Outro; e que ao longo da análise, o analisante estará às voltas com o seu próprio desejo, que, a rigor, será sempre desejo do Outro. Já ao final da análise, o desejo que poderá advir é de outra ordem que, conforme o autor indica, pode ser definido como um desejo em que o Outro falta.

O desejo do analista que sustenta o desejo do sujeito analisante é uma incógnita “x” que o analisante deve resolver no final de sua análise para poder largar o analista e terminá-la. Durante todo o processo analítico, o analisante espera que seu desejo encontre uma resposta do analista e que este lhe dê um complemento[...]. Em termos analíticos, o desejo, ao termo da transferência, não espera mais nada, não espera a promessa de satisfação, de realização — é pura falta. O que significa que antes ele esperava receber — receber um complemento de ser para satisfazer o sujeito em sua falta de ser, o sujeito como falta-a-ser. Quando o desejo se “resolve”, nesse momento a causa da transferência, longe de se liquidar, se desaloja do analista e se torna causa analítica. A causa não foi liquidada, mas houve resolução da transferência (QUINET, 2009, p. 137).

O desejo do analista não pode, de maneira nenhuma, ser confundido com o desejo do analista enquanto sujeito. Quinet pontua que o desejo em que o Outro falta, ou seja, o desejo do analista, está ligado à ética e também à transmissão da psicanálise. A transmissão não se dá de analista para a analisante, pois o que o analista construiu de saber sobre o seu próprio inconsciente e o que recolheu da análise de seus analisantes não vale para outros sujeitos, haja vista que, em psicanálise, trata-se sempre de um saber não generalizável. Quinet pontua que a transmissão a que se refere é a que pode acontecer na medida em que há algo que pode ser transmissível. O efeito dessa transmissão pode ser percebido, por exemplo, quando um analista se propõe à construção de um caso clínico. Quinet indica que caso, em latim, significa aquilo que cai e, nesse sentido, o analista transmite algo do que se precipita de sua clínica. A partir desta formulação, o desejo do analista, por uma via, é o que faz com que ele se ofereça como operador do discurso analítico e conduza as análises de seus analisantes; por outra via, é o que fomenta a possibilidade de transmissão da psicanálise, na medida em que o analista transmite algo do que recolheu da experiência clínica.

Nos casos de Maria, Alice e João Lobo, propomos trabalhar justamente a partir do que foi possível depurar dessas experiências de análise on-line, e só foi possível recolher esses efeitos porque algo do desejo do analista sustentou o ato de oferecer análise on-line aos

analisantes. Para Peusner (2021, p. 33), o desejo do analista comparece na experiência analítica “como uma aposta no inconsciente”. Em consonância com a formulação do autor, argumentamos que o desejo do analista é o que gerou o ato que possibilitou a presença do analista na análise on-line. O que nos permite formular que essa oferta criou, para o analisante que pôde aderir ao trabalho analítico no dispositivo on-line, a possibilidade de existência de uma psicanálise on-line.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução desta pesquisa, propomos uma variação à pergunta de Lacan (1953-1954/2009, p. 19), “O que fazemos quando fazemos análise?”, que norteou o trabalho desenvolvido: O que faz um analista na análise on-line com crianças? Ao percorrer esse tema, deparamo-nos mais uma vez com a atualidade da teoria freudiana, na medida em que confirmamos que as recomendações de Freud sobre a técnica da psicanálise, localizadas especialmente entre os anos de 1910 e 1914, jamais visaram uma padronização da técnica, portanto, ela deve ser revista sempre que necessário. As recomendações freudianas também orientam o psicanalista a estar sempre atento às questões de seu tempo, assim como Freud estava em sua época. Na década de 1930, Freud (1937/2020) situou a psicanálise como um dos três ofícios impossíveis: psicanalisar, governar e educar. Lacan (1969-1970/1992), por sua vez, situa o impossível como um dos nomes do Real. É em torno de um impossível, de um furo, de uma falta, de um enigma, de uma hiância que uma análise pode avançar, e uma pesquisa em psicanálise também.

Iniciamos a escrita desta dissertação a partir de um encontro com o impossível na clínica on-line com crianças. Para Maria, o tratamento on-line foi impossível: nessa análise, o significante impossível apareceu associado à sessão on-line, em seguida ao comportamento da menina e, posteriormente, à casa da família. Nossa observação clínica indicou que esse significante, que surgiu na fala dos pais da menina, também se manifestou nela à medida que Maria o incorporava em seu comportamento. O impossível concernia a algo do Real que tocava a cada um dessa família. Embora alguns efeitos dessa análise pudessem ser observados durante as sessões on-line, o tratamento foi interrompido pelos pais de Maria. Sustentamos que a interrupção da análise não poderia ser reduzida apenas ao atendimento on-line. Todavia, os questionamentos sobre as sessões on-line nesse caso foram cruciais na construção da presente pesquisa, a fim de progredirmos na discussão sobre a clínica on-line. Do mesmo modo, os efeitos das análises de Alice e de João Lobo, para os quais as sessões on-line não impossibilitaram os tratamentos – pelo contrário, os viabilizaram, também nos fizeram avançar nesse intento. As diferenças desses três casos nos direcionaram à máxima psicanalítica de que a psicanálise só pode ser pensada uma a uma. Embora o objetivo inicial fosse abordar as especificidades na psicanálise on-line com crianças, após a pesquisa bibliográfica e com as observações clínicas, podemos concluir que foi possível escrever apenas algo do que

interpretamos que foi uma psicanálise on-line para Maria, para João Lobo e para Alice, e que a psicanálise on-line foi distinta para cada um deles. Não é esse o caso de toda psicanálise?

No primeiro tempo da pesquisa bibliográfica, nos deparamos com uma escassez de publicações sobre a psicanálise on-line. Conforme discutimos, para Zalusky (1998), a ausência de discussões formais sobre a psicanálise por telefone, que tomamos como equivalente à on-line, criava a ilusão de inexistência dessa prática, pois, naquele contexto, discutir sobre as variações no *setting* analítico parecia equivaler a realizar uma psicanálise não verdadeira. De lá para cá, muita coisa mudou. No cenário contemporâneo, debater sobre a clínica psicanalítica on-line, mantendo os princípios éticos que a norteiam, é urgente, haja vista a expansão dessa prática especialmente a partir da pandemia de covid-19.

Nobrega (2005) já apontava os primórdios dessa expansão quando, há quase 20 anos, perguntou se a psicanálise on-line estaria saindo do armário. Da mesma forma, Fink (2011), ao publicar um caso atendido via telefone, colocou novamente a questão em discussão, visto que na época ainda se temia testemunhar sobre essa prática, uma vez que a ideia de que a “verdadeira psicanálise” seria a realizada no consultório ainda predominava. Para abordar esse engodo, no item 1.2 Psicanálise on-line: uma variante do tratamento padrão?, recorreremos à crítica contundente de Lacan ([1955]1966/1998) ao que os psicanalistas pós-freudianos institucionalizavam como a “verdadeira psicanálise”: Lacan advertia sobre a urgência da releitura dos conceitos fundamentais da psicanálise, no sentido de um retorno a eles, considerando a primazia do inconsciente. Ele apontava que a fixidez do *setting* analítico, que na época ele chamou de “formalismo prático”, não era o que garantiria uma análise.

Desse modo, este foi o primeiro impasse que ultrapassamos: o de que a psicanálise on-line não seria uma verdadeira psicanálise apenas por ela ser realizada por meio do dispositivo on-line. Nesse sentido, concordamos com Quinet (2021, p. 13) quanto à conceitualização da “transferência como o verdadeiro *setting* analítico”. Esta formulação se alinha com Freud (1912b/2020), que estabelece a transferência como o motor de uma análise, na medida em que a relação transferencial é o único mecanismo capaz de fazer com que um tratamento psicanalítico avance. No mesmo texto, Freud afirma que uma análise não pode ser realizada *in absentia* ou *in effigie*. Assim, desde Freud, sabemos que uma análise não pode acontecer sem a presença do analista, e ao longo desta dissertação, percebemos que a presença do analista pôde se manifestar na análise on-line. Nesse sentido, pudemos avançar em nossa hipótese de que, na psicanálise on-line, por se tratar de um encontro ao vivo, sincrônico entre analista e analisante, no qual ambos estão presentes, a transferência pode se estabelecer e isso já implica a presença do analista.

Nessa direção, tomamos por definição que o espaço que se cria com a transferência é o *setting* de uma análise e que, portanto, desde sempre, o *setting* analítico é virtual no sentido de que não se refere de forma alguma ao espaço físico de um consultório, e sim ao modo como se dá a relação analítica. Destacamos que o espaço físico pode contribuir com o ato e a interpretação do analista, aquilo a que Lacan (1958/1998) chamou de tática. Contudo, também pode ser um estorvo a essa tática, sobretudo quando é validado como único espaço de uma psicanálise, como era nos tempos em que havia determinações sobre como mantê-lo sempre o mesmo, ou seja, justamente o que Lacan ([1955]1966/1998) criticou em relação ao que os psicanalistas pós-freudianos institucionalizavam como a “verdadeira psicanálise”. Crer que seja isso o que garante uma psicanálise é cair no engodo de que o espaço físico de um consultório produz uma análise. Certamente, essa não é a abordagem preconizada por Freud – que frequentemente atendia seus pacientes que vinham de muito longe, caminhando nos jardins em Viena para ele próprio poder sair um pouco do sempre o mesmo enquadramento do consultório –, nem por Lacan, que furou o então espaço burocratizado das análises, introduzindo o tempo lógico em suas consultas.

No segundo tempo da pesquisa bibliográfica, enveredamos especificamente pelo campo da psicanálise on-line com crianças. No período pré-pandêmico, encontramos no trabalho de Carlino (2011) contraindicação ao uso do dispositivo on-line com crianças embasada no argumento de que a criança, em razão de seu desenvolvimento, ainda não estaria apta para ser atendida nesse formato. Já no contexto da pandemia, Belo (2020) não descartou a viabilidade das sessões on-line com crianças, mas ponderou que o uso desse dispositivo pode ser mais difícil com crianças muito pequenas, indicando-o preferencialmente para as que possuem maior capacidade de verbalização. Já Pitliuk (2022) argumentou que no período pré-pandêmico as discussões sobre a análise on-line englobavam sua viabilidade apenas para adultos, porém, a covid-19 alterou esse cenário, e, na clínica com crianças, os psicanalistas enfrentaram o desafio de uma prática “verdadeiramente experimental”, já que não havia referência teórica sobre o trabalho on-line com crianças.

De fato, não localizamos publicações com relatos de experiências na clínica on-line com crianças no período pré-pandêmico, o que denuncia a falta de referência quanto ao uso do dispositivo on-line para a condução de análises on-line com crianças. Porém, isso não implica em uma falta de referencial teórico, pois a mudança no dispositivo não é o mesmo que uma mudança na teoria psicanalítica. Durante a pandemia, nossa experiência clínica on-line, e também as publicações de alguns autores, evidenciaram que algumas crianças, não todas, puderam seguir suas análises por meio das sessões on-line, não sem dificuldades, assim como

acontece também em tratamentos realizados no consultório. Diante disso, Dinoá (2020), pontuou a adesão ao dispositivo on-line como uma decisão ética do psicanalista que se localiza à altura da contingência de sua época. A autora publicou a análise on-line com uma criança e argumentou que a transferência, a associação livre e a presença do analista puderam se estabelecer no espaço on-line. Sonia Alberti e Andressa Diniz (2020) também publicaram casos atendidos on-line durante a pandemia, e argumentam que a clínica on-line com crianças se estabeleceu como uma realidade cuja discussão sobre seus efeitos é urgente. Já Silvestre (2023), embora não incentive qualquer apologia ao atendimento on-line, assevera que este dispositivo não propunha um novo *setting* analítico e conclui que “a psicanálise online é a psicanálise” (SILVESTRE, 2023, p. 178).

No início dessa pesquisa, também questionamos se o uso do dispositivo on-line acarretaria uma mudança no *setting* analítico e se haveria algo relacionado especificamente ao encontro on-line entre analista e analisante que inviabilizasse a análise com uma criança. Porém, se consideramos que a psicanálise com crianças trata sempre do sujeito do inconsciente, não é necessário discutir uma teoria psicanalítica diferente em relação à clínica com adultos. No entanto, é possível admitir que há variações quanto à técnica utilizada, o que também acontece a cada psicanálise. A partir destas premissas, questionamos se, em alguma medida, e em especial no início da pandemia, o conceito de criança sobrepôs o de sujeito do inconsciente, no sentido de parecer mais difícil um trabalho on-line com as crianças do que com os adultos. Diante destes impasses, a pesquisa sobre o conceito de criança, bem como sobre a definição de criança para a psicanálise se impôs.

Nessa direção, no segundo capítulo, para trabalhar mais esse impasse, abordamos concepções de alguns autores que são referência no campo dos estudos sobre as infâncias para, finalmente, abordar a criança para a psicanálise. Nesse momento, relembremos o trabalho de Castro (2013), que propôs o termo “recém-chegado” para se referir à infância, rompendo com a perspectiva etária que pressupõe algo adquirido e superado à medida em que o recém-nascido cresce; e também porque a vida impõe uma série de experiências nas quais uma pessoa pode se perceber em uma experiência inaugural, ou seja, recém-chegada. Desse modo, a experiência de recém-chegar ilustra a condição da criança, mas não só, pois também elucida a vivência do estrangeiro, do que assumiu um novo emprego, do que se tornou pai etc., ou seja, acontece à revelia do percurso dos anos. Nesse entendimento, a infância não é tomada como uma etapa da vida a ser ultrapassada, pois, concebida como a experiência de recém-chegar, acontece em qualquer idade cronológica.

Retomamos também Pacheco (2012), que salientou que a noção contemporânea de criança não é universal, assim como uma concepção de infância não pode ser compreendida universalmente, já que cada momento histórico, bem como os recortes de gênero, etnia, classe social, dentre outros, contidos em cada contexto, fomentam um entendimento distinto sobre a infância. Eis porque também procuramos retomar autores que analisam a história da criança na nossa cultura, de forma apenas introdutória, mas necessária para verificarmos, com a autora, que a ideia de que exista uma concepção universal que seja capaz de definir o que é uma criança produz uma “fantasia de infância”. Sua tese indica que um analista não deve tratar o sujeito em análise como criança sob o risco de atuar com sua própria fantasia de infância. A autora eleva a pergunta sobre a especificidade na psicanálise com crianças à categoria de “questão central”, que se impõe ao psicanalista que atua nesta clínica desde os primórdios da psicanálise até os dias atuais. Do segundo capítulo, depuramos que o essencial na clínica com crianças é que o analista, ao conduzir uma análise, se ocupará não da criança e sim do sujeito do inconsciente que é indeterminado, atemporal, sem idade. Essa é, portanto, uma especificidade da clínica psicanalítica com todo e qualquer analisante, independentemente da idade cronológica que ele possua.

Por fim, no terceiro capítulo retomamos o caso de Maria e apresentamos os casos de João Lobo e de Alice. Com eles, pudemos avançar em nossa hipótese de que na análise on-line, por se tratar de um encontro ao vivo entre analista e analisante, no qual ambos estão presentes, a relação transferencial pode se estabelecer e há a possibilidade da presença do analista, sendo ela própria uma manifestação do inconsciente. Se em uma psicanálise sempre se trata de uma singularidade, a psicanálise on-line com crianças só pôde ser pensada a partir das observações clínicas. O significante on-line apareceu de forma singular, tanto na análise de Maria quanto na de Alice; e enquanto para Alice o on-line inaugurou uma possibilidade de tratamento, para Maria, ele se associou a uma impossibilidade. Já para João Lobo, a sessão on-line não se impôs como uma questão em sua análise. Nos três casos, trabalhamos a partir do que foi possível depurar dessas experiências de análise on-line, e entendemos que só foi possível recolher esses efeitos porque algo do desejo do analista sustentou o ato de oferecer a análise on-line para estes analisantes. Argumentamos que essa oferta criou para o analisante que pôde aderir ao trabalho analítico no dispositivo on-line a possibilidade de existência de uma psicanálise on-line, e sustentamos que esses efeitos puderam ocorrer pois analista e analisante estavam presentes durante as sessões on-line.

Para concluir, ainda que temporariamente, retomamos o título da nossa pesquisa, *Especificidades na psicanálise on-line com crianças: antes, durante e depois da pandemia de*

covid-19, a fim de transformar parte dele em uma pergunta: e depois da pandemia de *covid-19*? Como expusemos, a pesquisa aqui engendrada contemplou a clínica on-line com crianças pelo viés da transferência, do ato analítico, da presença do analista, do desejo do analista e do sujeito suposto saber, mas outros aspectos ainda precisam ser explorados. Por exemplo, o campo do gozo na psicanálise on-line com crianças e as diversas dimensões do corpo para a psicanálise. Desse modo, a possibilidade de novas pesquisas permanece nesse momento de conclusão juntamente com o desejo de, no futuro, prosseguir um pouco mais nas discussões sobre a psicanálise on-line.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, José Tadeu. *Inventor da ideia moderna de criança, Rousseau foi precursor das principais correntes da pedagogia atual*. Agência FAPESP. 20 abr. 2022. Disponível em: <<https://agencia.fapesp.br/inventor-da-ideia-moderna-de-crianca-rousseau-foi-precursor-das-principais-correntes-da-pedagogia-atual/38427>>. Acesso em: 9 de agosto 2023.
- ARIÈS, F. (1975). *História social da criança e da família*. 2º ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- ARYAN, A. et al. Psicanálise a distância. Um encontro além do espaço e do tempo. In: *Calibán: Revista Latinoamericana de Psicoanálisis*. Nº 13, p. 60-75, 2015. Disponível em: <<https://calibanrlp.com/wp-content/uploads/2021/05/7-Caliban7PortuguesWeb.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2023.
- AZEVEDO, E. C. et al. *Psicoterapia de orientação psicanalítica on-line com crianças e adolescentes em tempos de isolamento social*. Publicação CEAPIA, n. 29, 2020. Disponível em: <<https://ceapia.com.br/wp-content/uploads/2021/06/ceapia-2020-v29-n29-13.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2022.
- BARBIERI, C. A desregulação da psicanálise. In: TEIXEIRA, A. *Especificidades da ética da psicanálise*. Salvador: Associação Científica Campo Psicanalítico, 2005. p. 101-111. Disponível em: <<https://campopsicanalitico.com.br/media/files/especificidades-da-etica-da-psicanalise.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- BARROS, M. *Poesia completa*. São Paulo: Leya, 2010.
- BELO, F. *Clínica psicanalítica on-line: breves apontamentos sobre o atendimento virtual*. São Paulo: Zagodoni, 2020.
- BEZERRA, S. L.; SILVA, S. M. C.; BEZERRA Z. M.; FÉRES C. T. *A compreensão da infância como construção sócio-histórica*. Revista CES Psicologia, v. 7, nº 2, p. 126-137. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2011-30802014000200010>. Acesso em: 01 fev. 2023.
- CARLINO, R. *Espacio-tiempo en el tratamiento psicoanalítico a distancia*. 2012. Disponível em: <<https://boletinesapm.blogspot.com/2012/08/espacio-tiempo-en-el-tratamiento.html>>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- _____. *Distance Psychoanalysis: the theory and practice of using communication technology in the clinic*. London: Karnac, 2011.
- CASTRO, L. R. *O futuro da infância e outros escritos*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
- CHECCHIA, M. A. *Sobre a política na obra e na clínica de Jacques Lacan*. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.47.2012.tde-05072012-112606. Acesso em: 28 out. 2023.

COPPUS, A, N, S. *Você vai voltar ao consultório? Psicanálise e atendimento on-line*. Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana, v. 15, nº 29, p. 129-139, nov. 2019 – abr. 2020. Disponível em: <www.isepol.com/asephallus>. Doi: 10.17852/1809-709x.2020v15n29p129-139. Acesso em: 20 jan. 2023.

CORREA, J.F. *Pedaços*. 2020/Inédito. Disponível em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100006030602770&mibextid=ZbWKwL> Acesso em: 23 out. 2020.

COSTA, A.; RINALDI, D. *O real na experiência de análise: interpelação e presença do analista*. In: *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 281-292, dez. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682007000200005> Acesso em: 03 jan. 2024.

COSTA, T. *Psicanálise com crianças*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

DEL PRIORE, M. (org.) *História das crianças no Brasil*. 7º edição. São Paulo: Contexto, 2010a.

_____. *O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o império*. In: *História das crianças no Brasil*. 7º edição. São Paulo: Contexto, 2010b.

DINIZ, A. P.; ALBERTI, S. O ambulatório de pediatria do HUPE em tempos de pandemia. In: *Anais do XXIV Fórum da Residência em Psicologia Clínica Institucional. Reflexões em tempos de pandemia e morte: impactos e possibilidades na formação*. Organização: Prof. Dr. Vinicius Anciães Darriba. Rio de Janeiro, 2020. p. 2-8. Disponível em: <https://www.psicologia.uerj.br/wp-content/uploads/2023/06/ANAIS_FORUM_2020-Versao_final.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

DINOÁ, J. L. *Análise on-line com crianças: considerações sobre o olhar e o brincar*. In: Revista Marraio/ Formações Clínicas do Campo Lacaniano. nº 38-39, p.100-109. Rio de Janeiro, Marca d'Água, dezembro 2019 - junho 2000.

ESQUECERAM de mim. Direção: Chris Columbus. Produção: John Hughes. EUA: 20th Century Fox, 1990. (103 min.), som, colorido.

FINK, B. *Análise por telefone (variações na situação analítica)*. In: *Fundamentos da técnica psicanalítica: uma abordagem lacaniana para praticantes*. São Paulo: Blücher, 2011.

FREUD, S. (1900). *A interpretação dos sonhos*. In: Obras completas, volume 6. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. (1904 [1905]). *O método psicanalítico freudiano*. In: Freud, S. Fundamentos da clínica psicanalítica. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

_____. (1905). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. In: Obras completas, volume 6. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. (1909). *Análise da fobia de um garoto de 5 anos (caso Pequeno Hans)*. In: *Histórias Clínicas: cinco casos paradigmáticos da clínica psicanalítica*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

_____. (1912a). *Recomendações ao médico para o tratamento psicanalítico*. In: *Fundamentos da Clínica Psicanalítica. Obras incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

_____. (1912b). *Sobre a dinâmica da transferência*. In: *Fundamentos da Clínica Psicanalítica. Obras incompletas de Sigmund Freud*. Belo horizonte: Autêntica, 2020.

_____. (1913). *Sobre o início do tratamento*. In: *Fundamentos da Clínica Psicanalítica. Obras incompletas de Sigmund Freud*. Belo horizonte: Autêntica, 2020.

_____. (1914a). *Lembrar, repetir e elaborar*. In: *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia: ("O caso Schreber")*: artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913), vol. 10. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. (1914b). *Introdução ao narcisismo*. In: *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*, vol. 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. (1920). *Além do princípio de prazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020

_____. (1918). *Da história de uma neurose infantil*. In *Histórias Clínicas: cinco casos paradigmáticos da clínica psicanalítica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021

_____. (1920). *Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina*. In: *Obras completas*, volume 15. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. (1924a). *Neurose e psicose*. In: *Neurose psicose e Perversão*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016

_____. (1924b). *A perda da realidade na neurose e na psicose*. In: *Neurose psicose e Perversão*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

_____. (1930). *O mal estar na cultura*. In: *O mal estar na cultura e outros escritos*. Obras incompletas de Sigmund Freud. Belo horizonte: Autêntica, 2020.

_____. (1933). *Novas conferências introdutórias: 34ª Conferência: esclarecimentos, aplicações, orientações*. In: *Obras completas*, volume 18. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. (1937). *A análise finita e a infinita*. In: *Fundamentos da Clínica Psicanalítica. Obras incompletas de Sigmund Freud*. Belo horizonte: Autêntica, 2020.

GOLDBERG, L.; AKIMOTO, C. *O sujeito na era digital: ensaios sobre psicanálise, pandemia e história*. São Paulo: Edições 70, 2021.

GONDAR, J. *Psicanálise on line e elasticidade da técnica*. Cadernos de Psicanálise. CPRJ, v. 42, n° 42, p. 3745. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952020000100003. Acesso em: 25 jul. 2022.

GUELLER, A. J. S. Brincando em duas dimensões: reflexões sobre o atendimento virtual com as crianças. In: *Psicanálise com crianças em tempos de pandemia: desafios e proposições para a clínica online*. Porto Alegre: Artes & Ecos, 2021.

GROISMAN, A.; SAMMARONE, C.; SATO, F. G. *Loira do banheiro só existe para quem é pequeno: apontamentos sobre final de análise (com crianças)*. In: PACHECO, A. L. P.; OLIVEIRA, B. (org.). *Criança: objeto ou sujeito. Quinze anos da rede de pesquisa Psicanálise e Infância do FCL-SP*. São Paulo: Escuta/ Fórum do Campo Lacaniano, 2017.

IANNINI, G. *Apresentação*. In FREUD, S. *Histórias Clínicas: cinco casos paradigmáticos da clínica psicanalítica*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

IANNINI, G.; TAVARES, P. H. *Apresentação*. In: FREUD, S. *Fundamentos da clínica psicanalítica*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

LACAN, J. (1969). *O seminário, livro 19: Ou Pior*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

_____. (1960-1961). *O Seminário, livro 8: A transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

_____. (1959-1960). *O Seminário, livro 7: A Ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. (1953 -1954). *O Seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

_____. (1968-1969). *O Seminário, livro 16: de um outro ao Outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. (1964). *O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. (1962-1963). *O Seminário, livro 10: A Angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. (1958a). *A psicanálise verdadeira, e a falsa*. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

_____. (1967a). *Proposição de 9 de outubro de 1967*. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

_____. (1967b). *O engano do sujeito suposto saber*. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

_____. (1967c). *A psicanálise. Razão de um fracasso*. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

- _____. (1969). *O ato Psicanalítico*. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. (1967-1968). *Alocução sobre as psicoses da criança*. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003 apud PACHECO, A. L. P. *Da fantasia de infância ao infantil na fantasia: A direção do tratamento na psicanálise com crianças*. São Paulo: Annablume, 2012.
- _____. (1969). *Nota sobre a criança*. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003 apud PACHECO, A. L. P. *Da fantasia de infância ao infantil na fantasia: A direção do tratamento na psicanálise com crianças*. São Paulo: Annablume, 2012.
- _____. (1957-1958). *O Seminário, livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. (1953). *Função e Campo da fala e da linguagem em psicanálise*. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. (1955/1966). *Variantes do tratamento-padrão*. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. (1955/1956). *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose*. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. (1956). *Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956*. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. (1958b). *A direção do tratamento e os princípios de seu poder*. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. (1956-1957) *O Seminário, livro 4: A relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- _____. (1969-1970). *O Seminário, livro 17: O avesso da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- _____. (1967-1968). *O Seminário, livro 15: O ato psicanalítico*. Inédito.
- LÉVY, P. (1996) *O que é o Virtual?* Tradução de Paulo Nevez. 2º edição. São Paulo: Editora 34, 2011.
- _____. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LOMBARDI, G. *A psicanálise contra (e com) o capitalismo digital em 2020*. Trabalho apresentado no II Ciclo Internacional Interuniversitário de Psicanálise. 2020/Inédito.
- LOPES, L. M. V.; DANTAS, R. F.; CARDOSO, H. P.; et al. *A cpi da covid-19: uma análise bioética sobre o que foi desvelado da gestão da pandemia no brasil*. Boletim de Conjuntura (BOCA), v. 16, n. 47, p. 73–102, 2023.

MELO, R. *O ato na clínica com crianças*. In: MIRANDA, E. R.; CERQUISE, G. (org.). *A clínica do ato*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

_____. *O real infantil e a atualidade dos Três ensaios*. Stylus Revista de Psicanálise. Rio de Janeiro. nº. 35, p. 23-31, fevereiro 2018. Disponível em:

<<https://stylus.emnuvens.com.br/cs/article/view/199>> Acesso em: 15 jun. 2023.

MIRANDA, E.; ALBERTI, S. *A função do feminino para a noção de estrutura em psicanálise*. Tempo Psicanalítico, Rio de Janeiro, v. 44.2, p. 371-388, 2012.

NASSAU, C.; MOURA, C.; CURI, G. A.; GUERRA, R. *On-line presença do analista*. In: CARVALHO, J. D.; DIAS, L. M.; ANDRADE, M. C. (org.). Transfinitos – vol. 14. p. 325-331. 1ed. Belo Horizonte: Aleph Escola de Psicanálise, 2015. Disponível em:

<<https://aleph.psc.br/biblioteca/on-line-presenca-do-analista>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

NÓBREGA, S. B. *Psicanálise on-line: finalmente saindo do armário?*. Estudos de Psicanálise, nº 4, p. 145-150, 2015. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372015000200016>. Acesso em: 15 jul. 2020.

OLIVEIRA, G. D. F.; PENA, B. F. *Transferência e presença on-line do analista*. Polêm!ca, v. 20, n. 1, p. 119–134, 2020. Disponível em:< <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/55980>> Acesso em: 10 dez. 2023

PACHECO, A. L. P. *Da fantasia de infância ao infantil na fantasia: A direção do tratamento na psicanálise com crianças*. São Paulo: Annablume, 2012.

PEUSNER, P. *El dispositivo de presencia de padres y parientes en la clínica psicoanalítica lacaniana con niños*. Buenos Aires: Letra Viva, 2010.

_____. *Prefácio à edição argentina*. In: PACHECO, A. L. P. *Da fantasia de infância ao infantil na fantasia: A direção do tratamento na psicanálise com crianças*. São Paulo: Annablume, 2012.

_____. *Fugir para adiante: O desejo do analista que não retrocede ante as crianças*. São Paulo: Aller, 2021a.

_____. *Do ideal de família à criação desproporcional: um itinerário que a psicanálise lacaniana ilumina*. São Paulo: Aller, 2021b.

PITLIUK, L. *Prefácio*. In: VELANO, M.; PRADO, E. A.; DELFINE, P.; BRITO, C.V. (org.). *Psicanálise em tempos de pandemia: desafios e proposições para a clínica online*. Porto Alegre: Artes & Ecos, 2021.

_____. *A sustentação de uma clínica psicanalítica em-linha (online)*. São Paulo: Escuta, 2022.

PISETTA, M. A. A. M. *O sujeito suposto saber e transferência*. In: Revista Digital AdVerbum v. 6, n° 1, p. 64-73, jan. - jul. 2011. Disponível em: <http://www.psicanaliseefilosofia.com.br/adverbum/vol6_1/06_01_05sujeitosupostosaber.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2023.

_____. *Sujeito, objeto e linguagem no brincar*. In: Estilos da Clínica, v. 22, n. 1, p. 100–112, 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/134135/129946>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

POSTMAN, N. *O desaparecimento da Infância*. Tradução de Suzana Menescal de Alencar Carvalho e José Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Grafia, 2012.

PRADO, C. E. A.; ANJOS, F. M.; ESTEVÃO, I. R. *A presença do analista: lugar e função do corpo do psicanalista em diferentes contextos de atuação*. In: *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, v. 24, p. 21–29, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/agora/a/7mq8mrTk5gqbSWZDBTpvsgh/?format=pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2024.

QUINET, A. *As 4 +1 condições da análise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

_____. *A estranheza da psicanálise: a Escola de Lacan e seus analistas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

_____. *Análise online: na pandemia e depois*. Rio de Janeiro: Atos e Divãs Edições, 2021.

_____. [O sujeito uma neo-latusa]. 2008 apud MELO, R. *O ato na clínica com crianças*. In: MIRANDA, E. R.; CERQUISE, G. (org.). *A clínica do ato*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

_____. *Apresentação*. In: PACHECO, A. L. P. *Da fantasia de infância ao infantil na fantasia: A direção do tratamento na psicanálise com crianças*. São Paulo: Annablume, 2012a.

_____. *Os outros em Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012b.

RABINOVICH, D. S. *O desejo do psicanalista: liberdade e determinação em psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

RIBEIRO, M.A.C. *Prefácio*. In: PACHECO, A. L. P.; OLIVEIRA, B. (org.). *Criança: objeto ou sujeito*. Quinze anos da rede de pesquisa Psicanálise e Infância do FCL-SP. São Paulo: Escuta/Fórum do Campo Lacaniano, 2017.

SILVEIRA, L. *A via dolorosa da transferência e a análise via on-line: esboçando algumas questões e uma resposta*. In: *Psicanálise e pandemia*. Fórum do Campo Lacaniano-MS (org.). São Paulo: Aller, 2020.

SILVESTRE, Maria Laura Cury. *A pandemia e a (im)possível clínica online com crianças*. *Revista de Psicanálise Stylus*, n. 41, p. 171–178, 2023. Disponível em: <<https://stylus.emnuvens.com.br/cs/article/view/967>>. Acesso em: 12 out. 2023.

SUSEMIHL, E. V. K. P. *Notas sobre a clínica à distância, Klein, contratransferência e identificação projetiva*. Revista Brasileira de Psicanálise, v. 54, n. 3, p. 49–63, set. 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2020000300006>. Acesso em: 26 fev. 2022.

VELANO, M.; PRADO, E. A.; DELFINE, P.; BRITO, C.V. (org.). *Psicanálise em tempos de pandemia: desafios e proposições para a clínica online*. Porto Alegre: Artes & Ecos, 2021.

WINNICOTT, D. W. *O Brincar & a Realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

ZALUSKY, S. (1998) *Telephone Analysis: Out of Sight, But not out of Mind*. Jornal da Associação Psicanalítica Americana. Disponível em: <<https://www.psychomedia.it/pm/telecomm/telephone/zalusky2.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2023.